

**Relação entre a União Europeia e Turquia: uma análise da evolução  
dos critérios políticos no contexto do processo de adesão.**

**Andreia Dias Graça**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais  
(Estudos Europeus)**

**Novembro de 2017**

**Relação entre a União Europeia e Turquia: uma análise da evolução dos  
critérios políticos no contexto do processo de adesão.**

**Andreia Dias Graça**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais  
(Estudos Europeus)**

**Novembro de 2017**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Santos Pinto.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradecer à Professora Doutora Ana Santos Pintos, orientadora desta Dissertação de Mestrado, por toda a sua disponibilidade e ajuda ao longo do processo, ao solicitar apoio com conhecimentos técnicos que foram cruciais para o desenvolvimento da presente investigação.

Um agradecimento à família, pelo incentivo constante para a concretização da presente dissertação de mestrado.

**Relação entre a União Europeia e Turquia: uma análise da evolução dos critérios políticos no contexto do processo de adesão.**

Andreia Dias Graça

**RESUMO**

**PALAVRAS CHAVE:** Condicionalidade política; Europeização; Critérios Políticos de Copenhaga; Turquia e União Europeia; Golpe Militar; Referendo;

A presente dissertação de mestrado pretende responder à seguinte pergunta de investigação: De acordo com os recentes acontecimentos, a tentativa de golpe militar em 2016 e referendo em 2017, o que falhou na promoção da convergência dos critérios políticos pela UE face à Turquia? Neste sentido, foi essencial analisar a evolução do processo ao nível histórico para entender as dinâmicas internas e a própria relação entre a União Europeia. A utilização dos conceitos de condicionalidade política e europeização foram essenciais para compreender e avaliar como os mecanismos referidos anteriormente foram aplicados na Turquia e a sua implementação efetiva ou não. A análise dos relatórios elaborados pela Comissão Europeia anualmente, desde 2005 até 2016, permitiram reconhecer a forma como as reformas, emendas legislativas e as mudanças instituídas nos critérios políticos de Copenhaga foram aplicados ao longo dos anos na Turquia através da influência da União Europeia. De acordo com a investigação feita, os conceitos de europeização e condicionalidade, onde as mudanças introduzidas ao nível interno são efetuadas de acordo com influência europeia no país candidato, neste caso a Turquia, verifica-se que a aproximação constante aos valores europeus ao longo dos anos não foi transposto para a realidade.

É concluído que os conceitos de condicionalidade política e europeização são colocados em causa como abordagem para a convergência dos critérios políticos na Turquia. As reformas em áreas consideradas sensíveis não eram implementadas, e ao longo dos anos é verificado um decréscimo do espírito reformista. A tentativa golpe de militar em 2016 e as respostas dadas demonstram, assim como o referendo realizado em 2017, que os critérios políticos não foram assimilados e não se traduziram em mudanças efetivas.

**The relationship between the European Union and Turkey: na analysis of the evolution of the political criteria in the context of the accession process.**

Andreia Dias Graça

**ABSTRACT**

KEYWORDS: Political Conditionality; Europeanisation; Copenhagen Political Criteria; Turkey and European Union; Military Coup; Referendum

The presente master's thesis intends to answer the following research question: According to recente events, the attempted militar coup in 2016 and the referendum in 2017, what failed to promote the convergence of political criteria by the EU in Turkey? In this sense, it was essential to analyze the evolution of the process at historical level in order to understand the internal dynamics and the relationship with the European Union. The use of concepts of political condicionality and europeanisation were essential to understand and evaluate how the mechanism referred were applied in Turquia and whether or not them were implemented effectively. The analysis of reports drawn up by the European Commission annually from 2005 to 2016 made it possible to recognize how reforms, legislative amendments and changes according to the Copenhagen political criteria have been implemented over the years in Turkey through the european influence. According to the research carried out, the concepts of europeanisation and condicionality, where the changes introduced internally are carried out according to the European influence in the candidate country, in this case Turkey, it is verified that the constant approximation to the european values throughout has not been translated into reality.

It is concluded that the concepts of political conditionality and europeanisation are called into question as na approach to the convergence of political criteria in Turkey. Reforms in areas considered sensitive were not implemented, and over the years there has been a decline of the reformista spirit. The attempted militar coup in 2016 and the responses given demonstrate, as well as the referendum held in 2017, that the political criteria were not assimilated and didnt translate into effective changes.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>I. Enquadramento teórico</b> .....	<b>5</b>
I.1. Europeização e Condicionalidade Política .....	10
<b>II. Contextualização histórica</b> .....	<b>17</b>
<b>III. Análise da evolução dos critérios políticos de adesão: 2005 a 2016</b> .....	<b>34</b>
III.1. Relatório de progresso da Turquia em 2005.....	34
III.2. Relatório de progresso da Turquia em 2006.....	40
III.3. Relatório de progresso da Turquia em 2007.....	43
III.4. Relatório de progresso da Turquia em 2008.....	47
III.5. Relatório de progresso da Turquia em 2009.....	51
III.6. Relatório de progresso da Turquia em 2010.....	56
III.7. Relatório de progresso da Turquia em 2011.....	62
III.8. Relatório de progresso da Turquia em 2012.....	68
III.9. Relatório de progresso da Turquia em 2013 .....	76
III.10. Relatório de progresso da Turquia em 2014.....	78
III.11. Relatório de progresso da Turquia em 2015.....	82
III.12. Relatório de progresso da Turquia em 2016.....	85
<b>IV. UE-Turquia: análise interpretativa do processo de convergência dos critérios políticos</b> .....	<b>90</b>
IV.1. Processo de negociações e a falta de compromisso turco.....	92
IV.2. Condicionalidade política e Europeização: a sua aplicação ao processo de negociações para a adesão da Turquia à União Europeia.....	96
IV.3. Adesão à União Europeia: liderança do AKP e reformas políticas.....	98
IV.4. Cenário atual: da tentativa de golpe militar ao referendo em 2017.....	102
<b>Conclusão</b> .....	<b>107</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>115</b>

## **Lista de abreviaturas**

AKP- Partido da Justiça e Desenvolvimento (em turco, Adalet ve Kalkınma Partisi)

CEE – Comunidade Económica Europeia

CPT – Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e Mau tratamento

EURATOM – Comunidade Europeia da Energia Atómica

GRECO – Grupo de Estados Contra a Corrupção

HCNM – Alto Comissário para as Minorias Nacionais

KRG – Governo Regional Curdo

OPCAT – Protocolo Opcional da Convenção contra a Tortura

PKK – Partidos dos Trabalhadores do Curdistão

SEECF – Processo de Cooperação do Sudeste Europeu

UE – União Europeia

## Introdução

O desenvolvimento da relação entre a União Europeia e a Turquia, e de todo o processo de negociações no contexto do alargamento do projeto de integração europeia, é uma questão de extrema relevância em matéria de Estudos Europeus, devido às suas dinâmicas únicas dentro do processo de candidatura à adesão e introdução de valores democráticos europeus na sociedade turca. O tema ganha maior relevância à luz dos recentes acontecimentos na Turquia – tentativa de golpe militar em 2016 e referendo de 2017 –, considerando-se que a investigação neste âmbito é essencial para compreender o desenvolvimento do processo e das dinâmicas existentes atualmente.

As relações entre as Comunidades Europeias<sup>1</sup> e a República da Turquia tiveram início com o Acordo de Associação, assinado em 1963, que tinha como objetivo instituir uma união aduaneira entre as partes, tendo em vista uma futura integração no projeto europeu. O pedido de adesão oficial pela Turquia surgiu em 1987, mas foi apenas em 1999 que se reuniram as condições necessárias para iniciar as negociações. O cumprimento dos designados critérios de Copenhaga – que incluem uma dimensão política, económica e acervo comunitário – apresenta-se como condição central para o desenvolvimento de todo o processo. No caso da Turquia, ir ao encontro dos critérios políticos tem sido um desafio. Os critérios políticos de Copenhaga determinam a existência de instituições que garantam os princípios democráticos, Estado de Direito, direitos humanos, assim como o respeito e proteção das minorias. Os aspetos referidos anteriormente são áreas onde a Turquia enfrenta dificuldades, como por exemplo, em matérias de direitos humanos e das minorias. O seu processo de alinhamento com os critérios mencionados anteriormente tem sido uma constante ao longo dos anos desde o pedido de adesão ao projeto europeu.

Devido às diferenças existentes entre a Turquia e os Estados membros que integram a União Europeia, a necessidade de aplicar reformas mais profundas para haver uma aproximação era imperativa. Em 1999, a Turquia reuniu os requisitos

---

<sup>1</sup> Comunidade Económica Europeia (CEE) e Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM), criadas pelos Tratados de Roma em 1957.

estabelecidos pelos critérios políticos de Copenhaga de forma a ser considerada candidata, no entanto, existiam e existem ainda muitas diferenças e o processo tem sido mais longo de modo a atenuar esses contrastes e de modo a europeizar a sociedade turca. O processo teve início em 2005, cabendo à Comissão Europeia avaliar e monitorizar regularmente os progressos através de relatórios anuais. As negociações registaram diversos avanços e recuos, mas a recente tentativa de golpe militar na Turquia, em julho de 2016, e a resposta dada pelo governo turco, coloca em causa os princípios que são defendidos ao nível europeu, e que têm sido introduzidos na Turquia de modo a gerar uma aproximação aos valores defendidos pela UE.

Com a presente investigação, é pretendido responder à seguinte pergunta de investigação: considerando os acontecimentos recentes, a tentativa de golpe militar de 2016 e o referendo de 2017, o que falhou na promoção da convergência dos critérios políticos pela União Europeia face à Turquia? De forma a responder à questão principal colocada considera-se necessário entender se as mudanças que foram introduzidas na sociedade turca através do processo de negociações para a adesão se traduziram em mudanças efetivas ou se as mudanças introduzidas não se traduziram em alterações como era esperado através das reformas e implementação dos critérios políticos de Copenhaga.

Os objetivos principais da investigação assentam na análise da evolução e implementação dos critérios políticos no contexto do processo de adesão da Turquia à UE, entender a influência da União Europeia na Turquia, o impacto da aproximação aos valores europeus na sociedade turca, o reflexo das negociações e das reformas implementadas nos mais recentes desenvolvimentos (tentativa de golpe militar e referendo) e ainda como as negociações foram afetadas.

A abordagem metodológica que vai ser aplicada à investigação é a abordagem institucional, visto que é apresentada a perspetiva da Comissão Europeia, instituição responsável pela monitorização do processo assim como da avaliação do cumprimento dos critérios políticos de Copenhaga que são centrais no contexto da adesão. De forma a analisar o desenvolvimento das negociações e as suas dinâmicas, vai ser analisado o conteúdo dos relatórios elaborados pela Comissão Europeia, entre (2005 e 2016) que

orientam o seguimento das negociações, identificando as áreas que devem ser alvo de maior intervenção em linha com os objetivos estabelecidos para a adesão da Turquia à União Europeia. De modo a sustentar a análise dos documentos europeus, é necessário complementar a investigação com contributo bibliográfico.

A dissertação de mestrado encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro pretende introduzir os conceitos de condicionalidade política e europeização, considerando a sua aplicação à compreensão do desenvolvimento das relações entre a União Europeia e a Turquia. O conceito de condicionalidade política é essencial para analisar as dinâmicas do processo e o seu desenvolvimento. A lógica que se encontra inerente à condicionalidade política centra-se na ideia de recompensa, sendo que, neste caso, a recompensa é a adesão à União Europeia. Neste sentido, todo o processo de negociações e implementação das condições necessárias encontra-se fortemente ligado à ideia de que ao fazer o que foi instituído, através da influência europeia e do seu compromisso com o processo, as mudanças são implementadas no país candidato para obter o seu objetivo final: a adesão ao projeto europeu. A assimilação das mudanças que são incentivadas de acordo com a perspetiva de adesão tem o nome de europeização – através da partilha de princípios e introdução dos critérios políticos que regem os estados membros europeus - o que ao longo do tempo se traduz em mudanças internas.

O segundo capítulo é dedicado à contextualização histórica de todo o processo, desde o Acordo de Associação em 1963 até ao início das negociações de acesso em 2005. Com o segundo capítulo é pretendido identificar os principais desafios enfrentados ao longo dos anos, entender a influência europeia na Turquia para introduzir as mudanças necessárias para o início das negociações.

O terceiro capítulo dedica-se à análise da evolução dos relatórios de progresso elaborados pela Comissão Europeia de 2005 até 2016. Assumindo uma abordagem institucional, de carácter essencialmente descritivo, é pretendido analisar a forma como as negociações foram conduzidas, os problemas que foram registados durante as mesmas e, conseqüentemente, avaliar e entender o impacto da União Europeia e dos mecanismos que utilizou para introduzir mudanças na Turquia.

O quarto capítulo pretende interpretar, de forma explicativa, as principais questões que tiveram impacto no impasse em que as negociações se encontram, a atitude que a Turquia adotou durante as negociações, sobretudo durante os últimos anos. É pretendido interpretar, de acordo com a pergunta de investigação, as dinâmicas do processo: a forma como evoluiu, se a implementação dos critérios políticos se traduziu em mudanças efetivas, entender até que ponto a influência europeia foi transposta para o nível interno, sobretudo à luz dos recentes acontecimentos na Turquia.

Por fim na conclusão são elaboradas as reflexões chegadas com base nos capítulos anteriores, de modo a responder aos objetivos definidos e também, responder à pergunta de investigação, sobretudo de acordo com a análise institucional dos relatórios elaborados pela Comissão Europeia e à luz dos conceitos de condicionalidade política e europeização.

Considera-se que a presente investigação é inovadora no sentido em que é pretendido analisar e avaliar a forma como as relações entre a União Europeia e a Turquia decorreram ao longo dos anos, nomeadamente desde que o pedido de adesão formal foi feito até aos mais recentes desenvolvimentos (2017). A análise dos relatórios de progresso elaborados pela Comissão Europeia, que monitoriza o desenvolvimento feito pela Turquia na implementação dos critérios políticos de Copenhaga, permite entender a forma como a sua introdução através de reformas foi feita ao longo dos anos, de modo a aprofundar o conhecimento sobre a convergência verificada dos valores europeus ao nível interno na Turquia. De acordo com a exploração e resposta às questões mencionadas anteriormente, e em linha com os acontecimentos recentes verificados (tentativa de golpe militar e referendo), é pretendido responder à pergunta de investigação - o que falhou na convergência dos critérios políticos pela UE face à Turquia? – utilizando como enquadramento teórico os conceitos de condicionalidade política e europeização.

## I. Enquadramento teórico

A relação entre a Turquia e a União Europeia tem registado várias dinâmicas ao longo dos anos. A Turquia sempre ambicionou estar ancorada ao sistema ocidental, e deu o primeiro passo ao se tornar membro associado da CEE com a celebração do Acordo de Ancara em 1963, sendo que já tinha entrado no Conselho da Europa em 1949. Foi atribuído o estatuto de candidata em 1999 e a abertura das negociações deu-se em 2005. Frank Schimmelfenning e Ulrich Sedelmeier (2005: 3) afirmam que “a Comissão Europeia recomendou o início das negociações de acesso com a Turquia de forma cautelosa”. A garantia e cumprimento dos critérios políticos de Copenhaga<sup>2</sup> nomeadamente dos critérios políticos, eram a condição essencial que iria determinar o decorrer das negociações, sendo que em caso de incumprimento, as negociações poderiam ser suspensas.

A sua aproximação iniciou-se em 1959, com o pedido do estatuto de membro associado da então Comunidade Económica Europeia, e tem sido uma constante ao longo dos anos. O desejo turco de integrar o projeto europeu encontra-se presente nos princípios do kemalismo<sup>3</sup> através do objetivo de criação de uma nação moderna e democrática, à semelhança do que se verificava em várias nações europeias. Kivanç Ulusoy (2009: 371) sublinha que o objetivo de criação de uma nação moderna e democrática reforçava que “era necessária uma ocidentalização total nas esferas sociais, culturais e políticas na Turquia”. Essa modernização, em linha com os valores europeus, começou lentamente sempre com a ideia de integrar o projeto europeu no futuro. As diferenças entre a Turquia e os países que integram a União Europeia eram evidentes, pelo que era necessária uma aproximação nas mais diversas esferas.

---

<sup>2</sup> Critérios de Copenhaga, instituídos em 1993 como linhas orientadoras para processos de adesão: encontram-se divididos em três vertentes, sendo que os critérios políticos (essenciais para o início das negociações e orientam todo o processo de adesão) centram-se na estabilidade das instituições que garantam a democracia, Estado de direito, direitos humanos e respeito e proteção das minorias.

[http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/accession\\_criteria\\_copenhague.html?locale=pt](http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/accession_criteria_copenhague.html?locale=pt) Consultado a 18 de Abril de 2017.

<sup>3</sup> Ideologia criada por Kemal Atatürk que lançava as linhas orientadoras da república turca instituída em 1923, sendo que é importante destacar, entre princípios defendidos, a criação de uma nação moderna e democrática à semelhança daquilo que existia em muitos dos Estados da Europa Ocidental.

O estatuto de candidata foi concedido à Turquia em 1999 e, desde então, como Meltem Müftüler Baç (2005:20) afirma “o governo turco tinha um incentivo forte para a sua democratização e reformas políticas dentro da possibilidade de adesão total à União Europeia se cumprir as condições políticas”. É importante realçar que, para receber o estatuto de candidata, a Turquia teve que implementar determinadas reformas internas para aproximar-se dos critérios políticos de Copenhaga, o que reforça a ideia de que as pressões geradas pela União Europeia, no contexto da adesão, resultam em mudanças internas em linha daquilo que pretendem e dos valores partilhados pelos estados membros. O processo de europeização<sup>4</sup> da Turquia teve início desde o pedido de adesão feito em 1987, e todo o trabalho que foi feito – desde emendas constitucionais e conclusão da união aduaneira com a União Europeia em 1995 – contribuiu para a atribuição do estatuto de candidata em 1999. Meltem Müftüler Baç (2005:17) refere que desde que foi atribuído o estatuto de candidata, existia a perceção de que a Turquia tinha que “adotar reformas mais vastas de modo a cumprir os critérios de adesão da União Europeia para que as negociações de acesso tivessem início”.

Firat Cenzig e Lars Hoffmann (2013: 422) sublinham a importância da eleição do AKP, partido que detém a maioria política na Turquia desde as eleições de 2002, que estabeleceu de forma clara o seu compromisso com o projeto europeu, aliado a uma agenda de “reformas legais, onde a Comissão Europeia confirmou que a Turquia cumpria os critérios políticos de Copenhaga nos quais o Conselho Europeu decidiu abrir as negociações de acesso”.

A atribuição do estatuto de candidata fez com que as reformas ganhassem um novo impulso e que as pressões geradas para a europeização da Turquia fossem superiores. Os critérios de Copenhaga ganharam uma nova dimensão, no sentido em que todo o processo de evolução iria estar condicionado pelos mesmos, nomeadamente pelos critérios políticos continuavam a ser centrais para determinar a evolução do processo, assim como o início das negociações. Era notória a necessidade de continuar a implementar reformas e emendas constitucionais nas áreas mais problemáticas, mas com a possibilidade de adesão estar “mais perto” permitiu que as reformas fossem

---

<sup>4</sup> Conceito de europeização é tratado mais à frente.

aplicadas de forma mais intensa. Meltem Müftüler Baç (2005: 17) afirma que “os ajustamentos mais ambiciosos e significativos às normas europeias ocorreram devido à possibilidade da adesão europeia se ter tornado menos distante”, ou seja, quando a União Europeia reconheceu a Turquia como candidata à adesão.

De acordo com Frank Schimmelfenning e Ulrich Sedelmeier (2005: 3) “o processo de alargamento na União Europeia é um processo político chave, tanto para a União Europeia como para as relações internacionais na Europa”. Desde a sua fundação, a comunidade europeia tem vindo a crescer e tem cada vez mais estados membros. Com o fim da Guerra Fria e desmantelamento da União Soviética, surgiram novos países no leste europeu que posteriormente foram incluídos no projeto europeu. Dentro do processo de alargamento, penso que seja importante sublinhar a afirmação de Frank Schimmelfenning e Ulrich Sedelmeier (2005: 6) de que existem questões muito importantes dentro deste processo, designadamente: “como o alargamento muda a identidade, interesses, o comportamento do governo e dos atores da sociedade? E em que condições se conformam às normas da organização?”. Neste sentido, o facto de as negociações poderem ser suspensas em caso de incumprimento relaciona-se, de forma notória, com o que foi mencionado anteriormente. O processo de alargamento é bastante importante, a forma como é desenhado e conduzido é essencial para que os resultados sejam os pretendidos. Relativamente à Turquia, as questões colocadas por Frank Schimmelfenning e Ulrich Sedelmeier (2005) ganham uma maior dimensão, visto que existe a ideia de que a adesão da Turquia é uma “ameaça” à identidade europeia, o que tem sido reforçado através de intervenções dos líderes europeus. De acordo com Elizabeth Shakman Hurd (2006: 401), a inclusão de “um país com maioria muçulmana na União Europeia era vista como um perigo à tradição existente no continente de igualdade de género e de tolerância a estilos de vida alternativos por exemplo”. Ainda dentro da questão da identidade e como os alargamentos podem “ameaçar” a identidade europeia, Elizabeth Shakman Hurd (2006: 402) sublinha que a adesão de “um país com maioria muçulmana, apesar de ser discutível, numa Europa cristã, é visto como algo importante, mas também traz dilemas internos à Europa relativamente à forma como a religião e a política se relacionam”. A questão da identidade e da religião tem um peso muito grande no ceticismo que muitos estados membros europeus sentem em

relação à Turquia. Firat Cengiz e Lars Hoffmann (2013: 424) destacam a atitude da “Alemanha, França, Áustria e Holanda – que continuamente afirmam a retórica de ceticismo acerca da adesão turca à União Europeia, sinalizando que a decisão final de admissão deveria ser feita através de referendos nacionais”<sup>5</sup>. Esta atitude de alguns dos estados membros europeus vão contra os próprios valores europeus estabelecidos nos Tratados, como está expresso no artigo 2º do Tratado de Lisboa, onde além de verificarmos a referência aos critérios de Copenhaga, podemos ler também o seguinte: “uma sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação”, o que se verifica neste caso. Uma eventual adesão da Turquia ao projeto europeu, em linha com o respeito pelos critérios de Copenhaga, iria acentuar a vertente do pluralismo, porém todo o processo de negociações tem vindo a ser marcado pela “discriminação” e medo pelo facto da Turquia ter uma religião predominante muçulmana, o que coloca em causa o próprio valor europeu de respeito e luta contra a discriminação seja em que base for.

Relativamente à questão da identidade europeia em relação à Turquia e aos critérios de Copenhaga, Nas e Ozer (2012: 36) afirmam que a dificuldade que a Turquia tem sentido em cumprir os critérios seria alterada com “um processo de identificação com a Europa e uma mudança da definição de identidade que deveria conter um nível de europeização da identidade no caso da Turquia”. Na verdade, tem existido aproximação constante da Turquia e dos seus valores com os europeus através da europeização, nomeadamente, da sua sociedade civil. Desde que a Turquia foi considerada candidata à adesão, a União Europeia iniciou uma aproximação com a sociedade civil turca que poderia desempenhar um papel crucial durante o processo e as negociações. Paul Kubicek (2005: 267) realça que a “União Europeia providenciou um empurrão necessário para as reformas, ao criar um ambiente internacional de apoio e um círculo ‘virtuoso’ em vez de ‘vicioso’ onde algumas reformas falharam e gerar uma consolidação democrática mais abrangente”. Ou seja, com o apoio da sociedade civil, a implementação e aceitação das reformas seria bastante superior ao que seria registado sem essa aproximação. A própria União Europeia ciente da necessidade de ter uma

---

<sup>5</sup> Marcie J. Patton (2007: 344) refere que dias antes de ser assinado o acordo das negociações, “a Áustria exigiu que a União Europeia deveria considerar em vez da abertura das negociações de adesão, considerar um “estatuto privilegiado” para a Turquia”.

relação de proximidade com a sociedade civil turca, como está estabelecido no Relatório de Progresso 2009 da Turquia, elaborado pela Comissão Europeia (2009: 6) é oferecido apoio financeiro europeu para “o desenvolvimento da sociedade civil (...) de modo a reforçar as organizações civis, as suas capacidades administrativas e de comunicação, o dialogo social, inclusão (...)”. Deste modo podemos verificar que dentro da própria União Europeia existe a ideia de que o investimento na sociedade civil turca e uma consequente aproximação, só traz benefícios ao próprio processo de adesão.

Todo o processo de adesão e negociações entre a Turquia e a União Europeia tem sido feito com recuos e avanços e em constante avaliação. Era necessário que assim fosse visto que, a Turquia tinha e tem diversas características diferentes das existentes nos estados membros europeus, que vão ser assimiladas dentro da comunidade europeia, sendo que os aspetos mais importantes são: religião, questão das minorias e problemas relacionados com matérias dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Contudo, e apesar de existirem ainda problemas, foram registadas melhorias que foram reconhecidas pela União Europeia ao conceder o estatuto de candidata. Estas mudanças, que têm sido registadas ao longo tempo, devem-se em grande parte à influência exercida pela União Europeia e à perspectiva de adesão. De acordo com Nas e Ozer (2012: 14), dentro do processo de adesão, o cumprimento dos “critérios de Copenhaga para a adesão criam a pressão de mudança sob a âncora da União Europeia”. É desta forma que o cumprimento dos critérios políticos é utilizado como a principal condição para o início das negociações, funciona como um incentivo para que a Turquia implemente as reformas necessárias, para que possa garantir esse estatuto como tem sido observado.

Quando um determinado país se candidata à adesão ao projeto europeu, sabe à partida que tem que cumprir determinados requisitos e realizar reformas constantes de modo a ir ao encontro dos critérios de Copenhaga. De acordo com Nas e Ozer (2012: 14), os países candidatos têm que implementar certas medidas tais como “democracia e aos padrões de direitos humanos (...) e adaptar às regras e regulamentos da União Europeia”. E dentro do processo de adesão e negociações estão reunidas as condições necessárias para que sejam implementadas tais medidas. Gergana Noutcheva e Senem

Aydin-Düzgüt (2012: 59) afirmam que “a perspectiva de adesão à União Europeia é motor formidável para a mudança institucional interna”.

### **I.1. Europeização e Condicionalidade política**

As mudanças que ocorrem no país candidato de modo a ir ao encontro dos princípios europeus tem o nome de “europeização”. A adoção de reformas nas mais diversas áreas para cumprir os requisitos europeus demonstra a influência europeia nos países candidatos. Segundo Mustafa Aydin e Sinem A. Acikmese (2007: 264), este termo refere-se “ao processo de mudança ao nível interno devido às pressões geradas ao nível europeu”. É necessária a existência de um alinhamento entre os países candidatos e os estados membros europeus, os critérios de Copenhaga foram desenhados para incrementar uma aproximação dos países candidatos ao projeto europeu. Mustafa Aydin e Sinem A. Acikmese (2007: 267), afirmam que “os estados que querem entrar na União têm que mostrar a existência de instituições estáveis que garantam a democracia, Estado de Direito, direitos humanos e respeito e proteção das minorias”<sup>6</sup>. Mustafa Aydin e Sinem A. Acikmese (2007: 267) sublinham a importância do cumprimento dos critérios políticos de Copenhaga e um alinhamento com os valores europeus porque “antes da sua adesão, os novos estados membros participaram no diálogo político e alinharam-se gradualmente com as posições e ações da União Europeia. E ao não o fazer poderiam colocar em causa a sua adesão”. Mais uma vez, torna-se notória a necessidade de aplicar reformas de modo a ir ao encontro dos valores europeus, com um diálogo constante com a União Europeia permitindo de fato uma aproximação entre o país e o projeto europeu, de forma a que possa incluir dentro da sua própria identidade os valores democráticos e de respeito que regem a União Europeia.

Existem diversas vertentes e definições de europeização. Tekin e Güney (2015: 4) sublinham a definição desenvolvida por Radaelli (2003) onde a europeização é definida em vários processos: “a) construção, b) difusão e c) institucionalização de regras

---

<sup>6</sup> Importância dos critérios políticos de Copenhaga para iniciar o alinhamento com os valores europeus e para o próprio início das negociações para a adesão. Estas matérias e o respeito pelas mesmas refletem os valores nos quais o projeto europeu foi construído, daí a importância atribuída no processo de adesão.

formais e informais (...) crenças partilhadas”. De acordo com esta perspetiva, a europeização é construída, o que significa que, primeiro são criadas as condições nas quais deve ser feita e, de seguida, é difundida dentro das vertentes que são pretendidas e na sua versão final, os seus resultados são institucionalizados. As regras europeias tornam-se parte da política e instituições internas dos Estados, o que faz sentido nos casos em que os países efetivamente aderem e as medidas implementadas dentro do processo de europeização permanecem.

Tekin e Güney (2015: 5) definem igualmente a sua própria definição do processo de europeização e das mais diversas fases existentes. Sublinham o desajustamento político entre aquilo que a União Europeia prescreve para adesão e as políticas internas dos Estados, pelo que, os requisitos para a adesão podem levantar problemas na política interna dos países candidatos. No caso da Turquia algumas matérias levantaram questões visto que, o que era requerido ao nível europeu nem sempre coincidia com a visão nacional relativamente a essas matérias. O papel das forças militares na vida política e na sociedade era um exemplo de discordância entre ambas. Na Turquia, a questão do papel das forças armadas turcas na sociedade, de acordo com Ümit Cirze<sup>7</sup> (2007: 302), existe uma “tradição enraizada na sociedade turca e a falta de balanço entre as autoridades civis e militares”, o que não corresponde aos valores europeus. Este desajustamento é ultrapassado quando, de acordo com Tekin e Güney (2015: 5), “a política e o desajuste institucional levam à europeização apenas se for feita sob os atores domésticos e que o processo seja mediado por instituições internas”. Deste modo, para deixar de existir um desajuste entre as condições europeias para adesão e a política interna, é preciso identificar as áreas de conflito e arranjar uma forma para que as reformas e todo o processo de europeização seja conduzido de forma eficiente e de acordo com o que é pretendido tanto pela União Europeia e pela Turquia. A probabilidade de o processo de europeização ser bem-sucedido é superior quando, de acordo com Nas e Ozer (2012: 22), é avaliado “a extensão em que o ajustamento se traduz em mudança depende das instituições domésticas, que mediam ou filtram os impactos domésticos da Europa”. É, ainda, relevante referir a relação entre os custos e

---

<sup>7</sup> Capítulo Graziano and Vink (2007).

os benefícios. A Turquia parte do princípio de que para receber o benefício (adesão ao projeto europeu) precisa de adotar determinadas medidas para ir ao encontro dos valores europeus que se traduzem em “custos”.

É importante que os custos dessas reformas não sejam demasiado elevados e que a perspectiva de receber o benefício não se torne algo longínquo, já que caso tal aconteça, a forma como as reformas são implementadas pode perder a sua consistência. Um exemplo em que os turcos tinham receio do impacto das reformas e ajustamento aos valores europeus relaciona-se com a questão das minorias, Hamit Bozarslan<sup>8</sup> (2007: 333) refere que a comunidade curda é vista “como uma ameaça à Turquia e à sua identidade nacional”. Dentro dos critérios de Copenhaga, o reconhecimento e respeito pelas minorias é uma questão crucial, mas a questão das minorias na sociedade turca sempre foi algo problemático, daí o medo de que as reformas europeias tivessem custos demasiado elevados a nível doméstico. Relativamente a este ponto, Kivanç Ulusoy (2009: 329) afirma que “o processo de reforma se torna extremamente vulnerável devido à ainda atitude ambígua da União Europeia relativamente à Turquia” o que “afeta seriamente a dinâmica interna do processo de reforma e produz resistência à democratização”.

Um dos mecanismos através dos quais o processo de europeização é conduzido é através da condicionalidade. Tekin e Güney (2005: 5) afirmam que este modelo “é condicionado pela lógica da sequência, a adoção de regras pelos estados que não são membros é feita através dos incentivos externos feitos pela União Europeia, e através da recompensa”. De acordo com este conceito, todo o processo de adesão, desde as negociações à aplicação das reformas necessárias para existir um alinhamento com os valores europeus, encontra-se fortemente incentivada pela ideia da recompensa que neste caso é a adesão total ao projeto europeu. Paul Kubicek (2011: 912) sublinha que “a condicionalidade tem sido o pilar da estratégia de democratização europeia. (...) Juntamente com o seu princípio nuclear, a lógica é clara: faz X para conseguires Y. Neste caso, o requisito é democratizar o suficiente para ir ao encontro das condições necessárias para a adesão à União Europeia”. De acordo com esta lógica, todas as ações

---

<sup>8</sup> Capítulo Graziano e Vink (2007).

feitas, desde reformas a emendas constitucionais aplicadas na Turquia, encontram-se em linha com a ideia de que ao cumprir os requisitos, a recompensa estará mais próxima, ou seja, a adesão total ao projeto europeu. No entanto, Paul Kubicek (2007: 362) afirma que a Turquia em vez de “fazer X porque recebe Y, deveria sim responder à lógica da adequação (faz X porque é o mais correto)”, ou seja, todas as mudanças democráticas realizadas na Turquia foram feitas para receber a recompensa e não necessariamente por considerarem que era o correto. Esta lógica seguida pela Turquia reflete um problema: se as medidas e reformas implementadas vão persistir ao longo do tempo, ou seja, caso tenham sido aplicadas para cumprir os critérios requeridos será que vão persistir caso a adesão ocorra ou caso não aconteça?

Nas e Ozer (2012: 14) realçam o modelo de incentivos externos desenvolvido por Schimmelfenning e Sedelmeier, onde “a recompensa da adesão europeia pode exercer uma pressão forte para a mudança ao alterar o cálculo dos custos benefícios pelos atores domésticos”, sendo que isto acontece quando a credibilidade da União Europeia, relativamente a todo o processo de adesão, continua alta. Caso o país candidato, neste caso a Turquia, entenda que a possibilidade de receber a recompensa desejada pela União Europeia é real, é muito mais fácil aplicar e cumprir os critérios requeridos, assim como implementar todas as normas/legislação europeia que é exigida. Kivanç Ulusoy (2009: 364) afirma que “o processo de democratização na Turquia (...) é externamente induzido por um processo administrado através de mecanismos de condicionalidade da União Europeia” e que “a perspetiva de adesão à União Europeia é considerada o fator que causou os recentes progressos registados na Turquia nomeadamente no que diz respeito à reforma democrática”.

A europeização, como referido anteriormente, é a forma através da qual a União Europeia introduz valores democráticos nos países em linha de adesão para irem ao encontro dos princípios europeus. A perspetiva de adesão funciona como objetivo e impulsionador da aplicação e adoção de todas as reformas necessárias para que os países candidatos iniciem um alinhamento com os valores partilhados pelos estados membros. A europeização juntamente com a condicionalidade são dois mecanismos

impulsionadores de reformas democráticas nos países candidatos. Graziano e Vink<sup>9</sup> (2007: 89) referem que desde o final da Guerra Fria, “a União Europeia (antes Comunidade Europeia) oferecia assistência financeira e técnica assim como o desenvolvimento de laços institucionais – primeiro de forma informal e mais tarde de forma formal – condicionalmente através do cumprimento dos padrões democráticos e de direitos humanos”. Ou seja, verificamos que existia sempre algo que condicionava a assistência que era oferecida, mas sempre sujeita ao cumprimento dos valores democráticos e de direitos humanos que orientam o projeto europeu.

A condicionalidade política, de acordo com Nas e Ozer (2012: 55), “implica que os atores internos ou governos através dos atores externos induzam estruturas democráticas ou consolidem o seu regime democrático antes de receberem a recompensa prometida”. De acordo com Paul Kubicek (2011: 912) “a condicionalidade tem sido a peça central da estratégia de democratização seguida pela União Europeia” e que a sua eficácia resulta da “análise dos custos e benefícios, sendo que os benefícios devem ser maiores que os custos de democratização”. O que reforça a afirmação de Nas e Ozer (2012: 53) de que “a ideia de adesão, a eventual recompensa, é tornada condicional para a adoção e implementação das regras da União Europeia e encontra-se na condicionalidade”.

Sendo que a condicionalidade tem sido central durante os mais diversos processos de adesão e promoção da democracia, é importante ter em conta que têm que existir determinados fatores para que o processo tenha resultados positivos. De acordo com Paulo Kubicek (2011: 912), é importante que a condicionalidade seja determinada, consistente e transparente, caso contrário, “os países em questão podem duvidar da mudança política (...) e podem tentar obter as recompensas sem o cumprimento das condições impostas pela União Europeia”. Outra questão importante acontece quando “as regras não são claras, os países em questão podem tentar ganhar vantagens e aplicar reformas parcialmente (...) podem questionar a sinceridade da União Europeia e perder confiança de que podem alguma vez cumprir os critérios europeus”. Neste caso, assistiríamos a um enfraquecer de todo o processo de reforma. Firat Cengiz

---

<sup>9</sup> Capítulo de Frank Schimmelfennig e Ulrich Sedelmeier (2005).

e Lars Hoffmann (2013:428) referem-se ao compromisso do projeto europeu com a Turquia, e afirmam que “quando o compromisso da credibilidade da União Europeia entrar em declínio, as propostas feitas vão ter um impacto mínimo na agenda política nacional”, colocando em causa todo o processo de reformas e a sua consistência.

A União Europeia, como foi referido, tem utilizado a europeização e a condicionalidade como mecanismos de promoção da democracia na Turquia de modo a que esta vá ao encontro dos critérios políticos de Copenhaga para que as negociações tivessem início. Quando as negociações de adesão têm início, de acordo com Graziano e Vink (2007: 89), “o foco da condicionalidade muda das normas democráticas e direitos humanos para regras da União Europeia mais específicas do acervo comunitário – ou para uma condicionada democrática para cumprir o acervo da condicionalidade”.

A Europa sempre exerceu influência na Turquia, todas as mudanças que têm sido registadas surgiram na sequência da sua relação com a União Europeia, sendo que, tal como Kivanç Ulusoy (2009: 364) afirma, “o processo de europeização tem sido uma oportunidade de mudança das estruturas políticas turcas” e que “o impacto atual europeu é estrutural, sendo que a União Europeia mobiliza um processo endógeno de mudança na Turquia”.

O pedido de adesão turco foi feito em 1987, na altura o pedido não foi automaticamente aceite devido aos problemas existentes em matérias de direitos humanos e falhas na democracia. Era notório, como Meltem Müftüler Baç (2005: 17) afirma, que a Turquia “tinha que se tornar mais democrática para obter o estatuto de candidata à União Europeia”. Neste sentido foi iniciado o processo de reformas de forma mais intensa, o que mostra um exemplo de condicionalidade e europeização: foram aplicadas reformas e introduzidas medidas para uma aproximação aos valores e critérios europeus, de modo a alcançar o estatuto de candidata a adesão. Em 1999, a Turquia obteve estatuto de candidata, sendo que a partir de então as reformas começaram a ganhar uma maior velocidade. Até então, apesar das reformas ocorrerem ao seu ritmo e sempre com a obtenção do estatuto de candidata em mente, a verdade é que, tal como Paul Kubicek (2005:362) afirma, a Turquia tem sido um “democratizador relutante”, no sentido em que muitas das matérias relacionadas com direitos humanos

e minorias eram assuntos delicados a nível interno e as reformas propostas pela União Europeia nem sempre foram bem-vistas e eram implementadas com algum receio.

As negociações foram iniciadas e desde então têm sido implementadas cada vez mais reformas, no entanto a perspectiva de adesão continua longínqua. Natalie Tocci (2005: 78) afirma que, dentro do processo as “reformas esperadas são exigidas a curto e médio prazo, enquanto que a entrega dos benefícios (adesão total) ocorre a longo prazo”. Essa inconsistência pode afetar negativamente a forma como as reformas são aplicadas, visto que não existe um incentivo e a recompensa esperada parece cada vez mais distante. De acordo com Natalie Tocci (2005:78) “a incerteza do processo, devido ao timing e aos desenvolvimentos que podem surgir, afetam de forma inevitável a Turquia e a sua propensão em cumprir reformas a curto prazo”. Esta realidade levanta outra questão que é feita por Paul Kubicek (2011: 911): “a preocupação primária que a União Europeia enfrenta é assegurar que as reformas políticas democráticas que decorreram na Turquia a partir de 2000 – reformas que foram feitas explicitamente com o incentivo da União Europeia – são preservadas”. A verdade é que a Turquia se tornou mais democrática, como Natalie Tocci (2005: 73) afirma, “é irrefutável que tem sido um processo importante de progresso e a mudança democrática continua; e é a mudança mais extensiva na história da República turca”.

## II. Contextualização histórica

Durante vários séculos, a Turquia, à semelhança das outras potências europeias, foi um Império. De acordo com Harry Flam (2004: 3), no seu apogeu, o Império Otomano estendia-se “da atual Argélia até ao Golfo Pérsico no Leste, e de Budapeste à Ucrânia no Norte até Áden (cidade no Iémen) no Sul”. Apesar da sua extensa dimensão geográfica, o Império Otomano caracterizava-se por estar constantemente envolvido em guerras com os seus vizinhos. Dentro das diversas guerras em que o Império se envolveu, Harry Flam (2004: 3) destaca a relevância dos conflitos que ocorreram durante o século XVII contra as potências europeias, o que culminou na perda de diversos territórios. Durante os séculos seguintes, a dinâmica de guerras sucessivas manteve-se e acabou por resultar em derrotas constantes e o conseqüente enfraquecimento do império tornou-se inevitável. Como consequência, registaram-se divisões da população em comunidades religiosas e étnicas que exigiam o seu reconhecimento, assim como a sua autonomia. Os fatores mencionados resultaram no enfraquecimento do Império, culminando com a sua desintegração (1923), dando origem a novos estados independentes. Apesar da sua desintegração, de acordo com José Pedro Teixeira Fernandes (2005: 47), a Turquia “é um Estado com uma dimensão geográfica muito grande, quando aferida por padrões europeus”, sendo que o seu território é “superior ao conjunto dos dez novos Estados-membros que entraram para a União Europeia em 2004”.

O declínio otomano foi iniciado no século XVII, após guerras sucessivas, reivindicações das comunidades religiosas e étnicas, e conseqüentemente com a sua desintegração. Porém, o acontecimento que estabeleceu o fim do Império Otomano foi a sua participação na Primeira Guerra Mundial ao lado do Império Germânico, que saiu como derrotado neste conflito à escala mundial. O envolvimento Otomano foi determinante para o seu colapso, que foi declarado no Tratado de Lausanne assinado entre os Aliados e os perdedores em 1923. A Turquia, então Império Otomano, encontrava-se no lado dos perdedores e como tal sofreu conseqüências. A sua desintegração e delimitação de fronteiras foram definidas pelas potências vencedoras, que reconheceram e lançaram as bases para a criação de uma República sob a liderança de Kemal Atatürk, o líder da Guerra da Independência turca, que tinha como objetivos instituir uma república sustentada em princípios Ocidentais, fomentado assim uma

modernização que iria culminar, na sua perspetiva, na introdução da Turquia no mundo Ocidental.

O Tratado de Lausanne, como foi referido anteriormente, instituiu o desmantelamento do Império Otomano, e lançou as bases da doutrina kemalista, que tinha como principal objetivo garantir que a nova República iria ser sustentada em bases fortes e coesas para que a história da desintegração não voltasse a acontecer. Neste sentido, o fundador da República turca lançou um projeto de reformas que garantissem a sobrevivência da mesma, apoiada em seis princípios que a iriam sustentar. Kivanç Ulusoy (2009: 371) enumera os princípios orientadores: “republicanismo, laicismo, nacionalismo, reformismo, populismo e estadismo”. De acordo com estes princípios, assim como da integridade territorial, a modernização das estruturas políticas, uma nacionalidade e língua comum, a República reunia as condições necessárias para ser bem-sucedida. Kivanç Ulusoy (2009: 371) sublinha que o novo Estado turco utilizou como modelo “os estados nação europeus que de acordo com a lógica da República Kemalista<sup>10</sup>, era necessária uma ocidentalização total nas esferas sociais, culturais e políticas na Turquia”. De acordo com Chris Rumford (2001: 94), o kemalismo na Turquia é visto como “uma força contemporânea da vida política turca, particularmente à educação, forças militares, a sua vertente secular, partidos políticos e burocracia estatal”.

Na sequência desta visão reformista, iniciou-se a modernização da Turquia de acordo com os valores Ocidentais: ao evitar conflitos com poderes externos, permitiu a sua inserção nas mais diversas organizações internacionais. Essa presença foi essencial para que a Turquia reforçasse a sua força no sistema internacional e fomentar o seu alinhamento com o Ocidente durante a Guerra Fria.

É importante sublinhar que se registou igualmente uma orientação clara em linha com os princípios europeus sendo que uma futura adesão ao projeto de integração europeia era uma ambição turca, como Meltem Müftüler Baç (2005:18) afirma era pretendido o “reconhecimento como um estado europeu”. Meltem Müftüler Baç (2005:

---

<sup>10</sup> Ideologia política criada por Kemal Atatürk, instituía uma série de reformas de modo a criar um Estado-nação moderno na Turquia, à semelhança do que existia na Europa, guiado pelos valores democráticos e seculares.

18) afirma que a Turquia percebeu que “estar ancorada ao sistema ocidental era uma mais-valia” e a orientação europeia pretendia “quebrar com o passado otomano e criar um estado europeu moderno” de modo a “atingir o estatuto de candidata”. Esta orientação seguida pela recém República, reflete, de acordo com Meltem Müftüler Baç (2005:1) o desejo da elite turca de “reconhecimento da Turquia como um estado europeu como objetivo da sua política externa”. Outro fator importante para a inclusão da Turquia no sistema internacional deu-se após ter adotado uma posição neutral durante a Segunda Guerra Mundial, afastando-se assim do seu passado imperial com um novo posicionamento relativamente aos conflitos externos. É importante realçar que na sequência desta nova posição de não envolvimento, nomeadamente durante o período inicial da Guerra Fria, permitiu “o seu alinhamento geopolítico com o Ocidente” de acordo com José Casanova (2006: 238). Esta nova posição adotada pela Turquia iniciou-se ao ser membro fundador da ONU, de seguida com a sua inclusão no Conselho da Europa<sup>11</sup> em 1949 (ano da sua fundação). Este alinhamento que demonstra uma nova estratégia turca, que é explicada por José Pedro Teixeira Fernandes (2005: 50) deve-se ao medo gerado pela política expansionista levada a cabo por Estaline, o que fez com que a Turquia fosse de certa forma “empurrada” para o Ocidente com a sua adesão à NATO em 1952.

De acordo com os princípios definidos por Kemal Atatürk para a fundação da República, era necessário implementar diversas reformas, mas de acordo com Meltem Müftüler Baç (2005: 17) as reformas introduzidas eram direcionadas para que a Turquia fosse associada ao projeto europeu e para que fosse aceite o seu “estatuto europeu”. O processo de reformas permitiu que a Turquia realizasse uma aproximação aos valores ocidentais, nomeadamente os valores europeus. Era evidente a intenção da Turquia relativamente ao projeto europeu e neste sentido foi feito um pedido para ser considerado estado-membro associado.

---

<sup>11</sup> Conselho da Europa é uma organização internacional fundada em 1949, sendo a maior e mais antiga organização intergovernamental. Tem como objetivos a promoção e defesa dos direitos humanos, democracia, assim como a estabilidade e harmonização política e social. Atualmente integra 46 países.

## II.1. Do Acordo de Ancara aos Critérios de Copenhaga

As relações entre a Turquia e o projeto de integração europeia ganharam um novo impulso com o Acordo de Ancara em 1963<sup>12</sup> e os protocolos adicionais, que estabeleciam as condições para a criação de uma união aduaneira. A sua concretização, com Meltem Müftüler Baç (2005) afirma, iria levar a uma análise de uma eventual adesão turca à Comunidade, como estava anunciado no artigo 28 do Acordo de Associação (1963: 15): “quando o funcionamento do Acordo tiver permitido à Turquia encarar a aceitação global das obrigações decorrentes do Tratado que institui a Comunidade, as Partes Contratantes examinarão a possibilidade de uma adesão da Turquia à Comunidade”.

Nas décadas seguintes, as negociações entre a Turquia e a CEE foram congeladas na sequência do golpe militar em 1980, o que impossibilitou o seu avanço. Ao longo da sua existência, a República turca tem sido alvo de diversos golpes militares. Ümit Cirze (2007:301) sublinha as quatro ocasiões em que “os militares intervieram e moldaram a política turca”, sob a narrativa de defesa dos valores kemalistas. Desde que foi instituída a República, “as forças armadas sempre tiveram um sentido persuasivo na sua própria prerrogativa de zelar pelo regime que criaram e em transcender o foco exclusivo da defesa externa”. O primeiro golpe militar deu-se em 1960, sendo que os seguintes foram em 1971, 1980, e 1997. É importante referir que cada intervenção militar, como Ümit Cirze (2007: 307) refere, “criou um ajustamento mais conservador da vida sociopolítica, definindo parâmetros institucionais e morais na política turca durante as próximas décadas”.

Em 1980, como Harry Flam (2004: 5) refere, o terceiro golpe militar ocorreu “no meio de uma crise económica severa e após violência policial” que resultou em diversas mortes. O golpe militar surgiu na sequência da missão autoproclamada pelos militares de serem “guardiões” do Estado turco. Ümit Cirze (2007: 309) refere que as forças militares desenvolveram novas competências por iniciativa própria, que eram de salvaguarda do “Estado e das pessoas da divisão social, quebra económica, anarquia e

---

<sup>12</sup> Acordo celebrado entre a Turquia e a Comunidade Europeia em 1963, que permitia a criação de uma união aduaneira, e que lançava a possibilidade da Turquia um dia, na sequência do cumprimento dos requisitos instituídos, aderir ao projeto europeu no futuro.

violência cujos responsáveis eram os partidos e os políticos”. A sua intervenção deu-se devido ao medo de uma guerra civil, e obtiveram o apoio da população para a sua ação. A intervenção consistiu, de acordo com Ümit Cirze, (2007: 309), em “fechar partidos políticos, o parlamento (...) ao prender os seus líderes, e ao declarar o estado de emergência no país e ao reverter os direitos democráticos e liberdades garantidos pela Constituição de 1961”. O golpe militar colocou as negociações com a então CEE num impasse, nomeadamente no que diz respeito ao Acordo de Associação, resultando inclusive na sua suspensão. Ümit Cirze (2007: 302) sublinha que os sucessivos golpes militares, “têm criado bastantes dificuldades durante a longa espera de Ancara à “porta da União Europeia”, dificultando e atrasando o processo. A influência que as forças militares turcas têm na vida política e na própria sociedade não vão aos encontros dos valores europeus. As forças militares devem sim intervir para defender o Estado em caso de ameaça, porém, no caso da Turquia, os poderes das forças militares são ainda maiores.

Meltem Müftüler Baç (2005:19) refere que na sequência do golpe militar de 1980, o “Parlamento europeu suspendeu a associação em 1982”. Era notória a necessidade urgente para que fossem aplicadas reformas na Turquia que revertissem, como Ümit Cirze (2007:302) afirma, “a falta de balanço entre as autoridades civis e militares”.

As negociações foram retomadas quando os valores democráticos foram restaurados, e foi neste sentido que a Turquia decidiu oficializar a sua posição ao fazer pedido de adesão oficial em 1987, na sequência da adesão de Portugal, Espanha e Grécia no projeto europeu. A resposta por parte da CEE foi dada dois anos depois: apesar de terem sido registadas mudanças importantes na Turquia, através de reformas para ir ao encontro dos princípios democráticos e dos valores nos quais o projeto europeu se sustenta, o pedido não foi automaticamente aceite sob o pretexto de serem necessárias novas avaliações. Elizabeth Shakman Hurd (2006: 403) afirmou que esta posição foi adotada visto que “a economia turca não era suficientemente desenvolvida, a democracia turca falhou na garantia adequada dos direitos civis e políticos, o desemprego na Turquia representa uma ameaça para os mercados europeus e a disputa com a Grécia relativamente ao Chipre era uma questão que ainda não tinha sido

resolvida”. Como José Pedro Teixeira Fernandes (2005: 49) afirma, em relação ao Chipre<sup>13</sup> e a sua ocupação, é importante referir que a sua ocupação militar da parte Norte, “a nível internacional é apenas reconhecida pela própria Turquia”. E é neste sentido que a CEE sublinhou a importância da resolução da questão do Chipre, que envolvia a Grécia que pertencia agora às Comunidades Europeias. Mustafa Aydin e Sinem A. Acikmese (2007: 268) afirmam que apesar da União Europeia não afirmar oficialmente que “a resolução de disputas entre candidatos é um critério político”, a resolução da questão do Chipre, que envolvia outro estado membro, a Grécia, era de facto uma condição essencial que tinha que ser resolvida no contexto da adesão da Turquia ao projeto europeu.

No que diz respeito à relação da Grécia e da Turquia, de acordo com Mustafa Aydin e Sinem A. Acikmese (2007:270), o elemento central passava pela “integração europeia da Turquia e da aproximação constante das sociedades civis turcas e gregas”. Outro passo importante nesta matéria deu-se com a aprovação turca do Plano Annan<sup>14</sup>. Desde a sua candidatura ao projeto europeu, a relação entre ambas tem sido tensa devido à questão do Chipre, mas é importante realçar, como Mustafa Aydin e Sinem A. Acikmese (2007: 272) afirmam, a “política turca em relação ao Chipre evoluiu de uma posição mais nacionalista e de confronto (...) para uma opção mais aberta ao dialogo, cooperação, soluções benéficas, para uma vertente multilateral e de ativismo”.

Elizabeth Shakman Hurd (2006: 403) referiu outras questões determinantes que contribuíam para a continuação das negociações como “os interesses políticos, económicos e de segurança comuns” reconhecidos por ambas as partes e, deste modo, as negociações continuaram de forma a ir ao encontro das condições necessárias para a criação de uma união aduaneira que foi concretizada em 1995, o que fortaleceu a relação da Turquia com a União Europeia, representando um progresso para que o estatuto de candidata fosse garantido brevemente.

---

<sup>13</sup> A Turquia, ocupa de forma ilegal, o norte do Chipre sendo que é denominada de República turca de Chipre do Norte. Esta ocupação deu-se na sequência de um golpe de Estado, e a Turquia ocupa de forma ilegal a parte norte desde 1974.

<sup>14</sup> Proposta para a reunificação do Chipre, elaborada por Kofi Annan (secretário-geral das Nações Unidas). Esta proposta sugeria a criação de uma nova constituição federal para a República Unida do Chipre, e também a resolução das disputas que ocorreram no passado entre a Grécia e Turquia, sob a mediação de um Comité de Reconciliação.

Em 1993 realizou-se o Conselho Europeu em Copenhaga com o objetivo de criar diversos critérios que iriam funcionar como linhas orientadoras do processo de alargamento da UE e das negociações de adesão. Era pretendido instituir os ajustamentos que devem ser feitos ao encontro dos valores, normas e princípios europeus, e na sequência do cumprimento dos mesmos, as negociações com os países candidatos teriam início resultando na adesão total. Todos os processos de adesão à União Europeia seriam agora orientados por três critérios, vulgarmente designados por ‘critérios de Copenhaga’: político, económico e de acervo comunitário. Dentro dos critérios políticos, centram-se em instituições que garantam a democracia, Estado de direito, respeito pelos direitos humanos e proteção das minorias, sendo que o cumprimento dos critérios políticos é a condição essencial para o início das negociações de adesão. Os critérios económicos consistem na existência de uma economia de mercado funcional e da capacidade de enfrentar concorrência e as forças de mercado existentes na União Europeia. O último critério, que se encontra relacionado com o acervo comunitário, representa todos os direitos assim como as obrigações vinculadas expressas, desde logo, no Direito Comunitário, em matéria da União Europeia e dos seus estados membros. O acervo comunitário contém em si os Tratados, as leis europeias adotadas (diretivas e regulamentos), assim como os objetivos, princípios e políticas que são consagradas não só nos Tratados europeus, assim como os acordos internacionais.

Estes critérios foram inseridos no Tratado de Amesterdão, de acordo com o artigo 6º onde está instituído que a “União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos Direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-membros”. A sua inclusão nos Tratados demonstra que todos os processos de adesão seriam, a partir de então, orientados pelo cumprimento dos princípios referidos, sendo que para as negociações terem início, o cumprimento dos critérios políticos eram uma condição essencial.

No caso da Turquia, apesar da constante aproximação aos valores ocidentais e europeus, era necessário realizar diversas reformas para que o país fosse ao encontro destes critérios.

De acordo com Ergun Özbudun (2007: 179) a Constituição de 1982 foi preparada “sob condições não democráticas, refletindo os valores estadistas e autoritários dos seus fundadores militares”, sendo que o objetivo principal era “restaurar a autoridade do Estado e manter a ordem pública em vez de proteger os direitos e liberdades dos seus cidadãos”. As diferenças culturais são evidentes, a Constituição turca de 1982 foi elaborada na sequência do golpe militar, onde as garantias democráticas são escassas. Questões importantes como os direitos humanos, liberdade de expressão e proteção de minorias não se encontram salvaguardadas na Constituição, que deveria funcionar como garantia da proteção dos cidadãos e dos seus direitos.

Dentro do processo de reforma que a Turquia iniciou de modo a ir ao encontro dos critérios e valores europeus, o papel das forças militares na sociedade era uma das áreas que deveria ser alvo de reformas. Neste sentido, como Ümit Cirze (2007: 324) aponta as próprias forças militares tiveram essa noção, existindo agora uma vontade dos militares se comprometerem e “tomar riscos para a harmonização com os valores da União Europeia”.

É importante realçar igualmente a questão das minorias étnicas, sendo que uma das condições instituídas pelos critérios de Copenhaga é o respeito e proteção das mesmas. A questão curda é um dos pontos que coloca um grande desafio à possível adesão europeia, visto que os turcos olham para a minorias curda, como Hamit Bozarslan (2007: 333) afirma, “como uma ameaça à Turquia e à sua identidade nacional”. Os desentendimentos entre curdos e turcos teve início antes da instauração da república. Hamit Bozarslan (2007: 338) enumera três fatores que contribuíram para este conflito: “o primeiro, era óbvio no final de 1923 que o nacionalismo turco iria tornar-se a ideologia oficial do país (...). Em segundo, a abolição do califado, um dos pilares da relação entre os curdos e os kemalistas. E por fim, os líderes curdos encontravam-se ressentidos com a Guerra de Independência que terminou sem a libertação do sul curdo (...) ao contrário das promessas feitas anteriormente por Kemal Atatürk”. Na sequência destes fatores várias revoltas curdas e movimentos liderados por ativistas começaram a surgir, sendo que todas elas tinham em comum, de acordo com Hamit Bozarslan (2007: 338) “a capacidade estatal em suprimir” as forças curdas. As exigências feitas pela comunidade curda, como Hamit Bozarslan (2007: 346) refere,

eram o “desenvolvimento económico, respeito pela Constituição e reconhecimento da existência de curdos assim como dos seus direitos, e o patrocínio estatal para a educação e transmissões rádio em curdo”. A candidatura turca à União Europeia, assim como a adoção de reformas para se tornar um Estado mais democrático, tem sido bastante importante para que estes problemas que já são antigos sejam resolvidos, e para que a questão curda deixe de ser um problema, mas sim uma mais-valia na sociedade turca. A candidatura turca ao projeto europeu impulsionou um grande número de reformas em linha com os valores democráticos e de respeito pelas liberdades individuais e das minorias. Como tal, a disseminação destes valores na Turquia tem contribuído para que exista uma nova visão nestas matérias, em linhas com os valores europeus mencionados anteriormente.

Uma vez que a Turquia não cumpria muitas das condições essenciais dos critérios de Copenhaga, nomeadamente nos políticos que determinam o estatuto de candidata e conseqüentemente o início das negociações, seria necessário adotar uma posição diferente ao aplicar as reformas com mais consistência. Existiam preocupações da parte da Turquia, de acordo com Kivanç Ulusoy (2008: 52), que se revelavam em “grandes divisões entre a elite governante acerca dos desafios colocados pelo processo de adesão europeu iria ter nas políticas internas turcas e na sua política externa, assim como as relações militares e civis, o problema curdo e a questão do Chipre”. Meltem Müftüler Baç (2005:17) refere que a “Turquia teria de se tornar mais democrática de modo a obter o estatuto de candidata (...) era necessário adotar reformas políticas ambiciosas de modo a cumprir os critérios para adesão europeus para o início das negociações”.

As relações entre a Turquia e a União Europeia registaram um novo impasse na sequência da Cimeira de Luxemburgo, em 1997, onde a Comissão Europeia, mais uma vez, não concedeu o estatuto de candidata à adesão. Nas conclusões da presidência do Conselho Europeu em 1997<sup>15</sup> mais concretamente na parte referente à estratégia europeia para a Turquia, é referido que “o Conselho Europeu confirma a elegibilidade da Turquia para a adesão à União Europeia. Essa elegibilidade será julgada com base em critérios idênticos aplicáveis aos outros Estados candidatos. (...) o Conselho Europeu

---

<sup>15</sup> [http://www.europarl.europa.eu/summits/lux1\\_en.htm](http://www.europarl.europa.eu/summits/lux1_en.htm) Consultado a 24 de Outubro de 2017.

considera que haverá, contudo, que definir uma estratégia para preparar a Turquia para a adesão, aproximando-a da União Europeia em todos os domínios”. De acordo com esta afirmação, é notório que apesar da União Europeia considerar a Turquia como elegível para a adesão ao projeto europeu, supostamente em linha com os critérios aplicados aos restantes candidatos, existe uma diferença evidente entre os outros estados candidatos e a Turquia. Aos primeiros são aplicados apenas os critérios de Copenhaga, enquanto que no caso da Turquia, além dos mesmos critérios, é necessária ainda uma estratégia de aproximação. É verdade que existem diversas diferenças entre a Turquia e os países que integram o projeto europeu, de cariz religioso e sobretudo em matérias de direitos humanos, mas, no mesmo comunicado, o Conselho Europeu afirma que o processo de adesão turco vai ser semelhante ao dos restantes países em linha de adesão. No entanto, de seguida, anuncia uma estratégia de aproximação que se pode entender como necessária, e que tem ocorrido ao longo dos anos com as sucessivas reformas implementadas, o que mostra a existência de dois critérios distintos para o processo de adesão da Turquia.

É importante referir que a possível atribuição do estatuto candidata à Turquia era vista com precaução devido às matérias relacionadas com os direitos humanos. Chris Rumford (2001: 95), sublinha na sequência da Cimeira de Luxemburgo, a intervenção do então primeiro-ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker (atual presidente da Comissão Europeia), que afirmou que apesar das aparentes reformas nestas áreas, ocorrem violações desses mesmos direitos, e que “os líderes turcos devem assumir a responsabilidade direta”. Chris Rumford (2001: 95) acrescenta que um país onde existem registos de tortura não “pode sentar-se na mesa da União Europeia”. A verdade é que a tortura e o não cumprimento dos padrões europeus na Turquia é uma questão preocupante, mas é possível argumentar que é através de um trabalho conjunto que se pode reverter essas situações e implementar condições democráticas e de respeito pelos direitos e liberdades de forma a que perdure ao longo dos anos.

De facto, existe a dúvida, como Paul Kubicek (2001: 361) sublinha, de como esta “avalanche política de democratização” tem sido implementada desde o pedido formal de adesão, e de como se vai traduzindo ao longo dos anos, apesar do “desfecho da adesão ou não da Turquia” visto que a “implementação continua a ser um problema”.

A decisão adotada pela União Europeia causou uma reação bastante negativa por parte da Turquia, visto que, como Meltem Müftüler Baç (2005:19) referiu, “quando o processo de alargamento foi lançado em 1997, a Turquia era o país com pedido de candidatura e associação mais antigo. Além disso, era o único país candidato que já tinha concluído a união aduaneira”. Na sequência desta explicação, “as relações entre a Turquia e a União Europeia tornaram-se problemáticas e de certa forma distantes desde dezembro de 1997 a dezembro de 1999”. Ainda na sequência da Cimeira de Luxemburgo, a “Turquia anunciou que não iria mais considerar a União Europeia como mediadora nos assuntos greco-turcos e na controvérsia no Chipre”. O pedido de adesão turco tinha sido feito há dez anos e, mais uma vez, viu a sua candidatura colocada para segundo plano. No ponto de vista turco, existia a ideia de que, independentemente das reformas aplicadas, o estatuto de candidata não iria ser atribuído. O Conselho Europeu do Luxemburgo lançou a estratégia de aproximação entre a Turquia e União Europeia, no entanto o Chipre encontrava-se igualmente em linha para adesão. O fato de ter concluído a união aduaneira e de ser o país com o pedido de adesão mais antigo, contribuiu, em grande parte, para a posição que a Turquia tomou na sequência do Conselho Europeu em Luxemburgo, nomeadamente na resolução da questão do Chipre.

## **II.2. Do estatuto de candidata ao início das negociações**

Quando a Turquia não obteve o estatuto de candidata, na Cimeira de Luxemburgo em 1997, tomou a decisão de se afastar da União Europeia. A resposta turca ao não ser considerada candidata à adesão foi, de acordo com Meltem Müftüler Baç (2004: 19) “de raiva e ressentimento”, o que resultou no seu afastamento por considerar que o seu pedido de adesão não estava a ser gerido da forma certa. As relações entre a Turquia e a União Europeia voltaram a ganhar uma nova dinâmica em 1999, quando foi finalmente concedido o estatuto de candidata na Cimeira de Helsínquia. A Turquia seria incluída no grupo de países candidatos da Europa Central e de Leste, como tal, os critérios aplicados seriam os mesmos. A decisão de conceder o estatuto de candidata à Turquia surgiu após a adoção de diversas reformas políticas na área dos direitos humanos, mais concretamente melhorias nas áreas que registavam falhas, para ir ao encontro dos critérios que orientam o todo o processo de alargamento. Outro aspeto que foi crucial para esta nova etapa das relações entre ambas surgiu na

sequência de uma atitude de cooperação turca nas matérias relacionadas com a Grécia e Chipre. Tornou-se imperativa a resolução da questão relacionada com o Chipre para que a candidatura ao projeto europeu tivesse um novo impulso, e foi neste sentido, que as forças armadas turcas, que até então eram irredutíveis nesta matéria, considerassem e aceitassem, de acordo com Ümit Cirze (2007: 324), “plano de paz do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan como ponto básico de referência” para a resolução desta questão.

As mudanças e esforços registados para ir ao encontro dos critérios de Copenhaga foram determinantes para que a União reconsiderasse a sua posição. Porém, a UE sublinhou a importância do cumprimento dos critérios de Copenhaga para as negociações avançarem: a Turquia deveria realizar diversas reformas para ir ao encontro dos princípios e normas pelas quais o projeto europeu se orienta, o que iria resultar em avanços no próprio processo de adesão e para a continuidade das negociações. Kivanç Ulusoy (2009: 375) refere que “apesar da UE ter mostrado a sua inclinação para partilhar a responsabilidade da convergência ao definir a parceria de adesão, a Turquia era obrigada a comprometer-se em dois aspetos fundamentais: o cumprimento dos critérios de Copenhaga, estabelecidos em 1993 para garantir que o país candidato adotava as normas europeias, e a resolução de problemas nas suas fronteiras de acordo com a Carta das Nações Unidas ou do Tribunal de Justiça Internacional”. Deste modo, todo o processo de adesão turco encontra-se condicionado por estes fatores, que devem ser cumpridos e aplicados de forma consistente.

A questão da resolução dos problemas nas suas fronteiras é claramente uma referência à situação do Chipre, que influencia diretamente as relações com a Grécia, estado membro da UE. Como tal, todos os aspetos referentes a esta questão devem ser resolvidos através do diálogo, procura de consensos e sempre sob as diretivas internacionais, como foi referido anteriormente.

O cumprimento dos critérios de Copenhaga é a condição que orienta a forma como as negociações no contexto do processo de adesão à UE são conduzidas. A Turquia é diferente dos restantes países que integram o projeto europeu, sendo que é importante salientar as diferenças culturais, religiosas e a existência de uma democracia frágil, onde os direitos humanos e respeito pelas minorias não são assegurados como

acontece nos restantes países membros. Estas diferenças são evidenciadas pelos estados membros como Paul Kubicek (2005: 361) afirma, uma vez que “diversas vezes sublinham a necessidade de uma maior liberalização política na Turquia (...) e para aceitar a sua adesão é necessário que a Turquia faça numerosas reformas políticas para ganhar uma eventual adesão ao processo europeu”. Neste sentido é preciso haver uma aproximação e convergência, que apenas pode ser alcançada através de reformas sucessivas nas mais diversas esferas políticas e humanitárias, fortalecendo a implementação de valores democráticos e de respeito pelas liberdades individuais. De acordo com as conclusões estabelecidas no decorrer do Conselho em Helsínquia, Meltem Müftüler Baç (2005: 19) sublinha que a Turquia “iria beneficiar de uma estratégia pré-acesso para estimular e apoiar as reformas. Que iria incluir um diálogo político, com ênfase no progresso para o cumprimento dos critérios políticos para adesão em particular relativamente aos direitos humanos”.

Neste sentido é importante referir que a Constituição turca foi redigida em 1982, na sequência de um golpe militar, e foi preparada, de acordo com Ergun Özbudun (2007: 179) “sob condições não-democráticas, refletindo os valores autoritários e estadistas dos seus fundadores militares. Sendo que o seu objetivo principal foi restaurar a autoridade do estado e manter a ordem pública em vez de proteger os direitos e liberdades dos seus cidadãos”. Chris Rumford (2001: 93) afirma, “os direitos humanos constituem uma parte importante da identidade própria da União Europeia, e é esperado que os estados candidatos partilhem esses mesmos valores”.

O cumprimento dos critérios políticos de Copenhaga são condição necessária para o início das negociações. Na Turquia os direitos fundamentais não são totalmente protegidos, assim como as minorias; a pena de morte era legal; as minorias culturais e religiosas não eram amplamente reconhecidas nem protegidas, sendo que o fator mais importante realçar é a não existência de uma democracia liberal na sociedade e na vida política turca. Ergun Özbudun (2007: 179) refere, em relação à Constituição turca de 1982, que “grande parte dos direitos fundamentais encontrados nas constituições democráticas eram reconhecidos pela Constituição de 1982, mas definidos de forma bastante restrita”. O fato de ser uma constituição elaborada por militares reflete a falta de garantias e liberdades, nomeadamente no que diz respeito aos direitos

fundamentais. Ergun Özbudun (2007: 181) refere que na constituição existe um artigo relacionado com “o abuso dos direitos fundamentais e liberdades”, sendo que estes princípios são direitos inerentes estabelecidos e respeitados nas constituições europeias.

Existe uma grande divergência relativamente à aplicação das reformas sugeridas pela União Europeia, o que representa um importante desafio para o próprio processo. Chris Rumford (2001: 94) sublinha que a opinião dos políticos turcos “oscila frequentemente entre a aceitação total das normas europeias em matérias dos direitos humanos e democratização, mas também uma rejeição nacionalista das interferências externas em matérias domésticas” e tem sido esta a dinâmica que todo o processo tem enfrentado desde o seu início.

De acordo com os princípios nos quais o estatuto de candidata da Turquia foi estabelecido, era evidente o compromisso em continuar a aproximação às normas europeias e o cumprimento dos critérios de Copenhaga. De modo a ir ao encontro das condições estabelecidas, a Turquia teve de iniciar um ambicioso processo de reformas que estava dividido em diversos ‘pacotes’, onde iriam ser introduzidas emendas constitucionais nas áreas consideradas mais problemáticas: direitos e liberdades fundamentais, onde se registava restrições severas; liberdade religiosa, liberdade de expressão, abolição da pena de morte e tortura.

Na Constituição turca, Ergun Özbudun (2007: 181) sublinha o artigo 14 que afirma que “nenhum dos direitos e liberdades que constam na Constituição devem ser exercidos com o objetivo de violar a integridade do Estado no seu território ou nação, colocando em risco a existência do Estado Turco e da República”, sendo que é importante referir que as condições que eram consideradas ameaças não correspondem aos valores europeus e internacionais. O exercício das liberdades e direitos é algo fundamental e o Estado deve garantir que os seus cidadãos exerçam na totalidade os seus direitos e liberdades, sendo inconcebível a utilização dos mesmos para “violam a integridade do Estado” ou colocá-lo em risco.

Com a aproximação às normas europeias e no decorrer das reformas introduzidas, Ergun Özbudun (2007: 182) afirma que foi adicionada uma emenda que refere que “o abuso dos direitos e liberdades pode ser perpetrado não apenas por indivíduos, mas também pelo Estado”, ou seja, reconhece que o Estado também comete abusos. Existiam e continuam a existir diversas questões importantes nestas matérias, que apesar de terem sido alvo de reformas, nomeadamente durante o período que segue à obtenção do estatuto de candidata, não impede que os problemas persistam. Porém, apesar das diferenças evidentes, o processo de adesão turco tinha sempre como princípio o facto de ser necessária uma aproximação e convergência à União Europeia, que seria apenas possível durante um longo período de tempo para avaliar até que ponto das mudanças efetuadas têm ou não um carácter efetivo e se surtiriam efeito. As matérias relacionadas com os direitos humanos, liberdades e respeito pelas minorias parecem as mais preponderantes, visto que foram as que mais questões levantaram ao longo de todo o processo de aproximação e consequente início das negociações. É importante identificar se as reformas e emendas constitucionais impulsionadas pela aproximação à União Europeia com o objetivo de adesão são implementadas de forma eficaz e se permanecem ao longo do tempo.

Como Meltem Müftüler Baç (2005:21) refere, o fundamento das reformas aplicadas tinha como objetivo “aumentar a proteção social, cultural e dos direitos políticos para todos os cidadãos turcos independentemente da origem étnica e religiosa, o papel dos militares na política, e a liberdade de expressão na Turquia”. Apesar do processo de reformas ter tido início bastante mais cedo, Meltem Müftüler Baç (2005:21) aponta que “as reformas políticas de maior dimensão surgiram apenas no final de 2001”, momento em que se procedeu à revisão de diversos aspetos considerados problemáticos, como a pena de morte e adoção de um novo código penal que ia ao encontro das normas europeias e internacionais. Estes ‘pacotes’ de reformas democráticas, de acordo com Meltem Müftüler Baç (2005:21), foram aplicados tendo em conta “o cumprimento dos aspetos políticos de Copenhaga, baseados na esperança que a União Europeia iniciasse as negociações de acesso com a Turquia”.

Como foi referido, desde que foi atribuído o estatuto de candidata e as condições nas quais todo o processo se iria conduzir, a Turquia iniciou a adoção de diversas

reformas para ir ao encontro das credenciais democráticas dos valores que sustentam o projeto europeu. As reformas continuaram a ser aplicadas de forma eficaz introduzindo grandes mudanças, porém, em 2002 registou-se uma nova situação que deixou a Turquia bastante reticente. Nesse ano ficou estabelecido que o grupo de países da Europa Central e de Leste, onde a Turquia havia sido incluída em 1999, completara as suas negociações de acesso e iriam iniciar o processo de adesão. De acordo com Elizabeth Shakman Hurd (2006: 404) as relações entre a Turquia e União Europeia registaram um novo revés “em Copenhaga no ano de 2002 quando a Comissão Europeia recusou estabelecer uma cronologia para o início das negociações de acesso, em vez disso sublinhou as condições políticas e económicas que Ancara deveria satisfazer antes das negociações terem início”. A Turquia mostrou desagrado relativamente a esta decisão visto que já tinha estabelecido uma união aduaneira, o seu pedido de adesão foi feito em 1987 e foi concedido o estatuto de candidata com esse mesmo grupo de países. A Turquia iniciou um grande processo de reformas que tinham sido aplicadas com sucesso e mais uma vez, via o seu processo de adesão colocado de lado. Apesar de manifestar que não concordava com a decisão, a Turquia continuou a implementar reformas ambiciosas. Meltem Müftüler Baç (2005:20) sublinha que “de 2001 a 2004, foram adotados vários pacotes de reformas políticas de modo a cumprir os critérios de Copenhaga que resultaram no aprofundamento do processo de europeização na Turquia”, o que mostra que apesar da decisão de não incluir a Turquia no grupo de países da Europa Centro e Leste sujeito ao alargamento, as reformas continuariam a ser aplicadas.

Uma nova viragem nas relações entre a Turquia e a União Europeia surgiu em 2004, nas Conclusões da Presidência do Conselho Europeu em Bruxelas (2004: 6), onde se afirma que “a irreversibilidade do processo de reforma política e a sua eficácia total e implementação compreensiva, em relação às liberdades e ao respeito total dos direitos humanos, iria continuar a ser monitorizado de forma próxima pela Comissão”.

Elizabeth Shakman Hurd (2006: 404) sublinha igualmente que apesar de ter sido reconhecido o esforço da Turquia relativamente às reformas que aplicou, “o processo vai ser longo, e só vai estar completo quando e se todos os estados-membros – assim

como o Parlamento Europeu – estiverem prontos para tomar o passo revolucionário de aceitar a Turquia na União Europeia”.

Em 2005 a União Europeia iniciou oficialmente a abertura das negociações com a Turquia. Nos princípios estabelecidos para a orientação das negociações elaborado pela Comissão Europeia (2005:1) ficou estabelecido que a Comissão Europeia teria como missão realizar relatórios acerca da aplicação de reformas, designadamente se estas estariam a ser aplicadas de forma efetiva. Este papel de monitorização é essencial para que as negociações continuem a decorrer de forma eficaz, promovendo a “proteção e eficácia da União” e permitindo assim a sua “capacidade de absorção da Turquia, mantendo a integração europeia como uma consideração importante no interesse geral tanto da União como da Turquia”. A União Europeia, de acordo com os princípios estabelecidos para as negociações elaborado pela Comissão Europeia (2005:2), espera que “a Turquia garanta a sustentabilidade do processo de reforma e que trabalhe para melhorar o respeito pelos princípios da liberdade, democracia, Estado de Direito, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais”. Por fim, como condição essencial para liderar as negociações, no caso de incumprimento de algum dos princípios estabelecidos, “a Comissão vai, e pode por iniciativa própria ou por pedido de um terço dos estados-membros, recomendar a suspensão das negociações e propor condições para um eventual recomeço” (Comissão Europeia, 2005:2), sendo que as negociações decorrerão consoante os progressos alcançados pela Turquia.

### **III. Análise da evolução dos critérios políticos de adesão: 2005 a 2016**

A relação entre a União Europeia e a Turquia ganhou uma nova dinâmica quando a Comissão Europeia afirmou, em dezembro de 2004, que estavam reunidas as condições para o início das negociações formais. O pedido de adesão tinha sido feito em 1987, tendo sido um processo bastante longo, com diversos avanços e recuos, até a Turquia conseguir cumprir os critérios de Copenhaga de forma satisfatória. As negociações tiveram início em 2005, pelo que este capítulo se dedicará à análise da evolução dos critérios políticos e da forma como o processo se desenvolveu entre 2005 e 2016, data de publicação do último relatório disponível publicado pela Comissão Europeia.

Os relatórios analisam e avaliam a evolução e implementação dos critérios que são essenciais para a adesão de qualquer país ao projeto europeu. Os critérios políticos de Copenhaga determinam que, para aderir à União Europeia, existem princípios que são essenciais: existência de instituições que preservem a democracia, Estado de Direito, promover os direitos humanos, assim como o respeito pelas minorias e a sua proteção. É perante a evolução e implementação desses critérios que todo o processo de negociações se desenvolve, sendo que, em caso de incumprimento todo o processo de negociações pode ser suspenso, tal como já referido.

O conteúdo dos relatórios inicia-se com uma avaliação do cenário atual no ano de análise, de seguida o desenvolvimento dos critérios políticos nas mais diversas vertentes, identificando as evoluções e áreas que devem ser intervencionadas, concluindo com recomendações nas áreas que não atingiram o nível pretendido. A evolução dos critérios define a abertura de novos capítulos e a forma como o processo de negociações se desenvolve.

#### **III.1. Relatório de progresso da Turquia em 2005**

O primeiro relatório de progresso elaborado pela Comissão Europeia começa por estabelecer que é essencial que a Turquia reforce leis relacionadas com direitos humanos e funcionamento do seu sistema judicial, e que deveriam ser avaliadas novamente as prioridades para a adesão turca, o que se iria traduzir num maior progresso das reformas.

De modo a acelerar a implementação de reformas, de acordo com o relatório da Comissão Europeia (2005: 4), a “Turquia desenvolveu um programa nacional para o desenvolvimento do acervo comunitário”, que pode ser considerado uma demonstração do compromisso turco. Uma das razões pelas quais este impulso acontece relaciona-se com a questão da condicionalidade política e a ideia de recompensa. Dentro do quadro das

negociações, o objetivo é cumprir na totalidade os critérios políticos de Copenhaga que funcionam como condição essencial para o desenvolvimento do processo de adesão. É neste sentido que Paul Kubicek (2011: 912) aponta que “o requisito é democratizar o suficiente para ir ao encontro das condições necessárias para a adesão à União Europeia”.

O relatório relembra a importância dos critérios de Copenhaga como fio condutor do processo de negociações, sendo que a Comissão Europeia (2005: 9) sublinha que vai monitorizar também as questões regionais, “incluindo os requisitos do compromisso turco em manter boas relações de vizinhança, em resolver disputas fronteiriças, assim como o apoio europeu para resolver de forma pacífica o problema com o Chipre e normalizar as relações bilaterais”.

Dentro das prioridades que devem ser solucionadas com maior brevidade, salienta que a questão dos direitos humanos deve ser fortalecida em todas as suas vertentes, desde os direitos das mulheres aos direitos das minorias, como é o caso dos curdos. Chris Rumford (2001: 93) afirma que “os direitos humanos constituem uma parte importante da identidade própria da União Europeia, e é esperado que os estados candidatos partilhem esses mesmos valores”.

O controlo das forças armadas e a sua influência em matérias políticas além da sua competência deve ser solucionado. O historial turco de golpes militares e própria Constituição turca de 1982, que foi elaborada na sequência de um golpe militar conforme já referido, funciona como justificação para as forças militares continuarem a intervir de forma intensa na política turca, ao comentarem os desenvolvimentos recentes do processo de adesão e das condições estabelecidas pela União Europeia.

Até a abertura das negociações, a Turquia iniciou um processo de reformas profundas, cujo o objetivo, de acordo com Meltem Müftüler Baç (2005:21), foi tendo em conta “o cumprimento dos aspetos políticos de Copenhaga, baseados na esperança que a União Europeia iniciasse as negociações de acesso com a Turquia”. De acordo com a Comissão Europeia (2005: 9), apesar das negociações terem sido iniciadas, é necessária “uma determinação firme de modo a ir ao encontro dos desafios existentes e para ultrapassar os obstáculos burocráticos. A reforma política vai continuar a ser monitorizada de perto”. Esta afirmação demonstra que existe ainda um longo caminho a percorrer, com implementação de reformas de acordo com os valores europeus, que vão certamente enfrentar desafios durante todo o processo.

Em relação à democracia e Estado de Direito, as últimas eleições na Turquia durante o período de análise tinham sido em 2002, onde o AKP obteve uma maioria confortável, com o maior número de assentos no Parlamento. De acordo com a Comissão Europeia (2005:11), “o governo formado pelo AKP reiterou o seu compromisso com o processo de reformas em diversas

ocasiões”, pelo que os trabalhos continuaram a decorrer dentro da normalidade. Foram submetidas propostas que resultaram em 166 novas leis, o que refletiam uma aplicação consistente do processo de reforma política.

É importante sublinhar a criação de dois comités: por um lado, o Comité de Harmonização da União Europeia, que emitia opinião em relação a propostas de legislação comunitária, embora, de acordo com a Comissão Europeia (2005: 11), “alguma legislação importante em matéria europeia não foi submetida à sua apreciação”; por outro lado, o Comité contra a Violência a mulheres e crianças, que conduzia investigações de abusos nestas matérias, porém, de acordo com a Comissão Europeia (2005: 11), “o seu impacto é limitado devido à falta de recursos, e não têm qualquer papel no escrutínio da lei”.

A relações entre civis e militares era uma questão onde era notória a necessidade de aplicar reformas que revertessem o papel dos militares na vida pública e política turca. Umit Cirze (2008: 302) afirma que “a falta de equilíbrio entre as autoridades civis e militares” é uma questão que levanta preocupações e que deve ser intervencionada de forma consistente por forma a ser erradicada. Neste sentido, a Comissão Europeia (2005: 12) refere que “durante o último ano foram introduzidas mudanças de modo a alinhar o controlo civil dos militares de acordo com as melhores práticas dos estados-membros europeus”.

Os National Security Courts (NSC) foram criados na sequência do golpe militar de 1960 e o seu poder foi fortalecido na Constituição de 1982. As recomendações feitas pelos militares nestes tribunais eram consideradas prioritárias, dentro da sua própria lógica. Tal com Umit Cirze (2008: 307) afirma os militares definiam os “parâmetros institucionais e morais na política turca”, tendo assim um papel importante no processo decisório. Porém, nos regimes democráticos o domínio militar não se estende à política, pelo que, dentro das reformas introduzidas, a representação civil tornou-se imperativa nos National Security Courts. Tal como a Comissão Europeia (2005: 12) sublinha, os NSC são compostos por sete membros civis e cinco militares, o que representa um ponto de viragem na tradição enraizada na sociedade. Outro desenvolvimento positivo, e em linha com os padrões europeus, foi o facto de os julgamentos terem começado a ser feitos inicialmente em tribunais civis em vez de militares.

Neste sentido foram registados progressos, pelo que a Comissão Europeia (2005: 14) considerou que a “Turquia deve trabalhar para uma maior responsabilidade e transparência na conduta dos assuntos de segurança em linha com as melhores práticas dos estados-membros”.

O sistema judicial turco tem sido alvo de reformas sucessivas na sua estrutura, sendo importante referir a entrada em vigor do novo Código Penal, de acordo com os critérios e

padrões existentes ao nível europeu, embora permanecessem preocupações em algumas áreas que poderiam dar origem a interpretações que colocassem em causa a liberdade de expressão. O novo Código Penal, que entrou em vigor em 2005, de acordo com a Comissão Europeia (2005: 96), “introduziu penalizações para aqueles que cometem atos de discriminação”, porém seria essencial a “transposição total das diretivas europeias nesta matéria, mas também nas vertentes relacionadas com sexo, raça, origem étnica, crenças, deficiência, idade e orientação sexual”.

Na área judicial é importante referir duas mudanças fundamentais: a possibilidade das testemunhas que não falam turco puderem ter a assistência de um intérprete, e a introdução da liberdade condicional e serviço comunitário, que não existiam previamente no sistema judicial turco.

De acordo com a Comissão Europeia (2005: 16), o “princípio da independência do sistema judicial está consagrado na constituição turca, mas é colocado em causa por diversas provisões constitucionais”, o que demonstra a necessidade de mais reformas e intervenção nesta área de modo a que o sistema judicial turco seja efetivamente independente. É importante referir que, apesar da sua independência ser questionada pelas provisões constitucionais, a tendência de melhorias no sistema judicial tem sido notória. De acordo com a Comissão Europeia (2005: 187), “diversos julgamentos em tribunal sugerem um desenvolvimento positivo nas áreas como a liberdade de expressão, liberdade religiosa, luta contra o terrorismo, maus tratos e crimes de honra”. É possível considerar que as melhorias referidas foram possíveis devido ao processo de europeização, ou seja, a mudança interna que tem sido registada na Turquia, que se deve ao desejo de fazer parte do projeto europeu.

Mas nem tudo foi positivo. Apesar de se ter registado uma melhoria nas áreas mencionadas, a Comissão Europeia (2005: 17) levanta preocupações em relação “a julgamentos na direção oposta na área da liberdade de expressão, inclusive contra jornalistas”. Por um lado, são registadas melhorias, mas por outro era necessário que as reformas fossem aplicadas de forma uniforme sem grandes discrepâncias.

A corrupção é um fenómeno persistente na Turquia, embora tenham sido introduzidas leis anticorrupção e o novo Código Penal puna crimes desta natureza de forma mais séria. A questão da imunidade parlamentar tem levantado preocupações por ser um problema significativo. Como tal, era necessário aumentar a eficácia e eficiência dos organismos designados para combater a corrupção. De acordo com a Comissão Europeia (2005: 18), a “consistência das políticas e o nível de coordenação e cooperação ainda é fraco (...) as instituições relevantes para a luta contra a corrupção devem ser fortalecidas e em particular o

sistema de inspeção é necessário para aumentar a eficiência na luta contra a corrupção”. Para a corrupção ser vista como um assunto sério, deve ser feita uma “sensibilização da corrupção como uma ofensa criminal séria”, e neste sentido, um maior apoio político seria crucial.

Em matéria de direitos humanos, foram registados progressos positivos. As reformas adotadas para promover e reforçar os direitos humanos foram, de modo geral positivas, mas era importante registar alterações em determinados organismos como o Grupo de monitorização das reformas, Presidência para os Direitos Humanos e o Comité Parlamentar de Investigação, que deveriam ser fortalecidos e consolidados para obter maior poder de intervenção. A título de exemplo, foram registadas diversas queixas contra polícias, mas apenas uma teve ação disciplinar. Em relação à luta contra a discriminação, o novo Código Penal penalizava qualquer forma de discriminação, porém, de acordo com a Comissão Europeia (2005: 22), “não foram feitos progressos na adoção de mais legislação para garantir a proibição efetiva da discriminação no emprego, como está presente o acervo europeu”.

A ocorrência de casos de tortura e maus tratos registaram um declínio, porém, de acordo o Presidente do Conselho da Europa para a Prevenção da Tortura afirmou em 2004, “é importante sublinhar que a Turquia deve seguir de forma vigorosa os esforços para combater a tortura e todas as formas de maus tratos”. É essencial a implementação da legislação inerente e reforçar a luta contra a impunidade. Em matéria de tortura e maus tratos, o novo código penal introduziu mudanças importantes: de acordo com a Comissão Europeia (2005: 22), “aumenta o tempo de prisão daqueles que foram condenados por torturar ou maltratar, e o estatuto de limitações, que no passado permitiu casos contra os alegados perpetradores de tortura ou mau tratamento possam ser dispensados, aumentou de 10 a 15 anos”. Apesar das melhorias evidentes, permaneciam preocupações em relação a matérias de direitos humanos nas prisões e centros de detenção.

Em relação à liberdade de expressão, as situações das pessoas sentenciadas por expressar opiniões não violentas continuavam a ser alvo de ataques, apesar de ter sido registada uma diminuição. A Comissão Europeia (2005: 25) refere que “existe um número de novos casos onde indivíduos que expressaram opiniões não violentas foram processados e condenados sob as provisões do novo código penal”. O mesmo foi verificado com publicações de livros relacionados com assuntos sensíveis na Turquia, tais como a questão curda e arménia, apesar de existir uma maior abertura para debater estes temas.

Outro exemplo desta dupla realidade, é a liberdade de imprensa. Segundo a Comissão Europeia (2005: 26) os “jornalistas continuam a ser processados e em alguns casos condenados

por expressarem opiniões não-violentas”. Ou seja, apesar das melhorias evidentes, continuam a existir muitas preocupações o que parece ser uma tendência em múltiplos os domínios.

Em relação à promoção e proteção dos direitos das minorias não foram registadas mudanças profundas, apesar da aproximação alinhamento turco aos padrões internacionais. As minorias na Turquia continuavam a ser reconhecidas à luz do Tratado de Lausanne, que refere que minorias são apenas comunidades não-muçulmanas, porém, de acordo com a Comissão Europeia (2005: 35) existem outras comunidades que “à luz de padrões internacionais relevantes e dos padrões europeus podem qualificar-se como minorias”. É igualmente necessário “rever a Constituição turca e as leis relacionadas, para dar um conteúdo liberal, plural e democrático de modo a garantir os direitos das pessoas com identidades diferentes e culturas para proteger e desenvolver baseados numa cidadania de igualdade” (Comissão Europeia, 2005: 35).

A Comissão Europeia (2005: 37) encoraja a que as “autoridades turcas revejam o artigo 42 da Constituição, que proíbe o ensino de outra língua além do turco como língua materna nas escolas”, bem como a “quebrar as barreiras de acesso aos serviços públicos daqueles que não falam turco”.

Em relação à questão do Chipre, o governo turco afirmou que existe uma abertura para aceitar o acordo elaborado pela Nações Unidas. No entanto, a Comissão Europeia (2005: 40) afirma que apesar da Turquia ter assinado o protocolo adicional para adaptar o seu acordo de associação com os novos 10 estados membros, “esse protocolo não abrangia o reconhecimento da República do Chipre”. O que levanta uma questão: estará a Turquia disposta a resolver a questão com o Chipre? Além de ser um ponto essencial para o processo de negociações, e apesar de ter manifestado a abertura para aceitar o acordo das Nações Unidas, ao mesmo tempo tem atitudes que comprovam o contrário, ao não reconhecer a República do Chipre e ao vetar a sua adesão em diversas organizações internacionais.

Em relação à Turquia e a Grécia têm-se registado desenvolvimentos positivos, com a introdução de mecanismos de cooperação e para diminuir o clima de tensão, fomentando a confiança entre ambas.

De modo geral, a Comissão Europeia (2005: 41) considerava que a “transição política continua a decorrer na Turquia e o país continua a cumprir de forma suficiente os critérios políticos de Copenhaga”. Foram introduzidas mudanças legislativas que continuariam a ser monitorizadas e, apesar das alterações positivas, a Comissão Europeia (2005: 41) considerava que deviam “ser feitos esforços adicionais em relação às liberdades fundamentais e direitos

humanos, particularmente a liberdade de expressão, direitos das mulheres, direitos culturais e fortalecimento da luta contra a tortura e maus tratos”.

No que diz respeito ao sistema judicial, a Comissão Europeia (2005: 97) indicava que era fundamental que este ser “independente e eficiente” uma vez que “a imparcialidade, integridade e padrões altos de adjudicação dos tribunais é algo essencial para salvaguardar o Estado de Direito”. Por outro lado, a abolição total da pena de morte em que qualquer circunstância constituiu um passo bastante positivo para a aproximação turca dos valores internacionais e europeus. A proibição da tortura e maus tratos, que se encontram como partes integrantes do quadro legislativo e administrativo, eram igualmente muito positivos, em particular considerando a diminuição dos relatos de ocorrências.

Apesar da aproximação aos valores europeus e internacionais, as Forças Armadas turcas continuam a exercer uma influência significativa no âmbito político. A reestruturação dos National Security Courts, com maior representação civil representou um passo positivo para contrariar esta realidade. De acordo com a Comissão Europeia (2005: 138) era “importante que as autoridades civis continuem a exercer na sua plenitude as suas funções de supervisão, em particular em relação ao controlo parlamentar da despesa de defesa, a formulação da estratégia dos National Security Courts e a sua implementação, incluindo em relação ao relacionamento com os países vizinhos”.

Apesar da entrada em vigor do novo Código Penal, que resultou numa melhoria em relação ao exercício das liberdades individuais, os progressos foram limitados, sendo necessária maior intervenção nesta área.

Em relação às prioridades estabelecidas para o diálogo e critérios políticos, a Comissão Europeia (2005: 137) considerava que “foi alcançado progresso legislativo, em particular nas áreas identificadas como prioritárias (...) e em relação à implementação, foi alcançado progresso e algumas áreas, mas não é uniforme”.

### **III.2. Relatório de progresso da Turquia em 2006**

O relatório elaborado pela Comissão Europeia referente ao ano de 2006 inicia-se com o agendamento das próximas eleições, que iriam decorrer em Novembro de 2007. O Parlamento continuou os seus trabalhos ao aprovar as Leis que eram submetidas e que reuniam as condições e o alinhamento necessário com os critérios políticos de Copenhaga. A Comissão Europeia (2006: 5) sublinhava que “o governo submeteu um novo pacote de reformas em Junho, que cobria um número de áreas relacionadas com os critérios políticos de Copenhaga (...) o Parlamento aprovou diversas leis na área dos critérios políticos”. É igualmente destacado o papel

desempenhado pelo Comité de Harmonização da União Europeia e pelo Comité para os Direitos Humanos, que no relatório anterior o seu impacto e espaço de intervenção era bastante limitado. Um ano depois, de acordo com a Comissão Europeia (2006: 5) “desempenharam um papel importante indo ao encontro dos assuntos relacionados com os critérios políticos de Copenhaga”.

O AKP encontrava-se no Governo desde 2002 e sublinhava, constantemente, o seu compromisso para com o processo de adesão à União Europeia, tal como demonstrado com a adoção do pacote de reformas mencionado acima.

Perante o aumento do terrorismo a nível internacional, a Turquia considerou tornou-se imperativo emendar a lei anti terror. De acordo com a Comissão Europeia (2006: 6), na “nova lei, a lista do que constituiu uma ofensa terrorista foi estendida e a definição abrangente de terrorismo foi mantida. (...) A lei introduz igualmente restrições legais na liberdade de expressão, imprensa e dos media”.

No período de análise é importante referir a ocorrência de um acidente na província de Şemdinli, que se localiza no sudeste da Turquia e que tem uma forte presença militar, devido à sua localização estratégica perto do Irão e Iraque. O incidente deu-se com a explosão de uma bomba, e as culpas foram colocadas ao PKK (Partido Trabalhador Curdo), sendo que as investigações do incidente se tornaram um assunto político que resultou numa sentença de 39 anos de prisão aos suspeitos. Na sequência deste acontecimento, a Comissão Europeia (2006: 22) sublinhou que um “Comité Parlamentar foi estabelecido em Novembro de 2005 para investigar os eventos”, no entanto ainda não tinha sido publicado um relatório sobre a avaliação do incidente.

No relatório anterior, a Comissão Europeia expressou preocupações em relação a matérias de direitos humanos nas prisões e centros de detenção. Neste sentido, a Comissão Europeia (2006: 8) considerava que o problema se mantinha e sublinhava “o dever dos procuradores em monitorizar a situação dos detidos através de visitas regulares aos locais de detenção”.

Continuavam a existir preocupações em relação à liberdade de expressão. Apesar das melhorias evidentes no relatório anterior, a Comissão Europeia sublinhava que muitos jornalistas eram processados e detidos por expressarem opiniões não violentas, utilizando como base artigo 301º do novo Código Penal turco. De acordo com este artigo, opiniões, independentemente de não serem violentas, podem ser interpretadas como um insulto à nação ou identidade turca, ou seja, falar de assuntos sensíveis como a minoria curda ou a questão da

Arménia, pode ser considerado um ataque. A Comissão Europeia (2006: 9) sublinhava que “um número de casos têm mostrado a inconsistência da abordagem judicial à interpretação de legislação”. Neste sentido, considera que este artigo deve ser revisto e colocado em linha com os padrões internacionais e critérios políticos de Copenhaga. A Comissão Europeia (2006: 10) refere que “existiu um progresso continuado na reforma da área judicial. No entanto, a implementação da nova legislação pelo sistema judicial apresenta uma imagem mista até agora e a independência do sistema em si deve ser ainda estabelecido”.

Em relação à corrupção, identificada como um grande problema na sociedade turca no relatório anterior, a Comissão Europeia deixou a recomendação de que seria necessária maior ação nesse sentido. A questão da imunidade parlamentar não registou alterações e continuava a representar um problema de grande dimensão. Perante a falta de mudanças, a Comissão Europeia (2006: 10) referia a necessidade de “uma melhor coordenação entre o sistema existente para o combate da corrupção” sendo essencial “designar um organismo com independência suficiente para ser responsável pela conceção e monitorização da implementação das medidas de anticorrupção”.

O Comité Parlamentar para os Direitos Humanos continuava a ter um papel ativo. De acordo com a Comissão Europeia (2006: 12), este comité “continuou a desempenhar um papel ativo na recolha de queixas em violações em direito humanos e ao conduzir visitas de averiguação nas regiões”. Apesar destas visitas, e de ter finalizado vários relatórios, este comité não tinha um papel legislativo. Logo, não era consultado durante o processo de formação de legislação em matérias de direitos humanos.

Relativamente à tortura e maus tratos, apesar de se terem registado melhorias devido às reformas feitas em anos anteriores, continuavam a ser reportados casos. Esta realidade, à semelhança de noutras áreas, demonstrava a necessidade de uma implementação mais eficaz e coordenação eficiente entre diversos organismos. A título de exemplo, a situação no Sudeste na Turquia levantava sérias preocupações, com ocorrência de distúrbios violentos em diversas cidades. De acordo com a Comissão Europeia (2006: 13) “mais de 550 pessoas foram detidas como resultado desses eventos, incluindo cerca de 200 crianças”. As autoridades reagiram a estes acontecimentos com investigações ao uso excessivo de violência por parte das forças de segurança. De acordo com a Comissão Europeia (2006: 21), esta situação no Sudeste deve-se “ao retomar da violência pelo PKK, que se encontra na lista de organizações terroristas europeia”, sendo fundamental solucionar os incidentes e a questão curda “através de meios democráticos” (Comissão Europeia, 2006:22). De acordo com a Comissão Europeia (2006: 23), “deve ser seguida uma estratégia compreensiva, para alcançar desenvolvimento

socioeconómico na região e estabelecer condições para que as populações curdas possam gozar dos seus direitos e liberdades na totalidade”.

A liberdade de expressão, tal como foi referido no relatório anterior, registava avanços positivos. Porém, como a Comissão Europeia (2006: 14) afirmava, “certas provisões do novo código penal são causa de preocupação bastante séria e criam um clima de autocensura no país”. A possibilidade de interpretar o artigo 301, como a Comissão Europeia (2006: 15) afirma, “penaliza o insulto ao sentimento turco, também a república assim como os órgãos e instituições estatais”, como tal, não deve constituir crime. Independentemente desta recomendação, este artigo tem sido utilizado repetidamente para punir opiniões não violentas expressas por jornalistas, académicos e sobretudo defensores dos direitos humanos. Em relação a esta matéria, a Comissão Europeia (2006: 15) afirmava que “o artigo 301 tem que ser colocado em linha com padrões europeus relevantes” e o mesmo “se aplica a outras provisões do código penal que têm sido utilizados para condenar a expressão de opiniões não violentas e que possam limitar a liberdade de expressão”.

Na questão das minorias não foram registados desenvolvimentos, continuando a ser adotada a mesma abordagem. Neste sentido, foi realizada uma visita do Alto Comissário das Minorias Nacionais, pertencente à OSCE (Organization for Security and Co-operation in Europe), que sublinhou a falta de progresso no diálogo. De acordo com a Comissão Europeia (2006: 20), este diálogo deve existir em “áreas relevantes como a educação das minorias, os seus idiomas, a sua participação na vida pública”, alinhando-se com os princípios europeus que se sustentam “na diversidade cultural e na promoção do respeito e proteção das minorias”.

Na questão do Chipre, apesar de ter sido estabelecido o compromisso turco em alcançar um acordo pacífico, nada foi feito nesse sentido. A Comissão Europeia (2006: 24) referia que era esperado, que neste âmbito, que a Turquia “implemente na totalidade o protocolo que adapta o Acordo de Ancara para a adesão dos 10 novos estados-membros da União Europeia, incluindo o Chipre; e tome passos concretos para a normalização das relações bilaterais com todos os estados-membros, incluindo a República do Chipre, assim que seja possível”. No entanto, a Turquia continuava a vetar a entrada do Chipre a diversas organizações internacionais e a negar o acesso aos seus portos a barcos pertencentes ao Chipre.

### **III.3. Relatório de progresso da Turquia em 2007**

O relatório referente a 2007 tem início com a decisão da Comissão Europeia em não abrir negociações em oito novos capítulos devido às restrições colocadas pela Turquia nas questões relacionadas com Chipre. A abertura desses capítulos encontrava-se dependente do

cumprimento das condições submetidas à Turquia nesta matéria, tais como a implementação total do Protocolo Adicional para o Acordo de Associação.

Independentemente de não terem sido iniciadas as negociações nos oito capítulos, a relação entre a Turquia e a União Europeia continuou a florescer da mesma forma como tinha sido até então, através de uma cooperação e apoio em relação aos principais desafios identificados pela Comissão Europeia para que a Turquia cumprisse os critérios políticos de Copenhaga e as negociações ganhassem uma nova dimensão.

Foram introduzidas mudanças em relação à Constituição turca. A Comissão Europeia (2007: 6) sublinhava a “adoção de um pacote de reformas constitucionais proposto pelo partido que detém a maioria, o AKP”. O conteúdo deste pacote centrava-se na eleição do presidente através do voto popular, algo que não acontecia anteriormente, e que o mandato do governo passaria para quatro anos em vez de cinco. A aprovação destas reformas dependia de um referendo a realizar em Outubro.

O AKP, liderado por Erdoğan, foi novamente eleito, e o seu compromisso com a adesão ao projeto europeu foi reiterado. De acordo com a Comissão Europeia (2007: 7), o governo “planeia continuar as reformas constituições extensivas de modo a alinhar a Turquia com os padrões internacionais na área dos direitos fundamentais”, e de modo a fortalecer este compromisso foi criado um mapa que iria ter como função orientar a implementação destas reformas. Ainda de acordo com a Comissão Europeia (2007: 7) esse mapa iria “oferecer uma orientação interna para alinhar os ministérios com o acervo comunitário cobrindo assim o alinhamento com a legislação primária e secundária que deve ser adotada em 2007 a 2013”. É importante referir que o Ministério dos Negócios Estrangeiros continuava à frente do processo de negociações com a União Europeia, e neste sentido, o Secretariado Geral para os Assuntos Europeus foi colocado sob a égide do ministério, continuando a coordenar o processo, nomeadamente nas questões relacionadas com os critérios políticos. A Comissão Europeia (2007:7) considerava que, dentro do papel significativo que este secretariado desempenhava, o mesmo deve “ser fortalecido assim como o seu staff e recursos”, porém não foram registadas mudanças.

À semelhança do que tem sido verificado em anos anteriores, as Forças Armadas turcas continuavam a exercer uma influência significativa na política do país, com declarações públicas sobre temas (muitas vezes temas sensíveis como a questão curda e o secularismo) sobre os quais não deviam ter qualquer tipo de intervenção. A Comissão Europeia (2006: 9) referia “diversas tentativas dos membros seniores das forças armadas em restringirem investigações académicas

e o debate público na Turquia, em particular em questões relacionadas com a segurança e direitos das minorias”. Como já referido nesta dissertação, esta realidade tem raízes profundas no passado da sociedade turca, onde as forças armadas e militares entendem que o seu papel deve ser de intervenção em todas as esferas, o que não vai ao encontro do que acontece nos estados-membros europeus e na comunidade internacional.

No que diz respeito ao sistema judicial, as preocupações em relação à sua independência e imparcialidade permaneciam, apesar de terem sido registados progressos em relação à eficiência do sistema, implementação de reformas e alinhamento com os padrões internacionais. É importante a introdução das tecnologias de informação no sistema judicial turco que se traduziam em alterações benéficas, como a simplificação e organização do sistema. Ao contrário, não tinha sido criada uma estratégia anticorrupção, nem um organismo com a função de desenvolver e avaliar progressos na formulação de políticas para erradicar a corrupção no sistema judicial e na própria sociedade turca. De acordo com a Comissão Europeia (2007: 11), as “instituições envolvidas na luta contra a corrupção, tais como quadros de inspeção não foram fortalecidos”, e não existia a recolha de dados/estatísticas que seria importante para identificar áreas que necessitassem de maior intervenção. Sem estes mecanismos, o progresso nesta matéria seria sempre limitado. A Comissão Europeia (2007: 11) recomendava “o desenvolvimento de uma estratégia anticorrupção com a criação de um órgão central para coordenar a sua implementação, e para fortalecer a legislação”.

Já a política de não tolerância perante a tortura e maus tratos teve resultados positivos. De acordo com a Comissão Europeia (2007: 60), as reformas legislativas para ir ao encontro das lacunas existentes nesta matéria continuavam a ter efeitos benéficos e a “tendência de decréscimo do número de casos de tortura e mau tratamento é confirmado”. No entanto, continuavam a ser reportados casos dentro e fora dos centros de detenção, continuando a não existir um organismo independente para regular estas situações.

Em relação à luta contra a impunidade em matéria de violação dos direitos humanos mantinham-se as preocupações existentes em anos anteriores. Esta questão tem uma importância central, sendo necessário que as violações em matérias de direitos humanos sejam punidas de acordo com os princípios internacionais. A Comissão Europeia (2007: 13) apontava “a falta de investigações imparciais e independentes acerca das alegações de violações dos direitos humanos da parte de membros das forças armadas”, sobretudo na região do Sudeste. Os procedimentos criminais neste sentido, devido à falta de investigações eficazes e imparciais, resultavam, de acordo com a Comissão Europeia (2007: 13), em atrasos devido à “falta de julgamentos e dos procedimentos, ou o abuso dos mesmos”. A Comissão Europeia (2007: 13)

sublinhava, novamente, a inexistência de mecanismos “de monitorização independente nos locais de detenção da parte de organismos nacionais independentes, e a adoção do protocolo opcional das Nações Unidas da Convenção contra a tortura ainda se encontra pendente”. À semelhança de anos anteriores, continuavam a não existir melhorias significativas, apesar das recomendações constantes, com medidas explícitas que a Turquia de forma persistente continua a não implementar.

Nas matérias relacionadas com liberdades individuais, como a liberdade de expressão, o quadro mantém-se igual aos anos anteriores: não foram alteradas as provisões do código penal e criminal que permitiam uma interpretação dupla que resultava em punições por expressar opiniões não violentas. Pelo contrário, a Comissão Europeia (2007: 14) afirmava que se registou “um aumento ainda mais elevado do número dos processos judiciais” durante o ano de análise. É importante recordar que o jornalista turco Hrant Dink, de origem arménia, ao longo dos anos teve um elevado número de processos e acusações por expressar opiniões não violentas sobre questões históricas, foi assassinado em 2007. A Comissão Europeia (2007: 15) refere que a sua morte teve uma interpretação dupla na sociedade: tanto levou “a um movimento de solidariedade na sociedade turca, mas também foram registadas expressões de apoio aos perpetradores”. A Comissão Europeia (2007: 15) voltava a referir que estes “procedimentos judiciais e ameaças contra defensores dos direitos humanos, jornalistas e académicos, criou um clima que levou à ocorrência de situações de censura no país”.

A questão das minorias mais uma vez não sofria alterações. Em relação à situação no Sudeste da Turquia não se verificavam mudanças positivas, pelo contrário, a nível socioeconómico as dificuldades permaneciam, tal como os ataques perpetrados pelo PKK. A Comissão Europeia (2007: 23) relatava um ataque bombista suicida em Ancara, que demonstra a violência terrorista “contra cidadãos ao longo de todo o país”, e como tal, a luta contra o terrorismo foi fortalecida com o estabelecimento de zonas de segurança em regiões fronteiriças, com medidas de segurança mais restritas.

A situação face a Chipre permanecia igual, com o compromisso de resolução reforçado pela Turquia, mas transposto para a realidade. Os protocolos continuaram a não ser cumpridos, pelo que o Conselho Europeu decidiu que as negociações de acesso não iriam ser iniciadas em oito capítulos e que mais nenhum seria iniciado até que as restrições que a Turquia impôs ao Chipre fossem levantadas.

### III.4. Relatório de progresso da Turquia em 2008

O processo de negociações continuou a decorrer e perante os progressos alcançados pela Turquia, a União Europeia decidiu abrir novos capítulos.

Em 2007 iniciou-se a investigação sob uma alegada organização criminosa, conhecida como Ergenekon<sup>16</sup>, que resultou na detenção de várias pessoas, inclusive antigos generais das forças armadas turcas. De acordo com a descrição apresentada pelo Procurador público turco de Istambul, a Comissão Europeia (2008: 6) sublinha que as acusações são referentes à “formação de uma organização terrorista que tinha como objetivo tentar derrubar o governo e enfraquecer a sua ação através de meios violentos”.

A Constituição turca, elaborada em 1982, necessitava de reformulação para se colocar em linha com os valores internacionais e sobretudo, com os princípios europeus. É neste sentido que o governo liderado pelo AKP, de acordo com a Comissão Europeia (2008: 6), deu autorização para que “um grupo de académicos tivesse um mandato para rever a Constituição de 1982, com vista, entre outras coisas, a alinhar a Turquia com os padrões internacionais em matéria de direito fundamentais”.

O governo turco voltava a expressar o seu compromisso com o processo de adesão à União Europeia e em continuar a implementar as reformas necessárias. A Comissão Europeia (2008: 7) sublinhava que “apesar do mandato político ser forte, o governo não levou a cabo um programa de reformas políticas consistente e compreensivo”, o que pode ser constatado pelo fato das melhorias nas mais diversas esferas serem apenas superficiais. Por exemplo, o organismo criado para coordenar os assuntos europeus, o Secretariado Geral para os Assuntos Europeus, continuava a ter recursos e uma ação bastante limitada, o que não era esperado devido à importância que deveria ter na coordenação interna do processo de adesão da Turquia.

O governo, ainda assim, tinha implementado reformas políticas importantes, mas que deveriam ser mais abrangentes e consistentes. Era necessário um compromisso mais forte a todos os níveis, desde partidos políticos até às instituições, o que iria fortalecer a implementação e os resultados seriam bastante mais positivos.

Em relação às forças armadas turcas verifica-se a mesma realidade: os militares continuavam a exercer influência política e a manifestarem-se sobre temas que não pertencem ao seu domínio. De acordo com a Comissão Europeia (2008: 10), o mesmo acontece com

---

<sup>16</sup> Investigação sobre uma alegada organização turca constituída por militares, polícias, políticos, sindicalistas e académicos defensores da ideologia kemalista, que tinham como objetivo levar a cabo um golpe de Estado em 2003 contra o governo liderado por Erdoğan.

membros seniores do sistema judiciário, que em diversas ocasiões “fizeram comentários públicos sobre assuntos políticos que pode comprometer a sua imparcialidade em casos futuros”.

Ao nível judicial era recorrente a preocupação em relação à imparcialidade, eficiência e eficácia, pelo que o Ministério da Justiça elaborou um rascunho com uma estratégia de reforma judicial para colmatar estas questões. A Comissão Europeia (2008:9) sublinhava que este documento pretendia também “aprimorar o seu profissionalismo, o sistema de gestão e medidas para reforçar a confiança no sistema judicial fortalecendo o acesso ao mesmo e melhorar o sistema penitenciário”. A estratégia de reforma judicial traduzia-se em desenvolvimentos positivos, mas era necessário aumentar a sua abrangência. A Comissão Europeia (2008: 10) sublinhava a necessidade de “construir um apoio abrangente para a estratégia” de modo a corrigir e tentar erradicar os problemas relacionados com a falta de imparcialidade e independência do sistema judicial.

Em relação à política anticorrupção foram registados desenvolvimentos positivos, embora limitados. A Turquia seguiu algumas das recomendações feitas pelo relatório do GRECO,<sup>17</sup> em 2005, e neste sentido tentou implementar as recomendações recebidas. A Comissão Europeia (2008: 10) destacava o “treino reforçado para a detenção da corrupção e investigação da parte de polícias, estabelecer as linhas orientadoras para a apreensão, confiscação e desenvolvimento de sistemas de monitorização do impacto das medidas de anticorrupção”. A monitorização das medidas implementadas seria extremamente útil, pois iria permitir uma análise profunda do que resulta e do que deve ser intervencionado; porém, a Turquia não implementou as recomendações do GRECO e não conseguiu preparar uma estratégia neste âmbito, também devido à falta de apoio político para uma implementação efetiva.

Em relação à imunidade, o relatório verifica que não foram implementados limites na imunidade parlamentar, sendo que a Comissão Europeia (2008: 11) refere que “o Tribunal Europeu para os Direitos Humanos afirmou a falta de critérios objetivos para a definição das condições nas quais a imunidade pode ser levantada”. Deste modo, a questão da política anticorrupção continuava na mesma forma: era necessária a elaboração de uma estratégia imparcial, independente e eficaz, em linha com as recomendações europeias e do GRECO, sendo

---

<sup>17</sup> GRECO (Grupo de Estados Contra a Corrupção) foi estabelecido em 1999 pelo Conselho da Europa para monitorizar o cumprimento dos estados com os padrões internacionais na luta contra a corrupção. Pretende melhorar a capacidade dos seus membros em lutar contra a corrupção, avaliando os progressos em linha com os padrões estabelecidos de acordo com uma plataforma de partilha das melhores práticas para prevenção e detenção.

que a falta de coordenação entre instituições e organismos designados para este fim resultava no agravamento desta questão.

Em matérias de direitos humanos, o Tribunal Europeu para os Direitos Humanos registou 266 julgamentos onde a Turquia violou algum dos princípios nesta matéria, sendo que a maior parte se relacionavam com o direito a um julgamento justo, e alguns com direito à vida, tortura e maus tratos. A Comissão Europeia (2008: 12) referia que a Turquia respeitou o julgamento final de todos os casos, mas muitos dos julgamentos “estão à espera de execução da parte da Turquia”. Os defensores dos direitos humanos continuam a enfrentar procedimentos criminais e a serem ameaçados por grupos extremistas, sendo essencial que as instituições neste domínio obtenham uma maior independência e recursos. A Comissão Europeia (2008: 13) reforçava a importância da “introdução de um Ombudsman (...) devido à sua importância chave em prevenir tensões na sociedade”.

A Comissão Europeia (2008: 15) sublinhava um acontecimento que ocorreu em Abril de extrema importância, em que o “Parlamento turco adotou emendas ao artigo 301 do código criminal turco com a intenção de fortalecer as salvaguardas para a liberdade de expressão na Turquia”. A formulação do artigo foi revista e foram introduzidas emendas para reduzir a penalidade. Apesar de ter representado um passo positivo, a Comissão Europeia (2008: 16) refere que a alteração introduzida “permanece em grande parte a mesma e dependente da autorização do requisito que abre a possibilidade do artigo se tornar sujeito a consideração política”. Foi um passo importante de modo a garantir a liberdade de expressão, mas ainda assim, deve ser monitorizado.

As questões relacionadas com a prevenção da tortura e maus tratos registavam progressos limitados. A Comissão Europeia (2008: 14) revelava continuarem a existir preocupações relacionadas com a impunidade, a falta persistente de “investigações imparciais e independentes sob alegações de violações em matérias de direitos humanos”, sobretudo relacionadas com membros das forças de segurança. As investigações continuam a não ser feitas de forma eficiente o que prejudica os procedimentos durante os julgamentos. O combate contra a tortura e maus tratos deveria ser fortalecido e reforçado, ao ratificar o OPCAT<sup>18</sup> e acima de tudo, lutar contra a impunidade.

De acordo com a Comissão Europeia (2008: 25), deveria ainda ser alcançado o “respeito total e a proteção da língua, cultura e liberdade de associação, assembleia, expressão e religião

---

<sup>18</sup> OPCAT (Protocolo Opcional da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura) estabelece um sistema de inspeção internacional dos locais de detenção. Foi adotado em 2002 e entrou em vigor em 2006.

e a participação efetiva na vida pública para todos os cidadãos independentemente da sua experiência ou origem”. Ao longo dos anos eram constatadas faltas de progresso nesta matéria, incluindo pelo Alto Comissário para as Minorias Nacionais (HCNM), que afirmou que as suas recomendações acerca da sua visita no ano de 2006 não foram introduzidas na sociedade turca. O cumprimento das recomendações nesta área iria permitir o que a Comissão Europeia (2008: 25) sublinha como fator facilitador do “alinhamento da Turquia com os padrões internacionais e com as melhores práticas dos estados-membros europeus”.

Outra questão que levanta preocupações em relação às minorias refere-se ao facto de, como a Comissão Europeia (2008: 25) sublinhava a “Turquia não assinou a Convenção do Conselho Europeu para a Proteção das Minorias Nacionais ou a Carta Europeia para as Línguas das minorias ou regionais”. Esta recusa colocava em causa o compromisso turco em cumprir os critérios políticos de Copenhaga, onde se inclui o respeito e proteção das minorias. Em relação à situação no Sudeste do país, onde foi registado um agravamento da situação a partir de 2007 com sucessivos ataques terroristas (e que persistiram em 2008), e com o piorar da situação socioeconómica, o governo turco liderado pelo AKP decidiu criar um plano de desenvolvimento para a região onde estabelecia as linhas gerais através das quais todo o processo seria conduzido. De acordo com a Comissão Europeia (2008: 25), este plano era constituído por quatro pilares: “o desenvolvimento económico, social, desenvolvimento de infraestruturas e fortalecimento institucional”, o que representa um passo bastante positivo para melhorar a realidade no Sudeste.

Já no que diz respeito às relações entre a Turquia e o Chipre, que deveria ser resolvida através de um acordo compreensivo não houve alterações. A Comissão Europeia (2008: 28) sublinha que “desde a decisão do Conselho de Dezembro de 2006, a Turquia não fez qualquer progresso para a implementação do Protocolo Adicional”, que representava uma condição essencial para o desenvolvimento das negociações de acesso. As relações não foram normalizadas e a Turquia continua a vetar a entrada do Chipre em diversas organizações internacionais, apesar de afirmar expressamente o compromisso em alcançar um acordo para esta questão.

Já em relação à Grécia foram continuados os esforços para melhorar e incentivar as relações bilaterais entre ambas. A Comissão Europeia (2008: 28) realça a “visita oficial do Primeiro-ministro grego à Turquia – a primeira desta natureza em 49 anos”, o que demonstra efetivamente a existência de um compromisso forte entre os dois países.

### III.5. Relatório progresso da Turquia em 2009

O relatório começa com a informação de que as negociações e o diálogo entre a Turquia e a União Europeia continuou a decorrer dentro dos mesmos moldes. Os desafios e progressos continuavam a ser analisados, de modo a avaliar o que deve ser feito para que o processo de negociação continue a decorrer da forma eficiente e eficaz.

A investigação em relação à rede criminosa Ergenekon teve início em Outubro do ano anterior, e continuava dentro da normalidade. Foram realizados três julgamentos, o que demonstrava o compromisso turco em investigar este acontecimento. Esta investigação levou a acusações a militares, o que levantava preocupações, sendo que é importante destacar que, tal como a Comissão Europeia (2009: 6) afirmava, “este é o primeiro caso em que a Turquia examina uma tentativa de golpe, e é a investigação mais extensiva feita numa alegada rede criminosa que tinha como objetivo destabilizar as instituições democráticas”. A continuação das investigações também tem um impacto muito positivo no sistema judicial, devido à questão da imparcialidade e falta de eficácia. De acordo com a Comissão Europeia (2009: 7) trata-se de “uma oportunidade para a Turquia fortalecer a confiança no funcionamento oportuno das suas instituições democráticas e o Estado de Direito”. A investigação representa um passo positivo, mas ainda assim, é necessário um maior alinhamento legislativo com os princípios europeus, desde logo porque a Comissão Europeia (2009: 12) sublinhava a existência de “relatos de violações dos direitos processuais dos acusados” durante o julgamento da rede criminosa Ergenekon.

No relatório do ano anterior tinha sido anunciada a predisposição para alterar a Constituição de 1982. O debate sobre esta questão foi continuado e existiu um consenso na necessidade de reforma. A Comissão Europeia (2009: 7) referia que as alterações eram necessárias para “permitir uma maior democratização num número de áreas e oferecer garantias mais fortes de liberdades fundamentais em linha com os padrões da União Europeia”. Apesar de ter sido manifestada uma vontade política neste sentido, não foi alcançado consenso entre todos os partidos, como tal, não foi elaborado nenhum documento tal como seria esperado quando o governo liderado pelo AKP, em 2007, solicitou a um grupo de académicos.

À semelhança do que aconteceu em anos anteriores, as forças armadas continuavam a exercer influência política que não corresponde ao seu domínio, nomeadamente acerca das investigações do caso Ergenekon, o que, tal como a Comissão Europeia (2009: 12) afirmava “coloca em causa a imparcialidade do sistema judiciário”. A estratégia de reforma do sistema judicial foi aprovada, assim como o plano de ação para a implementação da mesma.

Em relação à luta contra a corrupção, registou-se um desenvolvimento positivo: o parlamento turco adotou uma lei para emendar o código penal na sequência de uma recomendação do GRECO, relacionada com a lavagem de dinheiro. É importante referir a criação de uma estratégia nacional anticorrupção, coordenada por instituições estatais, com consultas de ONGs e colaboração direta com o Quadro de Inspeção Ministerial.

Já a luta contra a impunidade continuava a representar um problema, nomeadamente a imunidade parlamentar. De acordo com a Comissão Europeia (2009: 13), era essencial estabelecer uma comissão permanente de ética para lidar as alegações, e nesse sentido devem ser estabelecidos “critérios objetivos para definir as condições nas quais a imunidade pode ser levantada”. Sem a definição destas condições uma monitorização eficaz, não seriam registadas melhorias.

No relatório referente ao ano anterior, o OPCAT ainda não tinha sido ratificado, visto que o governo decidiu que a sua aprovação estaria dependente do parlamento turco. De acordo com a Comissão Europeia (2009: 13), “o protocolo requer que os partidos designem ou estabeleçam um mecanismo de prevenção nacional independente para monitorizar os locais de detenção”. Apesar de não ter sido ratificado pelas razões mencionadas, é considerado uma melhoria, aconselhando a Comissão Europeia (2009: 13) que a Turquia “finalize uma estratégia anticorrupção e que desenvolva um histórico das investigações, acusações, procações e condenações”.

O Tribunal Europeu para os Direitos Humanos fez um total de 381 julgamentos onde a Turquia encontrava-se em violação dos seus princípios. No ano anterior, foram registados 266 julgamentos em incumprimento, ou seja, deu-se um aumento de 115 casos, na maioria relacionados com a liberdade de expressão e proibição da tortura. Existe uma dupla realidade em relação à execução destes julgamentos, por um lado são registados progressos na sua implementação, mas por outro, como a Comissão Europeia (2009: 14) refere, os julgamentos que requerem “medidas legislativas são atrasados algumas vezes durante muitos anos”. A Comissão Europeia (2009: 14) alerta para a existência de outros casos que necessitam de medidas legislativas relacionadas com o “controlo das atividades das forças de segurança, remédios efetivos contra o abuso e restrições da liberdade de expressão”.

É importante referir que, de acordo com a Comissão Europeia (2009: 70), a “Turquia expressou a sua intenção formal em fazer parte do trabalho da Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais”, o que representava um passo muito importante, já que lhe permitia

conviver com realidades diferentes e um melhor alinhamento com os padrões europeus nessas matérias.

Foram registados desenvolvimentos positivos ao nível parlamentar, nomeadamente com o Comité Parlamentar para os Direitos Humanos, que estabeleceu novos comités em matérias de extrema importância: maus tratos e prisões; liberdade de pensamento, expressão, religião ou consciência; direitos económicos e sociais (inclusive direitos das crianças); harmonização da legislação com o acervo da União Europeia. Além da criação destes subcomités, continuou a avaliar a situação em matéria de direitos humanos na Turquia elaborando relatórios nas áreas referidas anteriormente. É muito importante a criação destes comités sobre os temas que têm levantado mais preocupações durante o processo de negociações turco, permitindo assim uma monitorização mais eficaz, facilitando o alinhamento com os padrões internacionais. Ainda assim, continuam a ser reportados casos onde são lançados procedimentos criminais aos defensores dos direitos humanos. A Comissão Europeia (2009: 15) menciona “a falta de recursos, independência, e sensibilização do público dificultam a ação regular das instituições de direitos humanos”, sendo necessário encontrar uma solução definitiva para estes problemas. Uma das soluções apresentadas seria a criação de um Ombudsman. Esta encontrava-se pendente, por um lado, devido à necessidade de introduzir emendas constitucionais – visto que, como a Comissão Europeia (2009: 15) expõe “a Constituição não permite que uma instituição seja afiliada ao parlamento” – e, por outro, era necessário consenso entre todos os partidos políticos com assento parlamentar.

Durante o período de análise, a intervenção do Comité para a Prevenção da Tortura do Conselho da Europa (CPT)<sup>19</sup> foi importante para reavaliar a política de ‘tolerância zero’ existente na Turquia em relação a esta matéria. Porém, mas as ONGs para os direitos humanos recebem cada vez mais queixas em matérias de tortura e maus tratos, que se têm agravado ao longo dos anos. A ação do CPT centra-se em visitar os locais de detenção e centros de imigração, de modo avaliar as condições existentes, o tipo de tratamento que os detidos recebem da parte dos agentes policiais e se encontram em linha com os padrões internacionais. É importante realçar que a Turquia tem desenvolvido um programa de reforma ambicioso nas prisões ao longo dos anos, o que, de acordo com a Comissão Europeia (2009: 16) resultou em “melhorias nas condições das prisões e das infraestruturas”. A Comissão Europeia (2009: 15) relata que “o CPT

---

<sup>19</sup> O Comité para Prevenção da Tortura do Conselho da Europa (CTP) foi fundado em 1987 na sequência da Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura, Tratamento Desumano, Degradantes. A sua ação define-se pela visita a locais de detenção, onde as pessoas são detidas sem consentimento, assim como centros de imigração. Depois da visita, é elaborado um relatório com recomendações e com as principais preocupações. Foi este organismo que deu origem ao OPCAT.

também examinou vários detalhes relacionados com prisões, incluindo as atividades e serviços de saúde oferecidos aos prisioneiros”, o que permite uma melhor avaliação e identificação de melhorias a promover.

A questão da impunidade é de extrema relevância, nomeadamente a nível parlamentar e contra agentes de lei. A Comissão Europeia (2009: 16) sublinha a existência de preocupações sobre eficácia dos procedimentos contra agentes de lei, visto que, de acordo com o relatório elaborado pelo Comité Parlamentar para os Direitos Humanos, “apenas 2% dos polícias são sujeitos a sanções disciplinares como resultado de uma investigação administrativa das alegações de tortura e mau tratamento”. De modo a reverter esta situação, o Comité refere que as investigações nestas matérias não devem ser conduzidas pelos colegas dos polícias acusados, visto que compromete a independência e eficiência de toda a investigação.

Em relação ao já referido artigo 301, que colocava restrições à liberdade de expressão, deixou de ser utilizado para restringir as liberdades fundamentais com a mesma frequência que era verificada anteriormente. A Comissão Europeia (2009: 17) refere que “a revisão do artigo levou a um declínio significativo das condenações em comparação com anos anteriores”, o que representa um “desenvolvimento bastante positivo”. Ainda assim são registadas situações onde não existem garantias suficientes e o artigo continua a ser interpretado da forma anterior. Esta incerteza perante a utilização do artigo 301, representa um fator preocupante, tal como a Comissão Europeia (2009: 18) alega, já que “coloca os jornalistas, escritores, editoras, políticos, académicos e outros em risco de investigação, acusação, condenação e aprisionamento e pode resultar em autocensura”.

É importante referir que durante o período de análise, foi realizada uma petição por intelectuais turcos para denunciar a negação sobre a questão arménia<sup>20</sup> que representa um assunto bastante sensível na sociedade turca. Esta petição resultou num debate público alargado, envolvendo os órgãos de comunicação social, e que ampliou a discussão de outros assuntos igualmente sensíveis, como a questão curda, direito das minorias, o papel dos militares e o legado de Kemal Atatürk.

Esta abertura ao debate permitiu uma maior discussão sobre a questão das minorias, nomeadamente nas áreas da educação e discriminação. Contudo, a abordagem turca continua a ser bastante limitada e restritiva, como pode ser constatado com as reservas que a Turquia tem em implementar medidas em relação às minorias de acordo com a Convenção das Nações

---

<sup>20</sup> Massacre do povo arménio pelo império otomano durante a Primeira Guerra Mundial, nomeadamente no ano de 1915. Este acontecimento ficou conhecido como “genocídio arménio” e continua a não ser reconhecido pela Turquia.

Unidas em Direitos Civis e Políticos, da qual não é signatária. A Comissão Europeia (2009: 28) continua a sublinhar a necessidade de “incluir a participação das minorias na vida pública e na difusão dos seus idiomas”, o que iria facilitar o alinhamento da Turquia com os padrões internacionais e com as melhores práticas dos estados-membros europeus.

Desde o final de 2008 que a Turquia tem sido alvo de diversos ataques terroristas de violência máxima. A Comissão Europeia (2009: 30) sublinha o compromisso reafirmado pela União Europeia em “apoiar a Turquia na luta contra o terrorismo, que deve ser conduzida de acordo com os direitos humanos, liberdades fundamentais e lei internacional”. Dentro desta abordagem, foi feita uma visita pelo presidente do Iraque e deu-se a aproximação turca com o Governo Regional Curdo (KRG)<sup>21</sup>, o que representa um passo bastante importante para a criação de uma cooperação entre todos que eventualmente pode resultar em soluções para a questão curda. Além desta aproximação, é referido pela Comissão Europeia (2009: 30) o “vibrante debate doméstico desenvolvido em torno deste assunto, envolvendo o público e as autoridades políticas, inclusive a oposição e sociedade civil”. Todas as condições mencionadas permitiram uma troca de ideias, que levou o governo a lançar um processo de consulta a novas abordagens para resolver esta questão, através de um plano compreensivo e com medidas concretas.

Existe, no entanto, uma questão que levanta preocupações que se relaciona com a legislação em vigor referente ao terrorismo, onde a sua definição é demasiado abrangente tendo como consequência a sua utilização contra o exercício das liberdades fundamentais. Um exemplo dessa realidade é referido pela Comissão Europeia (2009: 30), segundo a qual “em diversas instâncias, o uso da lei tem sido em punir opiniões não violentas, em particular, referentes à questão curda”.

Em relação ao Chipre a situação permanece idêntica aos anos anteriores. A Turquia reafirma o seu compromisso em chegar a acordo para a resolução desta questão, porém a sua ação demonstra o contrário: continua a não reconhecer o Chipre, a vetar a sua entrada nas mais diversas organizações internacionais e a negar a entrada de embarcações cipriotas nos seus portos. A Comissão Europeia (2009: 31) sublinha que “é esperado o apoio ativo nas negociações que estão a decorrer e dar passos práticos para contribuir para a criação de um clima favorável para um acordo justo, compreensivo e viável para o problema com o Chipre dentro do quadro das Nações Unidas, e em concordância com as resoluções relevantes do secretário-geral das Nações Unidas e em linha com os princípios nos quais a União Europeia foi fundada”.

---

<sup>21</sup> KRG (Governo Regional Curdo) é um órgão oficial estabelecido em 1992 na região predominantemente curda no norte do Iraque.

A relação entre a Turquia e a Grécia decorria de forma pacífica, mas essa realidade já não se verifica na sua totalidade, devido ao que a Comissão Europeia (2009: 32) refere como “ameaça de *casus belli* em resposta a uma possível extensão dos territórios marítimos gregos feito na resolução adotada pela Grande Assembleia turca em 1995 que se mantem”. Para além disso, a Comissão Europeia (2009: 31) refere igualmente as queixas recebidas “pela Grécia acerca da continuação da violação do seu espaço aéreo pela Turquia”.

É muito importante referir os desenvolvimentos positivos em matéria de cooperação regional. A Turquia encontra-se bastante envolvida com iniciativas regionais, incluindo o Processo de Cooperação Europeia Sul-Leste (SEECp)<sup>22</sup>, e desde 2009 é a Turquia a responsável pelo ano rotativo do SEECp. A Comissão Europeia (2009: 33) destaca que o desenvolvimento positivo em matérias de relações regionais e bilaterais, o que demonstra que a “Turquia continua a desempenhar um papel positivo”, nomeadamente nos Balcãs Ocidentais.

### **III.6. Relatório de progresso da Turquia em 2010**

A agenda política turca durante o período de análise encontrava-se dominada pelo pacote de reforma constitucional (para permitir um maior alinhamento com os padrões internacionais de democracia), o espírito de abertura para a resolução da questão curda e o aumento de investigações em casos de alegados golpes militares. O clima de confronto político que já se verificava anteriormente permaneceu e encontra-se marcado pela falta de diálogo e espírito de compromisso entre os principais partidos políticos e o governo.

Foram iniciadas novas investigações judiciais relativamente às alegadas tentativas de golpe planeados por militares. Em julho, um tribunal criminal em Istambul aceitou a acusação de 196 suspeitos incluindo 19 militares retirados, 28 em serviço que pretendiam deitar o governo abaixo e a ordem constitucional. O plano de golpe militar referido como “Sledgehammer”<sup>23</sup> foi alegadamente preparado em 2003 e os julgamentos estão pendentes, começando apenas em dezembro de 2010 (até então todos os acusados estiveram em liberdade).

---

<sup>22</sup> Processo de cooperação iniciado em 1996 na Bulgária. É um fórum de cooperação regional que pretende fortalecer as relações de boa vizinhança entre os seus membros, e tornar a região numa área onde prospere a paz, estabilidade, segurança e cooperação, com o objetivo primário de integrar os países do Sudeste da Europa em membros das estruturas europeias e euro-asiáticas. Além dos objetivos mencionados anteriormente, pretende igualmente reforçar a cooperação política e em matérias de segurança, fortalecer a cooperação económica e uma maior cooperação em matérias de democracia, justiça e combate de atividades ilícitas. <http://www.rcc.int/pages/111/south-east-european-cooperation-process--seecp> Consultado a 25 de Outubro 2017.

<sup>23</sup> Plano de golpe militar em 2003 que pretendia derrubar o governo liderado pelo AKP.

O julgamento contra a alegada rede criminosa Ergenekon continuava e as investigações foram mais abrangentes. Um plano de golpe, referido como “plano cela”, com a data de março de 2009, foi descoberto pelos investigadores do caso através dos suspeitos da referida rede criminosa. De acordo com a Comissão Europeia (2010: 7), este plano tinha alegadamente como objetivo “destabilizar o país ao assassinar membros de comunidades não-muçulmanas, antigos comandantes das forças armadas, marinha e exercito foram chamados a depor”. Os resultados desta investigação levantam preocupações sérias. As investigações representam uma oportunidade para que a Turquia fortaleça a sua confiança num funcionamento eficaz das suas instituições democráticas e Estado de Direito. Ainda assim, a Comissão Europeia (2010: 7) sublinha as preocupações referentes “às garantias judiciais de todos os suspeitos” que devem estar em linha com os valores internacionais.

Por seu lado, o governo iniciou uma série de emendas à Constituição que foram aprovadas pelo Parlamento em Maio e aprovado em referendo em Setembro com a maioria dos votos (58%), sendo que apenas 73% da população votou. As principais mudanças dizem respeito: à composição do Tribunal Constitucional e do Alto Conselho de Juizes e Procuradores, restringindo a autoridades dos tribunais militares e apelando contra as decisões de expulsão pelo supremo conselho militar; estabelecimento da base para o serviço do Ombudsman; introdução do direito de negociação coletiva dos funcionários públicos; e inclusão medidas positivas de discriminação a favor das mulheres, crianças e idosos. O governo estabeleceu um plano de ação na legislação necessária para a implementação das emendas constitucionais e indicou a sua intenção em consultar decisores políticos. A Comissão Europeia (2010: 8) sublinhava que “o rascunho e adoção das reformas constitucionais não foi precedida pelo processo de consulta que envolve os partidos políticos e a sociedade civil”.

As emendas constitucionais representam um passo importante no contexto das negociações de acesso, visto que vão ao encontro das necessidades que existem para um maior alinhamento com os valores europeus. Porém, dentro desde processo de reforma constitucional é fundamental o envolvimento e consenso de todos os partidos políticos, assim como a participação da sociedade civil em cada etapa do processo dentro dos valores democráticos.

Como mencionado anteriormente prevalecia na Turquia um clima de confronto político entre os principais partidos políticos, o que colocava em causa o decorrer do trabalho em torno das reformas políticas. Ainda assim, a Comissão Europeia (2010: 8) afirma que “o parlamento aprovou um número limitado de leis cobrindo as áreas relacionadas com os critérios políticos de Copenhaga”, o que representa o desvanecer das reformas e do próprio processo de negociações.

A Comissão Europeia (2010: 9) sublinha, ainda, que foi preparada “uma nova estratégia para a adesão da Turquia à União Europeia com o objetivo de acelerar o processo de negociações e aumentar o conhecimento do público e o seu apoio pela adesão”. A necessidade de mais medidas legislativas em relação à proteção dos direitos fundamentais continuava a ser essencial, e tal como a Comissão Europeia (2010: 9) alertava, era necessário “um procedimento legislativo especial para as reformas da União Europeia no parlamento, de modo a acelerar o trabalho relacionado com a adesão da Turquia”. O que se torna ainda mais imperativo perante o evidente abrandamento da agenda de reformas, apesar do parlamento recentemente ter aprovado um número de reformas constitucionais. Para que o plano de ação criado e o aceleração das reformas fosse uma realidade, seria necessário que as relações entre os principais partidos deixassem de ser conflituais.

Em relação ao sistema judicial, as reformas que foram introduzidas e implementadas em 2009 continuaram dentro da normalidade. Dentro desta reforma, as questões da imparcialidade registaram-se alterações constitucionais em relação às provisões relacionadas com a possibilidade de os tribunais militares julgarem civis. Embora os desenvolvimentos nesta área fossem positivos, a Comissão Europeia (2010: 14) referia que uma maior “atenção que deve ser dada ao estabelecimento de um diálogo efetivo com os decisores políticos e na implementação das reformas de acordo com os padrões europeus, e de forma aberta, transparente e inclusiva”.

Relativamente à luta contra a corrupção, o governo adotou uma estratégia para esse fim, que tinha como objetivo reforçar a transparência e o fortalecimento do combate a este fenómeno. A estratégia 2010-2014, de acordo com a Comissão Europeia (2010: 15), pretendia “desenvolver medidas preventivas e repressivas contra a corrupção, melhorando o governo público ao introduzir uma maior transparência, responsabilidade e confiança na administração pública”. Foi aprovado igualmente um plano de ação que definia os tempos para a adoção e implementação de cada medida, o que permitia uma melhor organização, e a sua implementação efetiva. A abordagem aplicada pela Turquia demonstrava um alinhamento com os valores internacionais e a importância que é dada à participação da sociedade civil fortalecia todo o processo.

Anteriormente tinha sido verificado que a Turquia ainda não tinha implementado as recomendações que foram feitas em 2005 pelo GRECO, porém, em 2010 foi constatado que foram implementadas 15 das 21 recomendações o que representa um espírito de compromisso para que as mudanças em relação a esta matéria sejam mais fortes e eficazes. Assim, foram registadas melhorias positivas na luta contra a corrupção. O governo turco estabeleceu uma estratégia durante os anos 2010-2015, com objetivos ambiciosos e exequíveis, aliado com um

plano de ação para definir as prioridades e a forma como a própria estratégia vai ser implementada, o que não acontecia anteriormente. No entanto, a Comissão Europeia (2010: 16) refere que “a implementação efetiva da estratégia é necessária para reduzir a corrupção que prevalece em diversas áreas”, e reforça a necessidade de criar um histórico de investigações, acusações e condenações.

Em relação aos direitos humanos, a Turquia continuava a não ratificar os protocolos necessários nesta matéria, nomeadamente sobre a tortura (OPCAT que se encontra pendente desde 2005). No ano em análise, o Tribunal Europeu para os Direitos Humanos julgou 553 casos onde a Turquia violou os seus princípios. Mais uma vez, deu-se um aumento bastante elevado: em 2009, tinham sido registados 381 casos onde a Turquia se encontra em violação dos princípios, registando-se assim um aumento de 172 casos. O Comité Parlamentar para os Direitos Humanos continuou o seu trabalho e publicou 13 relatórios, mas desde então o enfoque tem sido no processo legislativo, colocando em segundo plano a sua função de monitorização.

À semelhança do que foi verificado em relatórios anteriores, os defensores dos direitos humanos continuavam a enfrentar procedimentos criminais, desta feita devido à definição abrangente de terrorismo que levanta preocupações sérias. Os problemas relacionados com a falta de recursos, independência e impacto continuam a verificar-se, e continuava a ser essencial que a legislação em matéria de direitos humanos esteja em linha com os princípios das Nações Unidas.

Em relação à tortura e maus tratos, a Comissão Europeia (2010: 17) sublinhava a atividade do governo em “continuar os seus esforços para o cumprimento das salvaguardas legais” para prevenção, o que efetivamente tem produzido resultados positivos apesar de ser necessário continuar esse trabalho para erradicar este fenómeno. Eram recorrentes relatos da utilização de força desproporcional por parte dos órgãos de segurança. De acordo com ONGs, os relatos que terminavam em morte tinham aumentado, e neste sentido foi estabelecido uma proposta de lei para o estabelecimento de uma Comissão de Monitorização das forças de segurança, submetida a apreciação parlamentar em Outubro. De acordo com a Comissão Europeia (2010: 18), esta proposta “estabelece uma comissão de supervisão para o registo e monitorização de procedimentos disciplinares e medidas contra oficiais de segurança”.

A luta contra a impunidade continua a ser um problema na sociedade turca, nomeadamente a nível parlamentar. A Comissão Europeia (2010: 8) sublinha que a “dimensão das imunidades a nível parlamentar continua a levantar questões bastante sérias. É demasiado abrangente em casos de corrupção, mas ao mesmo tempo não protege adequadamente a

expressão de opiniões não violentas”, o que demonstra a dualidade de critérios nas duas situações. A Comissão Europeia (2010: 18) voltava a reforçar que “os esforços para lutar a impunidade em matérias de direitos humanos não abordam suficientemente o atraso nos procedimentos judiciais”.

Durante o período de análise, é importante referir a morte durante a detenção de Engin Çeber, por distribuir um jornal legal, que morreu vítima de tortura continuada por agentes da lei. Este caso aconteceu em 2008, mas foi apenas em 2010 que foi chegado a um consenso: a Comissão Europeia (2010: 18) sublinha que a sentença dos três guardas e o diretor da prisão foi prisão perpétua.

Em relação à liberdade de expressão, o aumento do debate livre ao nível na comunicação social e na sociedade sobre assuntos considerados sensíveis ocorreu a par de um aumento de julgamentos contra jornalistas que investigavam o caso Ergenekon. As acusações sustentam-se, de acordo com a Comissão Europeia (2010: 20), “na violação do princípio da confidencialidade de um processo judicial que está a decorrer”. A situação tornava-se mais preocupante porque não se aplicava apenas ao caso Ergenekon: tinha sido registado um aumento da pressão nos jornais onde era discutida a questão curda e que publicavam em curdo. Assim, a Comissão Europeia (2010: 21) referia que “a lei turca não oferece garantias suficientes em relação à liberdade de expressão em linha com o ECHR (Tribunal Europeu para os Direitos Humanos) e com a jurisprudência do ECHR”.

A abordagem turca às minorias mantinha-se sem alterações, e a Turquia continuava reticente em relação aos direitos das minorias, não assinando a Convenção para a Proteção das Minorias Nacionais do Conselho da Europa. Ainda assim, a Turquia continuou o diálogo com o Alto Comissário para as Minorias Nacionais, e dentro dos tópicos discutidos, a participação das minorias na vida pública, assim como a difusão do seu idioma, são condições essenciais que promovem o alinhamento turco com os padrões internacionais e com as melhores práticas dos estados-membros. Deve ser incentivada uma maior tolerância e promover os direitos e inclusão das minorias. Independentemente do que deveria ser incrementado, é importante referir que durante o período de análise, foi encenada uma peça de teatro no Sudeste do país, cuja língua utilizada foi o curdo, que contou com a assistência do Ministro de Estado para os Assuntos Europeus que estendeu um convite a todas embaixadas, demonstrando espírito de abertura e compromisso em perante um assunto tão sensível.

Em relação à situação no Sudeste, continuavam a verificar-se ataques terroristas liderados pelo PKK, que inicialmente se centravam apenas nessa parte do território, mas

passaram a ocorrer em todo o território turco, nomeadamente nos centros urbanos. Os ataques aumentaram em grande escala, o que incentivou ação da parte da Turquia. A Comissão Europeia (2010: 34) sublinha que, neste sentido, a “Turquia conduziu ataques aéreos contra esconderijos terroristas no norte do Iraque”, mas ao mesmo tempo estabelecendo, zonas de segurança temporárias para os civis em diversas províncias, o que demonstra a utilização de medidas concretas para combater a situação.

A questão com o Chipre mantinha-se igual aos anos anteriores, com a Turquia a expressar publicamente o seu compromisso para que seja encontrado um acordo compreensivo para a questão, mas tendo uma atitude contrária ao que declarava. A Comissão Europeia (2010: 35) expunha que “apesar das chamadas de atenção feitas pelo Conselho e pela Comissão, a Turquia ainda não cumpriu as suas obrigações internacionais como está sublinhado na declaração da Comunidade Europeia e dos seus Estados membros a 21 de Setembro de 2005 e nas conclusões do Conselho, incluindo as de Dezembro de 2006 e 2009”. A questão com o Chipre ao longo dos anos tem vindo a agravar-se e é uma situação preocupante porque constitui uma das condições para evolução do processo de negociações.

A relação da Turquia com a Grécia, apesar de ter registado progressos limitados no ano anterior, verifica-se que em 2010 foram intensificados os esforços para melhorar as relações bilaterais, reforçando o seu compromisso de cooperação em diversas áreas, desde comercial, à educacional, passando pela energia e questões ambientais. Apesar deste clima favorável, a Comissão Europeia (2010: 37) refere “um número considerável de queixas formais fora feito pela Grécia sobre a continuação das violações do seu espaço aéreo pela Turquia, incluindo voos sobre ilhas gregas”, sendo que também foram registadas queixas em relação ao espaço marítimo.

A Turquia permanecia envolvida de forma ativa em iniciativas regionais, como a Conselho de Cooperação Regional (RCC) e a direção do SEECP. Nesta matéria a Turquia desenvolveu relações bilaterais, nomeadamente com os Balcãs ocidentais, fortalecendo o seu compromisso de promover a paz e estabilidade na região. A Comissão Europeia (2010: 37) reforça a ação do Ministro dos Negócios Estrangeiros que durante o período de análise “realizou encontros tripartidos regulares, entre os ministros dos negócios estrangeiros da Turquia, Sérvia e Bósnia Herzegovina”, e o mesmo aconteceu com a Croácia, sendo que foi a primeira vez que os presidentes da Sérvia e Croácia se encontravam desde o final da guerra, o que representa um passo positivo a nível internacional sob o incentivo turco. Como resultado destes encontros entre os presidentes dos países referidos anteriormente, a Comissão Europeia (2010: 37) expõe um acontecimento da maior importância que resultou desses encontros: “a adoção da

“Declaração de Istambul” que sublinha o seu objeto comum que é a integração na União Europeia”, e a sua política regional iria basear-se na salvaguarda do diálogo político permanente, segurança e preservação do carácter heterogéneo a nível étnico, religioso e cultural que deve ser promovido. Foram igualmente realizados acordos com outros países como a Albânia, Kosovo e Montenegro, sendo que é importante referir que a Sérvia estabeleceu um acordo de livre comércio com a Turquia que entrou em vigor em 2010.

### **III.7. Relatório de progresso da Turquia em 2011**

O relatório inicia-se a anunciar que as eleições gerais que decorreram tiveram uma grande participação por parte da sociedade civil, sendo que todo o processo decorreu dentro da normalidade e de acordo com os princípios democráticos. O clima político permanece dentro do mesmo registo, marcado pela falta de diálogo e compromisso entre os principais partidos políticos, o que prejudica a implementação das reformas colocando em causa todo o processo de adesão.

Em relação ao julgamento Sledgehammer, o primeiro julgamento sobre uma alegada tentativa de golpe militar, teve início em Dezembro de 2010. De acordo com a Comissão Europeia (2011: 6) as acusações centram-se “na tentativa de derrubar o governo através da forma e violência”. O número de detidos aumentou bastante, mas são levantadas questões sobre os direitos de defesa e o acesso a um julgamento justo, devido às restrições impostas ao acesso das evidências utilizadas pela acusação.

O julgamento sobre a alegada rede criminosa Ergenekon continuou sendo que a investigação fortalecida e o número de acusados crescente. Foi iniciada uma investigação sobre o alegado envolvimento dos órgãos de comunicação social que já tinha resultado na detenção de jornalistas, o que coloca em causa as liberdades individuais. Foi igualmente confiscado um livro que não tinha sido publicado sobre as investigações elaboradas sobre o caso pelos jornalistas detidos, sendo que foi considerado um documento que fomentava o terrorismo, o que levanta preocupações bastante sérias sobre a liberdade de expressão na Turquia que se encontra ameaçada.

De acordo com a Comissão Europeia (2011: 7), estas investigações representam “uma oportunidade para a Turquia derramar uma luz nas alegadas atividades criminais contra a democracia e para fortalecer a confiança no funcionamento adequado das suas instituições democráticas e do Estado de Direito”. Mas para se tornar realidade, é necessário que as preocupações em relação ao decorrer das investigações e dos seus procedimentos jurídicos sejam alvo de intervenção.

A nível constitucional foi aprovado um pacote de reforma em 2010, aprovado em referendo em Setembro do mesmo ano, e foram iniciados os trabalhos para a sua implementação. Foi igualmente dada prioridade à reforma judicial que continua a ser uma das prioridades para o decorrer e evolução das negociações dentro do processo de adesão à União Europeia. A Comissão Europeia (2011: 7) sublinha que “tanto o governo como a oposição encontram-se comprometidos em trabalhar na nova Constituição mantendo as liberdades”. O consenso acerca da necessidade de elaborar uma nova constituição tem sido reforçado, devido à existência de lacunas em matérias relacionadas com democracia, direitos humanos e liberdades fundamentais. Caso a elaboração de uma nova constituição seja essencial, a participação democrática deve liderar o processo, onde devem estar incluídos todos os partidos políticos assim como a sociedade civil. De acordo com a Comissão Europeia (2011: 7), “a nova Constituição deve cementar a estabilidade das instituições que garantem a democracia, o Estado de Direito, direitos humanos assim como o respeito e proteção das minorias, respondendo a problemas existentes há muito tempo, como a questão curda”. As prioridades que foram identificadas e caso sejam efetivamente garantidas, encontra-se em harmonia total com os critérios de Copenhaga e com os valores nos quais a União Europeia se sustenta.

Em relação aos trabalhos ao nível parlamentar, é importante realçar a realização de eleições parlamentares que introduziram algumas mudanças. No entanto, o AKP continua a ser o partido com maior apoio popular mantendo-se assim no governo como tem sido desde 2002. A sua força a nível parlamentar é tão grande, que a própria Comissão Europeia (2011: 8) sublinha que, com os 326 assentos parlamentares que obteve, pode introduzir “emendas constitucionais a referendo sem o apoio dos restantes partidos”.

Registou-se uma novidade bastante positiva durante o último processo eleitoral que se encontrou marcado por ocorrer numa atmosfera pacífica. Pela primeira vez, os partidos políticos tiveram uma janela de tempo para conseguir fazer propaganda política, que até então não era possível. Outro aspeto inovador foi o facto do Quadro Supremo para as Eleições (YSK), de acordo com a Comissão Europeia (2011: 8) permitir “o uso de outras línguas incluindo o curdo”. Esta afirmação, caso tivesse sido realidade, representava um passo muito importante. Porém, o que foi verificado foi o contrário: o pedido de transmitir propaganda numa estação televisiva (a primeira) a transmitir em curdo foi rejeitado pelo YSK, o mesmo organismo que previamente tinha afirmado a possibilidade em fazê-lo. Independentemente da situação referida, a Turquia obteve vários elogios da parte da comunidade internacional pela forma como as eleições decorreram, com uma grande participação, sem o registo de muitos desacatos e sobretudo, de acordo com os valores democráticos que regem o sistema internacional.

Apesar do consenso alcançado a nível político acerca da reforma constitucional, o clima de confronto entre o governo e a oposição tem vindo a colocar em causa a implementação de reformas. A questão das imunidades parlamentares têm sido uma preocupação recorrente, com uma legislação que é interpretada de diversas formas, sendo que mais facilmente uma pessoa é detida por exercer o seu direito de liberdade de expressão, do que uma pessoa que comete corrupção. Além das questões mencionadas, a Comissão Europeia (2011: 9) salienta a necessidade “de mais esforços para fortalecer a capacidade parlamentar em desempenhar as suas funções de elaboração de leis e de supervisão do executivo”.

O governo turco expressou novamente o seu compromisso com o processo de adesão à União Europeia, nomeadamente com a criação de um Ministério para este efeito. Os trabalhos feitos anteriormente foram continuados, através do incentivo de trabalho conjunto entre os mais diversos ministérios e com a inclusão da sociedade civil, que representa um elemento chave para todo o processo. As reformas continuaram a ser aplicadas e monitorizadas. A Comissão Europeia (2011: 10) declarava que foram feitos progressos “ao nível das províncias para a disseminação e coordenação de informação relacionada com a União Europeia e do seu trabalho, na sequência da designação, em 2010, de um deputado governador em cada província responsável pelos assuntos europeus”, o que representa um passo essencial para que as províncias se encontrem dentro do processo de negociações e estejam informadas acerca do que está a decorrer.

Durante o período de análise, foi constatado que o governo deu prioridade à implementação das emendas constitucionais e reforma do sistema judicial, o que foi bastante importante. No entanto, a Comissão Europeia (2011: 10) aponta que a Turquia, perante ao compromisso que mais uma vez reforçou com o processo de adesão ao projeto europeu, “não foi suficientemente refletivo na implementação dos programas nacionais”.

À semelhança do que tem sido verificado em anos anteriores, as forças armadas turcas continuam a comentar situações que se encontram fora das suas competências, nomeadamente sobre as investigações que estão a decorrer sobre alegadas tentativas de golpe militares e redes criminosas.

A nível judicial foram registados progressos com a adoção de diversas medidas relacionadas com o processo de reforma judicial, que têm sido implementadas de forma consistente, sendo que a sua aplicação deve ser sempre em conformidade com a lógica da transparência e com um carácter inclusivo a todos os partidos e com a sociedade civil.

Em relação à corrupção encontrava-se em vigor a Estratégia e Plano de Ação 2010-2014, que criou um Comité Executivo para o Aumento da Transparência e Luta contra a Corrupção, que tem gerido todo o processo nestas matérias, com propostas preparadas e aprovadas. A Comissão Europeia (2011: 19) considera que ainda assim “não foi registado um aumento ou independência das instituições envolvidas na luta contra a corrupção” e que deveria haver uma participação da sociedade civil no Comité Executivo, assim como o reforço da implementação da estratégia.

Ainda dentro da mesma matéria, a Turquia implementou durante o período de análise 19 das 21 recomendações instituídas no relatório de avaliação elaborado pelo GRECO, ou seja, mais quatro recomendações do que no ano anterior, sendo que estas recomendações foram feitas em 2005 e já deveriam ter sido implementadas na sua totalidade. Em relação ao levantamento das imunidades parlamentares, continuava a existir a necessidade de estabelecer os critérios nos quais o levantamento das imunidades podia ocorrer.

Apesar da existência de uma estratégia e plano de ação para o combate contra a corrupção, e terem sido implementadas recomendações do GRECO, o progresso continua a ser limitado. A Comissão Europeia (2011: 20) sublinha a necessidade de uma “implementação efetiva da estratégia que é necessária para reduzir a corrupção que continua a prevalecer em diversas áreas”. Além da questão das imunidades parlamentares, são levantadas questões em relação ao financiamento dos partidos políticos que revela falta de transparência e de auditorias nesse sentido.

Em matérias de direitos humanos, é importante referir que a Turquia finalmente ratificou o OPCAT durante o período de análise, sendo que existem ainda protocolos adicionais que ainda se encontram pendentes. A ratificação do OPCAT, de acordo com a Comissão Europeia (2011: 22), oferece as bases para “estabelecer um mecanismo nacional de prevenção da tortura dentro de um ano com relatórios regulares”.

Foram registados 418 casos onde a Turquia encontrava-se em violação em matérias de direitos humanos de acordo com os padrões europeus, mas a falta de ação turca em ir ao encontro dessas questões mantém-se. A Comissão Europeia (2011: 20) afirma que o governo turco não cumpre os julgamentos, e que apesar de terem “anunciado que iriam ao encontro dessas questões nada foi feito. O alinhamento das instituições turcas em matéria de direitos humanos deve estar em concordância com os Princípios de Paris estabelecidos pelas Nações Unidas, sendo que a Comissão Europeia (2011: 21) sublinha que as vertentes da “independência e autonomia funcional, que ainda deve ser estabelecida”.

Tal como verificado em anos anteriores continuam a ser aplicados procedimentos criminais contra os defensores dos direitos humanos, devido a artigos existentes na legislação turca que permitem uma interpretação demasiado abrangente. Um desses exemplos relaciona-se com a definição de terrorismo que levanta questões sérias. Ainda assim, foram registados desenvolvimentos. Foi publicado mais um artigo elaborado pelo Comité do Conselho Europeu para a Prevenção da Tortura e Tratamento Desumano (CPT) onde foi constatado um declínio destes acontecimentos e da severidade com que acontecem. De acordo com a Comissão Europeia (2011: 22), continuam a ser verificados casos onde as forças policiais usam a força de forma excessiva que são denunciados por organizações da sociedade civil. Estas situações também se encontram referidas no relatório elaborado pelo CPT que reporta “um número de alegações credíveis de maus tratos físicos foram recebidas, que se centram no uso excessivo de força durante a detenção”. Em relação aos centros de detenção para imigrantes as condições não se encontravam melhores, uma vez que para além de se encontrarem sobrelotadas, existiam fracas condições de higiene e condições básicas para um ser humano viver de forma digna. É essencial continuar esse processo de monitorização e a reforma ao sistema prisional turco de forma a resolver as situações referidas, em concordância com os relatórios com recomendações que tem recebido.

A liberdade de expressão continuava a ser colocada em causa na Turquia. Jornalistas continuam a ser detidos e julgados por expressarem a sua opinião de forma não violenta sobre assuntos considerados sensíveis. A última tendência nesta matéria foi a prisão de jornalistas que decidem investigar os casos mais mediáticos em curso na Turquia. Nos últimos anos foi incentivado o debate livre sobre os tópicos considerados mais sensíveis a nível histórico, mas tal como a Comissão Europeia (2011: 25) referia, “um número elevado de casos contra escritores e jornalistas que escrevem sobre a questão curda” levanta questões sobre o conteúdo do debate livre e do espírito de abertura demonstrado anteriormente. Esta realidade revela o longo caminho a percorrer em relação à liberdade de expressão e a necessidade mais legislação neste sentido, visto que, como a Comissão Europeia (2011: 25) afirma, “a legislação criminal turca continua a ser altamente problemática; e está aberto ao uso despropositado de limitar a liberdade de expressão”.

Independentemente da inércia em adotar legislação e em tornar a sua abordagem às minorias mais abrangente, foram registadas melhorias ao nível educacional. De acordo com a Comissão Europeia (2011: 38), “o Ministério da Educação estendeu o seu apoio às escolas das minorias em relação aos novos manuais escolares. No ano letivo de 2010-2011, os livros de introdução à matemática e ciência foram traduzidos em arménio e distribuídos sem custos”.

Existe ainda uma preocupação apontada pela Comissão Europeia (2011: 38), relacionada com a não existência de “mecanismos ou organismos específicos na Turquia para combater o racismo, xenofobia, antissemitismo e intolerância”. Além disso, a legislação existente nessa matéria, à semelhança do que acontece noutras situações, pode ser interpretada de diversas formas.

Em relação à situação no Sudeste do país, o programa de desenvolvimento regional foi continuado de forma intensa para que esteja concluído em 2012. A Comissão Europeia (2011: 41) sublinha algumas mudanças como “o investimento em sistemas de irrigação, no sistema de transporte rodoviário, saúde e educação que foram continuados, juntamente com programas especiais para o desenvolvimento de negócios, recursos humanos e empoderamento das mulheres”. Existem projetos dentro desse programa que têm vindo a ser criticados, como por exemplo para a criação de uma barragem, que acarreta custos a nível do desenvolvimento sustentável da região que iria ter impactos na população e na sua herança natural e histórica e iria desequilibrar todo o processo agrícola e de espécies animais.

Dentro do espírito de abertura que começou a ganhar um maior impacto no ano anterior, a questão curda continuou a ser discutida especialmente durante o processo eleitoral. A Comissão Europeia (2011: 42) afirma que “a abertura democrática de 2009 que queria resolver a questão curda em particular não foi seguida”. Os ataques terroristas continuaram a decorrer de forma mais intensificada, independentemente das fortes condenações por parte da União Europeia e continuam a ser detidos políticos e defensores dos direitos humanos.

Em relação ao Chipre, a Turquia mais uma vez reforçou o seu compromisso para que as negociações chegassem a um consenso, no quadro de um acordo compreensivo e dentro das diretrizes que foram estabelecidas pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, mas a Comissão Europeia (2011: 43) sublinhava que “o compromisso da Turquia e contributo concreto para o acordo compreensivo é crucial”. Porém, não foram registados desenvolvimentos face aos anos anteriores. Acresce um fator bastante importante referido pela Comissão Europeia (2011: 44), de que alguns representantes do governo turco afirmaram que “as relações com a presidência da União Europeia vão ser cortadas durante seis meses a partir de 1 de Julho de 2012 devido à falta de um acordo compreensivo na questão do Chipre, quando este for responsável pela presidência do Conselho”. Caso esta afirmação se transponha para a realidade, representa um revés bastante profundo em todo o processo de negociações.

As relações entre a Grécia e a Turquia continuaram a decorrer dentro da normalidade, com os encontros anuais onde são discutidos os mais diversos temas sobre a cooperação entre ambas.

A nível regional, a Turquia continua ativamente envolvida em iniciativas regionais como o SEECP E RCC. As relações bilaterais com outros países em processo de adesão ou vizinhos europeus foram positivas. O contacto com os Balcãs ocidentais expressa o compromisso da Turquia em promover a paz e estabilidade da região. Os encontros tripartidos continuaram a ser feitos entre a Turquia, Sérvia e Bósnia Herzegovina no Belgrado. Em relação ao quadro legal da segurança e defesa comum, a Turquia continuou a contribuir para a missão europeia na Bósnia e na missão do EULEX<sup>24</sup> no Kosovo, que tem o apoio da Turquia para a sua integração total nas mais diversas esferas internacionais.

### **III.8. Relatório de progresso da Turquia em 2012**

O relatório inicia-se com a afirmação de que as negociações e de diálogo político entre a União Europeia e a Turquia continuaram a decorrer dentro da normalidade, e os assuntos mencionados relacionavam-se com os principais desafios e as prioridades do processo de adesão. Foram igualmente discutidos assuntos sobre política externa, onde a Turquia se tem afirmado como ator regional. A Comissão Europeia (2012: 4) sublinhava o reconhecimento do Conselho “do papel influenciador regional que a Turquia tem em apoiar as reformas, inclusive em relação aos recentes desenvolvimentos no Norte de África”, sublinhando igualmente o facto da Turquia condenar a violência que o regime sírio estava a exercer contra civis, o que demonstra o seu alinhamento com os valores internacionais em matéria de direitos humanos.

Durante o período de análise é importante referir o congelamento das relações por parte da Turquia durante a presidência do Chipre e conseqüentemente, não ter estado presente em nenhuma das reuniões presidida pelo Chipre. Neste sentido, a Comissão Europeia (2012: 4) reforça as preocupações do Conselho Europeu acerca “das afirmações turcas, das ameaças e pede respeito total pelo papel da presidência do Conselho, que representa uma característica institucional fundamental da União Europeia instituída pelo Tratado”.

À semelhança do que foi verificado no relatório correspondente ao ano anterior, o consenso político existente estendia-se apenas à reforma constitucional cujos trabalhos

---

<sup>24</sup> EULEX apoia o Kosovo, as suas autoridades judiciais e agências de reforço da lei para permitir o desenvolvimento e fortalecimento do seu sistema judicial, policial e que são livres de interferência política e de acordo com os princípios internacionais e com as melhores práticas europeias.

começaram durante o período de análise, sendo que, a vida política turca, de acordo com a Comissão Europeia (2012: 6) “caracterizava-se pelo diálogo limitado e tensões frequentes”.

As investigações do caso Ergenekon e o julgamento “Sledgehammer” continuaram sendo que em primeira instância durante o julgamento do segundo caso mencionado foi chegada à conclusão de que 324 pessoas eram suspeitas, onde estavam incluídos membros das forças armadas turcas. A Comissão Europeia (2012: 6) sublinha que “o antigo chefe de staff das forças armadas foi detido em Janeiro de 2012 sob a acusação de tentar derrubar o governo e de pertencer a uma organização terrorista”.

A continuidade das investigações nestes dois casos é bastante importante, no entanto, continuam a existir preocupações relacionadas com a duração do período de detenção antes do julgamento, o tempo que os procedimentos judiciais demoram e em alguns casos, a Comissão Europeia (2012: 6) considera importante realçar e “assegurar os direitos da defesa e promover a transparência”, reforçando a sua preocupação acerca da recolha de provas, o que complica a garantia de transparência que é requerida. Apesar das preocupações existentes, é importante enaltecer o trabalho feito e o funcionamento das instituições e dos seus procedimentos.

A questão curda continua a ser um grande desafio para a consolidação democrática da Turquia. Nos últimos anos foi registada uma abertura para a resolução desta questão através do diálogo, mas a verdade é que não foram verificados progressos nesta área. O debate livre que tinha sido promovido na sociedade turca e nos órgãos da comunicação social colidia como facto de jornalistas, académicos e defensores de direitos humanos continuarem a ser julgados por se pronunciarem sobre esta matéria.

Por outro lado, a Comissão Europeia (2012: 7) afirma que se deu um “aumento significativo dos ataques terroristas pelo PKK”, que se encontra na lista europeia de organizações terroristas, e cujos os ataques foram condenados pela comunidade internacional. Foi continuada a investigação acerca do KCK<sup>25</sup> (União das Comunidades do Curdistão). As tensões no sudeste do país continuaram, nomeadamente com um ataque aéreo registado no final de 2011 (em Uludere), que resultou na morte de diversos civis, não tendo sido feitas investigações nesse sentido, o que coloca em causa os progressos que foram feitos na Turquia em matérias de investigação em linha com os padrões internacionais. A Comissão Europeia (2012: 7) sublinha que “a revisão da constituição oferece uma oportunidade para resolver um número de problemas duradouros na Turquia, em particular a questão curda”.

---

<sup>25</sup> União das Comunidades do Curdistão, organização política que serve como apoio ao PKK que ao longo dos anos tem obtido cada vez mais apoio. Tem sido alvo de investigação na Turquia.

Os trabalhos para a elaboração da nova Constituição foram continuados e incentivados através da criação de um Comité de Conciliação, onde se encontram representados as quatro principais forças políticas turcas, cujos princípios nos quais a sua ação se sustenta, de acordo com a Comissão Europeia (2012: 8), centram-se “no compromisso da inclusão, consulta e unanimidade no processo de decisão”. A ação deste Comité durante o período de análise foi a de reunir opiniões acerca da reforma constitucional com as instituições e representantes estatais turcos, inclusive representantes de minorias não muçulmanas que foram igualmente recebidos a nível parlamentar. A Comissão Europeia (2012: 8) sublinha a criação de “um website para angariar opiniões escritas, que teve 25,000 contribuições”, o que contribui para a participação da sociedade civil e promove o debate a nível nacional. Entre as principais áreas que necessitam de consenso para a sua implementação estão identificadas as áreas relacionadas com: separação de poderes, religião estatal e sociedade e a questão curda, que tem três variantes, a cidadania, uso da língua materna e descentralização (referente às províncias no Sudeste).

De modo geral, os trabalhos para a nova constituição foram continuados utilizando como base os princípios democráticos de inclusão de todos os agentes institucionais e da sociedade, inclusive minorias não muçulmanas, o que representa algo inédito. O incentivo à inclusão durante o processo de consulta representa uma forma de legitimar a nova constituição por ter sido elaborada num processo democrático e inclusivo. De acordo com a Comissão Europeia (2012: 8), a nova constituição tem como obrigações “cementar a estabilidade das instituições que garantam a democracia, o Estado de Direito, direitos humanos e o respeito e proteção das minorias”, sendo que a resolução da questão curda é um aspeto essencial. É necessário manter o espírito de compromisso, sendo que, é importante referir que as emendas constitucionais de 2010 têm sido implementadas de forma limitada, o que reforça a necessidade de inclusão e compromisso durante o processo de elaboração da nova constituição.

A nível parlamentar continua a verificar-se falta de diálogo entre os principais partidos políticos o que coloca em causa o desempenho das suas funções na aprovação e formulação de leis essencial para o desenvolvimento do processo de negociações. A falta de diálogo e compromisso entre o governo e os principais partidos, resulta numa situação complicada referida pela Comissão Europeia (2012: 8), “preparação insuficiente e consulta prévia à adoção de legislação chave gerou críticas”.

A abrangência das imunidades parlamentares continua a levantar questões, exceto em casos que se relacionem com a liberdade de expressão, onde a Constituição é interpretada de forma bastante restrita, o que demonstra a existência de dois critérios. Ou seja, expressar opinião

sobre um determinado tema considerado sensível encontra-se fortemente castigado enquanto que, em casos de corrupção, a imunidade parlamentar não tem um carácter tao restritivo.

A nível legislativo é ainda sublinhado pela Comissão Europeia (2012: 8), a adoção de legislação importante “em particular leis em matérias de proteção de famílias, prevenção da violência contra as mulheres, liberdade condicional, negociação coletiva de funcionários públicos, a instituição Ombudsman e a Instituição Nacional para os Direitos Humanos”. Apesar de ter sido bastante importante a implementação destas leis, a verdade é que não tiveram o impacto necessário nem o alinhamento que seria esperado com o acervo comunitário ou padrões europeus. Neste sentido, a Comissão Europeia (2012: 8) aponta que “o Comité de Harmonização da União Europeia continua a ser um comité auxiliar com um mandato e habilidade para o escrutínio de legislação limitado”, o que não representa as funções que seriam esperadas deste comité que deveria ter um envolvimento mais dinâmico.

A nível governamental foi novamente afirmado o compromisso com o processo de adesão à União Europeia, mas com uma nova dinâmica referida pela Comissão Europeia (2012: 9): criticar “o impasse político das negociações de acesso”. Ainda assim, a Turquia continuou o seu compromisso para uma maior democratização fortalecida pelas reformas políticas e com o decorrer dos trabalhos para a elaboração de uma nova constituição, o que orientaria a sua ação. A reforma judicial e incentivo para a criação de um equilíbrio nas relações entre militares e civis continuam a ser questões alvo de intervenção.

O sistema judicial sempre teve problemas relacionados com a independência e foi neste sentido que o Alto Conselho para Juizes e Procuradores decidiram estabelecer um Plano Estratégico de Ação de 2012-2016, que pretendia treinar os juizes e procuradores, assim como a participação de decisores sobre o sistema judicial. Outra das questões referidas como critica ao sistema judicial turco, era a sua falta de imparcialidade. Para ir ao encontro deste problema foram introduzidas emendas na lei do Tribunal Constitucional em 2011, que entraram em vigor no ano seguinte. De acordo com a Comissão Europeia (2012: 14), “qualquer pessoa que afirme que os seus direitos fundamentais foram violados pode aplicar ao Tribunal Constitucional caso os restantes remédios legislativos tenham sido esgotados”, o que representa um passo bastante positivo.

Perante os problemas que a Turquia e os seus tribunais enfrentam com os julgamentos feitos pelo Tribunal Europeu para os Direitos Humanos, onde a Turquia todos os anos se encontra em violação de determinadas provisões, aumentou a necessidade de um plano conjunto com o Conselho da Europa. O que até então representava um problema devido à

evidente descoordenação entre a aplicação europeia e turca, de acordo com a Comissão Europeia (2012: 14), “os juízes e procuradores falharam na aplicação dos acordos internacionais para direitos humanos, quando entraram em conflito com a lei doméstica, mesmo quando a Constituição expressa de forma clara que esses acordos têm prioridade”.

Foi aprovado durante o período de análise um novo pacote de reformas que tinha como principais objetivos ir ao encontro de emendas legislativas e pretendia igualmente acelerar a forma como os procedimentos judiciais decorrem, que são bastante mais lentos do que esperado. O sistema criminal turco também foi alvo de alterações com o novo pacote de reformas, nomeadamente em áreas relacionadas com a lei anti terror. Apesar das emendas judiciais mencionadas, continuavam a existir áreas onde era necessária uma maior intervenção: a duração da prisão preventiva, a proteção das liberdades fundamentais, e duas questões bastante preocupantes referidas pela Comissão Europeia (2012: 15), a falha em não “abordar assuntos relacionados com a definição de ofensas criminais tanto sob o Código Criminal turco ou através da lei anti terror em vigor que são uma fonte de um número de problemas relacionado com o sistema de justiça criminal turco”. A Comissão Europeia (2012: 15) refere igualmente as preocupações relacionadas com a qualidade dos processos de acusação, “as fugas de informação, provas e afirmações continuam a levantar questões”.

Em matéria de reformas judiciais, apesar de ter sido introduzido o terceiro pacote de reformas e de não ter a abrangência suficiente para ir ao encontro de todas as áreas que levantam mais preocupações neste domínio, não deixa de ser um passo positivo dentro do processo de negociações. A estratégia de reforma judicial criada em 2009 estava a ser revista de forma a melhorar a sua implementação e eficácia. Existe ainda a necessidade de promover um maior esforço para a criação das condições necessárias para a independência, imparcialidade e eficiência serem qualidades que possam caracterizar o sistema judicial turco.

Na luta contra a corrupção, os trabalhos foram continuados dentro da estratégia nacional para combater a corrupção e em propostas para rever as leis que se encontram em vigor nesta matéria. É expressa a necessidade de mudanças legislativas nesse sentido e que a sociedade civil deva ser mais incluída neste processo de negociações.

Dentro do terceiro pacote de reformas judiciais adotado, foram introduzidas mudanças bastante importantes. De acordo com a Comissão Europeia (2012: 17), foram incluídas “emendas nas provisões relacionadas com a corrupção no Código Criminal, redefinindo e estendendo a abordagem de suborno como uma ofensa, em linha com determinadas recomendações do GRECO acerca da questão da incriminação”. A questão das imunidades

parlamentares continua sem sofrer alterações e continuam a não ser estabelecidas as condições nas quais a imunidade parlamentar é levantada.

Em relação aos direitos humanos, a Turquia continua a não ratificar alguns protocolos adicionais correspondentes a Convenções sobre direitos humanos, o que representa uma preocupação. Durante o período de análise, foram recebidos 160 casos onde a Turquia se encontrava em violação em matérias de direitos humanos, sendo que, tal como a Comissão Europeia (2012: 18) afirma, “o número de novos requerimentos ao Tribunal Europeu para os Direitos Humanos aumentou pelo sexto ano consecutivo, com 8.010 novos requerimentos feitos desde Setembro de 2011”. A falta de ação por parte da Turquia, faz com que a União Europeia, de acordo com a Comissão Europeia (2012: 18), apele ao reforço dos esforços de implementação de todos os julgamentos do Tribunal Europeu para os Direitos Humanos. A Comissão Europeia (2012: 14), sublinha “os juízes e procuradores falharam na aplicação dos acordos internacionais para direitos humanos, quando entraram em conflito com a lei doméstica, mesmo quando a Constituição expressa de forma clara que esses acordos têm prioridade”.

O trabalho do Comité Parlamentar para os Direitos Humanos ganhou um novo impulso: tinha agora a possibilidade, tal como a Comissão Europeia (2012: 19) afirma, de “assumir a liderança em determinados projetos de leis, propostas e estatutos submetidos ao parlamento”, o que representa uma mudança bastante positiva, sendo que passaria a poder ter poder de intervenção na lei para a criação da Instituição Nacional para os Direitos Humanos. Durante o período de análise foram recebidas 4000 petições sobre alegações de maus tratos, sendo que, como a Comissão Europeia (2012: 19) refere que “os organismos de monitorização independente ainda não foram colocados em linha com o OPCAT”, o que coloca dificuldades para que o número de alegações sobre estas realidades deixe de se verificar.

A legislação para a criação do Ombudsman foi finalmente adotada, o que representa um desenvolvimento positivo para a monitorização e permitir uma maior representação e defesa da sociedade civil.

Em relação à tortura e maus tratos, a tendência de redução da sua incidência e severidade é semelhantes à de anos anteriores. Este decréscimo contínuo deve-se à estratégia seguida como mecanismos de prevenção. Uma realidade que continua a ocorrer é o uso excessivo de força durante a detenção e nas prisões, tal como a Comissão Europeia (2012: 19) expõe: “existem diversos relatos de uso desproporcional de força pelos agentes de lei, incluindo tiroteios fatais”.

O processo de reforma ao sistema prisional deve continuar a ser implementado de forma consistente, contudo tal como a Comissão Europeia (2012: 20) afirma “os padrões de monitorização das prisões nacionais não se encontram em linha com os padrões existentes nas Nações Unidas”. Para além disso, a Comissão Europeia (2012: 20) refere que, as acusações em casos de tortura resultam em “investigações insuficientes, com falta de independência e eficiência”, nomeadamente quando as acusações são referentes a agentes de lei.

Relativamente à liberdade de expressão, de acordo com a Comissão Europeia (2012: 21), durante o período de análise “jornalistas foram libertados com o julgamento pendente após longos períodos de prisão preventiva”. Durante os últimos anos, trabalhos de investigação elaborados por jornalistas sobre questões sensíveis na sociedade turca e sobre julgamento que estavam e estão a decorrer (Ergenekon e Sledgehammer), eram apreendidos antes de serem publicados, o que representa uma violação dos valores da liberdade de expressão. Dentro do novo pacote de reformas judiciais, deixou de haver essa possibilidade de apreensão de trabalhos sem terem sido publicados previamente.

O debate livre na Turquia continuava a ser incentivado, sendo que em vez da questão curda que tinha sido discutida de forma bastante abrangente até então, o tema que se encontram com maior incidência é o papel dos militares, onde a troca de opiniões é fomentada e de forma aparentemente livre. A Comissão Europeia (2012: 21) defende que as reformas introduzidas não se traduzem em melhorias e refere “o aumento da incidência das violações da liberdade de expressão que levantam questões sérias, e a liberdade da comunicação social continua a ser restringida na prática.

Em relação à questão curda que tinha sido amplamente discutida na sociedade turca inclusive a nível político, a verdade é que os jornalistas e académicos que decidem expressar-se sobre esta questão continuam a ser detidos e submetidos a julgamentos. A Comissão Europeia (2012: 22) sublinha “diversos jornalistas curdos de ala esquerda foram detidos sob acusações de propaganda terrorista” e o mesmo sucedeu com mais de 2,800 estudantes. Estes acontecimentos são preocupantes e levantam questões sérias sobre a constante imprecisão das definições de terrorismo, o mesmo se aplicando à área da corrupção e liberdade de expressão. A Comissão Europeia (2012: 22) reforça a necessidade em “emendar o código penal e legislação anti terror, para fazer uma distinção clara entre o incentivo à violência e a expressão de ideias não violentas”, que continua a ser uma das fontes de problemas associados à liberdade de expressão.

A abordagem turca às minorias, à semelhança do que tem sido constatado em anos anteriores, continua bastante restritiva e continua a ser verificado receio da parte da Turquia em implementar protocolos internacionais em matérias relacionadas com a questão das minorias.

Independentemente da abordagem não deixam de ser registados desenvolvimentos positivos. A Comissão Europeia (2012: 31) sublinha a importância de “pela primeira vez, representantes de minorias, além das minorias reconhecidas pela Turquia, foram convidadas ao parlamento – para expressar as suas visões sobre a nova Constituição”. A inclusão de todas as minorias nacionais no processo de elaboração constitucional representa um passo bastante positivo e que deve ser enaltecido, pelo facto de na Constituição turca atual a questão das minorias se encontrar em falta.

Em relação à educação das minorias, o Ministério da Educação aprovou uma regulação que permitia que as crianças que até então não tinham possibilidade de aprender a sua língua materna, pudessem começar a fazê-lo em escolas para as minorias. Esta alteração representa um avanço, no entanto, a Comissão Europeia (2012: 31) afirma que “as crianças que não são cidadãos turcos não recebem os papéis de graduação”, ou seja, a melhoria registada representa apenas um ligeiro avanço porque apesar de terem acesso à educação de acordo com a sua língua materna, não vão obter nenhum documento oficial que o comprove.

Em relação à situação no Sudeste, a estratégia aplicada para o desenvolvimento da região foi continuada de forma uniforme. Porém, continua a existir uma falta de progresso e a recorrência dos ataques terroristas têm vindo a aumentar, o que mostra o carácter de urgência para encontrar uma solução nesta matéria.

A relação entre a Turquia e o Chipre não registou qualquer tipo de alteração. A realidade verificada em anos anteriores mantém-se: a Turquia afirma o seu compromisso em chegar a um acordo compreensivo, mas continua a não ratificar protocolos, a colocar entraves à livre circulação de bens e a vetar a entrada do Chipre a diversas organizações internacionais o que demonstra a falta de compromisso turco em relação a uma questão tao importante como o Chipre dentro do contexto das negociações. Esta situação foi agravada com a posição turca de que não iria participar em nenhum encontro enquanto o Chipre se encontrar na presidência do Conselho da União Europeia.

A nível regional, a Turquia continuou a afirmar-se como ator regional com a sua participação no SEEC e RCC, reforçando o diálogo político com os mais diversos países pertencentes à sua região.

### III.9. Relatório de progresso da Turquia em 2013

O processo de negociações entre a União Europeia e a Turquia continuou a decorrer dentro da normalidade e a cooperação foi estendida a áreas como a mobilidade e migração e contraterrorismo. De acordo com a Comissão Europeia (2013: 3), foi preparado “um mapa para a liberalização dos visas em linha com as conclusões do Conselho a 21 de Junho de 2012 convidando a dar passos para a liberalização dos visas como objetivo gradual e a longo prazo com o assinar do acordo de readmissão entre a Turquia e União Europeia”, o que representa um passo importante em matéria de cooperação entre ambas.

O diálogo continuou a ser promovido e cada vez mais a Turquia afirma-se a nível regional e também como promotor da democracia e direitos humanos com os seus países vizinhos, como a Síria. É sublinhado o apoio que foi dado na sua fronteira para receber sírios que fogem à violência do seu regime.

Os trabalhos para a elaboração da nova constituição foram continuados dentro da normalidade, com a participação dos partidos políticos com representação parlamentar. A Comissão Europeia (2013: 7) sublinha a participação da sociedade civil durante o processo de consulta, com “eventos públicos organizados pela sociedade civil na Turquia, que estimulou o debate”. Contudo, verificou-se falta de consenso em matérias importantes como: a questão curda, separação de poderes, educação na língua materna, sendo que a Comissão Europeia (2013:7) sublinha ainda questões relacionadas com a “igualdade e não discriminação, a ligação entre Estado e religião”.

Durante o período de análise foi adotado um novo pacote de reformas judiciais dentro dos padrões europeus que pretendia ir ao encontro das leis que não foram adotadas em 2008 devido à falta de consenso entre os partidos políticos. Ainda assim, os problemas persistiam, assim como outra questão importante referida pela Comissão Europeia (2013: 7): a existência “de um padrão de preparação e consulta insuficiente – dentro e fora do parlamento – antes da adoção de leis em matérias sensíveis”.

Não foram registadas alterações em matérias de imunidade parlamentar e na sua capacidade de monitorização, dois fatores que têm sido apontados ao longo dos anos como importantes.

A nível governamental o compromisso com o processo de adesão à União Europeia manteve-se, assim como a continuação da implementação de reformas que permitissem que a Turquia se tornasse mais democrática em linha com os critérios políticos de Copenhaga. O

ambiente político continuou marcado pela falta de diálogo e consenso, assim como a questão referida anteriormente, de legislação ser implementada sem a devida consulta e preparação.

Durante o período de análise foram sinalizados 115 casos pelo Tribunal Europeu para os Direitos Humanos onde a Turquia se encontrava em violação, sendo que, tal como a Comissão Europeia (2013: 49) refere, é importante sublinhar “o número de novas aplicações diminuiu pela primeira vez em seis anos consecutivos de aumento”.

O quarto pacote de reformas adotado oferece respostas a uma matéria bastante importante. Segundo a Comissão Europeia (2013: 12), o novo pacote de reformas judiciais “oferece soluções judiciais para um número de questões onde a Turquia tem sido condenada pelo Tribunal Europeu para os Direitos Humanos”. Outra alteração que deve ser destacada relaciona-se com a delimitação da definição de terror e dos crimes associados.

Em relação à luta contra a corrupção, a estratégia nacional continuou a ser aplicada. A Comissão Europeia (2013: 12) refere a necessidade de fortalecimento a nível institucional e também é necessária “uma maior vontade política para alcançar resultados concretos”, sendo que é prioritário o alinhamento com o GRECO como fio condutor à ação neste âmbito. A imunidade parlamentar em caso de corrupção continua a levantar preocupações e não foi feita nada nesse sentido.

Em matéria de direitos humanos, a Comissão Europeia (2013: 13) sublinha o progresso alcançado “em termos de estabelecer mecanismos e instituições na Turquia para os direitos humanos”. Foram, ainda, alcançados desenvolvimentos positivos relacionados com a liberdade de expressão. As mudanças introduzidas pelo novo pacote de reformas judiciais traduziram-se em melhorias ao nível legislativo, sendo que, a Comissão Europeia (2013: 13) refere que as mudanças introduzidas não alteraram muito, visto que “os problemas permanecem, inclusive a pressão feita aos media por oficiais estatais, difundindo a autocensura, a demissão de jornalistas críticos”. Ou seja, as alterações foram introduzidas com o novo pacote de reformas judiciais, mas a legislação não foi transposta para a realidade.

A situação no Sudeste do país sempre representou um desafio, no entanto, a Comissão Europeia (2013: 15) refere a “iniciativa governamental para o processo de paz como ponto de viragem com um forte compromisso dos atores curdos”. Este compromisso com a paz na região lança assim as bases para uma cooperação que facilita o progresso e estabilidade que esta região precisa. Foram igualmente registados progressos em relação ao terrorismo que tem afetado bastante o Sudeste do país. A Comissão Europeia (2013:15) sublinha os encontros

parlamentares com o líder do PKK<sup>26</sup> que manifestou “o fim do conflito armado, e o PKK anunciou a sua retirada da Turquia”, o que efetivamente ocorreu. A nova abordagem assumida pelo governo turco representou um passo muito positivo para a resolução efetiva dos problemas que persistem nessa região e em todo o território relacionados com a questão curda.

Perante os acontecimentos que estavam a ocorrer na Síria e de acordo com o novo papel que a Turquia assumiu como pacificador regional, a Comissão Europeia (2013: 16) sublinha “a política de fronteira aberta com a Síria e a garantia temporária de proteção a mais de 200 00 sírios”. A atitude turca em oferecer assistência demonstra o seu alinhamento com os princípios de direitos humanos internacionais, que culmina com a sua ação conjunta com as Nações Unidas para a criação de um plano de resposta regional no final de 2012.

A questão com o Chipre, na sua génese, mantém-se igual aos anos anteriores apesar de terem sido registadas melhorias. A Comissão Europeia (2013: 17) sublinha uma ação turca que levanta preocupações sérias: durante a presidência do Chipre no Conselho da União Europeia em 2012, “a Turquia elaborou um manifesto para todas as suas embaixadas multilaterais instruindo as mesmas que evitassem o contacto com a Presidência do Conselho da União Europeia”.

A nível regional a Turquia manteve a sua cooperação com os atores regionais que tem sido bastante positivo. Continuou o seu contributo no Kosovo apoiando a sua integração na comunidade internacional.

### **III.10. Relatório de progresso da Turquia em 2014**

O relatório de progresso inicia-se com um comunicado sobre os principais desafios que durante o futuro próximo. A Comissão Europeia (2014: 1) refere-se à Turquia como “um parceiro estratégico para a União Europeia”, reconhecendo a sua importância internacional e como ator regional, onde através da sua cooperação com o projeto europeu, conseguiu dar respostas aos desafios registados com os países com quem partilha fronteira, como é o caso da Síria, em que a Turquia tem sido um apoio e exemplo de cooperação, nomeadamente em matéria de migração. A importância da sua relação com a Turquia é enaltecida pela Comissão Europeia (2014:1) que refere “o valor da cooperação é ainda mais claro à luz dos desafios consideráveis colocados pelos recentes desenvolvimentos da vizinhança conjunta, incluindo a crise na Ucrânia”.

---

<sup>26</sup> Abdullah Öcalan é o líder e fundador do PKK (Partido Trabalhador Curdo) contra o Estado-nação turco que foi capturado em 1999 e permanece em isolamento.

As reformas europeias que têm sido implementadas oferecem oportunidade para que a cooperação entre a Turquia e a União Europeia seja mais abrangente e que seja aplicada nas mais diversas áreas, sendo que a política externa e de segurança são as mais importantes do ponto de vista europeu. Perante o cenário internacional e os conflitos que têm sido registados nas áreas geográficas junto da Turquia, a Comissão Europeia (2014:1) considera essencial que “a União Europeia continue a ser uma âncora para as reformas económicas e políticas na Turquia”, reforçando assim o compromisso da União Europeia com o processo de negociações para a adesão turca. É reforçado que o cumprimento dos critérios de Copenhaga iria impulsionar o avanço das negociações. A própria Turquia demonstrou o seu compromisso com a criação de uma estratégia para a União Europeia, que de acordo com a Comissão Europeia (2014:3) baseava-se “em três pilares: reformas políticas, transformação socioeconómica do processo de adesão e estratégia de comunicação”.

A evolução dos critérios políticos continuou a decorrer dentro da normalidade. As reformas introduzidas pelos pacotes de reformas para incutir uma maior democratização na Turquia continuaram a ser aplicadas. Em Março, é sublinhada a implementação de um plano de ação em matéria de direitos humanos, referente aos julgamentos feitos pelo Tribunal Europeu para os Direitos Humanos, onde violações da parte da Turquia têm sido recorrentes. Existia um problema com a implementação das sentenças, sendo que, de acordo com este plano de ação iria ser facilitado com um maior alinhamento europeu.

Durante os anos de análise a questão curda tem assistido a muitos avanços e recuos, porém foi estabelecido um compromisso com o governo no ano anterior, onde a necessidade de encontrar um consenso para a resolução desta questão e do terrorismo que tem vindo a assombrar a Turquia, nomeadamente no sudeste do país. Foi com base neste espírito de compromisso que foi dado um passo muito importante: a adoção de uma lei ao nível parlamentar para a resolução da questão curda. De acordo com a Comissão Europeia (2014: 3), além do apoio político que obteve, a lei “engloba medidas para eliminar o terrorismo, fortalecimento da inclusão social, reintegrar os que se desfiliam do PKK”, o que representa um marco para que sejam lançadas as condições para uma resolução pacífica dentro dos padrões europeus, nomeadamente em matéria de proteção dos direitos humanos.

É importante referir que em dezembro de 2013, foi assinado um Acordo de Readmissão entre a Turquia e a União Europeia, na sequência dos diálogos estabelecidos sobre as questões da liberalização dos visas. Este acordo pretende, de acordo com a Comissão Europeia (2014: 4) “avaliar o estatuto de implementação da Turquia do roteiro dos vistos”.

O ano de 2014 encontra-se fortemente marcado pelo refortalecimento das relações entre a União Europeia e a Turquia, que afirmam que o processo de adesão e o compromisso encontra-se reforçado. A Comissão Europeia (2014: 3) reforça a afirmação dos dirigentes turcos que “declararam 2014 o ‘Ano da União Europeia’”. É neste sentido que a Turquia implementou uma estratégia para as negociações que fortalecem o seu compromisso e, por consequência, relançam uma nova dinâmica.

Dentro das reformas políticas que foram implementadas, a possibilidade de eleger o presidente através do voto popular tornou-se uma realidade e as primeiras eleições presidenciais realizaram-se em 2014, nas quais saiu vencedor o candidato do AKP, anterior primeiro-ministro, Erdoğan com 51,79% dos votos. As eleições decorreram na normalidade, sem a ocorrência de desacatos e dentro dos padrões democráticos. No entanto, a Comissão Europeia (2015: 6) aponta certas vertentes como “financiamento das campanhas, relatórios compreensivos, e sanções, que limitam a transparência e responsabilidade do processo”. A questão do financiamento de campanhas eleitorais e dos próprios partidos encontra-se incluído nas recomendações feitas pelo GRECO, que ainda não foram alvo de intervenção.

A nível parlamentar as suas funções encontram-se dificultadas devido à falta de diálogo e compromisso entre os principais partidos políticos que colocam em causa a sua ação e implementação de reformas. A Comissão Europeia (2014: 8) reforça “o padrão de preparação insuficiente e consulta antes da adoção de legislação chave”.

O governo enfrentou duras acusações de corrupção ao primeiro-ministro e quatro ministros, sendo que foram igualmente acusados o líder do maior banco público turco, oficiais públicos e empresários. A questão das imunidades parlamentares continua por resolver e, neste caso, atrasou o processo de acusação pela falta de um quadro judicial que estabeleça as condições nas quais a imunidade pode ser levantada. A Comissão Europeia (2014: 9) refere que “como resposta às alegações de corrupção, o governo alegou que era uma tentativa de golpe judicial por parte de uma ‘estrutura paralela’ dentro do Estado”. A falta de respostas ao nível do sistema judicial turco revela preocupações sérias em relação aos problemas que têm sido identificados que se encontram na sua génese: a falta de imparcialidade, independência e eficiência.

As eleições presidenciais, as primeiras na história da Turquia, resultaram com a eleição de Erdoğan, que no seu discurso de inauguração reforçou o seu compromisso com o processo de adesão à União Europeia. De acordo com a Comissão Europeia (2014: 9), Erdoğan comprometeu-se a “servir como um Presidente para todos na Turquia, para construir a “nova

Turquia” ao apresentar uma nova constituição e ao continuar os planos de desenvolvimento ambiciosos”, sendo que uma maior democratização era igualmente um dos seus principais objetivos.

O caso Sledgehammer chegou ao fim em Outubro, onde foram condenados 237 dos réus por tentativa de derrubar o governo em 2003. A Comissão Europeia (2014: 12) sublinha que o “Tribunal Constitucional decidiu que os direitos dos acusados a um julgamento justo foram violados e neste sentido 99 acusados foram soltos”.

Ao nível a prevenção da tortura e maus tratos, a Turquia continuou a implementar medidas nesse sentido. Tal como tem sido verificado em anos anteriores, o número de ocorrências continua a diminuir, mas nos centros de detenção e nas prisões as ocorrências encontram-se marcadas pela sua severidade. O uso excessivo da força da parte de agentes de lei continua a ser recorrente.

Em relação à situação no Sudeste do país, foram registados progressos na resolução da questão curda, com o compromisso do governo turco para discutir as melhores abordagens para resolver a questão. De acordo com a Comissão Europeia (2014: 17), a lei adotada pelo parlamento em junho para eliminar o terrorismo e fortalecer a integração social “tinha como objetivo oferecer uma base legal para o processo de resolução”. De acordo com esta lei, o PKK que se encontra na lista europeia de organizações terroristas e que foi responsável pela maior parte dos ataques, sob este artigo têm garantias de proteção legal. Durante o período reportado foram registados eventos de violência esporádica, mas nada como o que tinha sido verificado até então.

A abordagem turca ao Chipre continua dentro dos padrões que têm sido até então: os protocolos adicionais ainda não foram implementados, apesar dos avisos constantes, sendo que o último foi em 2013. Continuam a ser aplicados obstáculos à livre circulação de bens provenientes do Chipre, e a Turquia continua a vetar a sua adesão aos mais diversos órgãos internacionais. A Comissão Europeia (2014: 19) afirma que “o compromisso da Turquia em termos concretos para um acordo compreensivo continua crucial”.

Ao nível da cooperação regional a abordagem turca continua bastante satisfatória, ao consolidar o seu papel de ator e pacificador regional. A sua posição estratégica é da maior relevância para a União Europeia, e o papel desempenhado pela Turquia dentro dos padrões europeus para promover a política de defesa e segurança comum em missões europeias e com o seu apoio à integração de países como o Kosovo em instituições e na própria comunidade internacional.

### **III.11. Relatório de progresso da Turquia em 2015**

Durante o período de análise realizaram-se as eleições gerais que se encontram marcadas pela grande participação da sociedade turca, o que demonstra que as reformas democráticas causaram impacto no sentido que os cidadãos turcos exercem o seu direito democrático. De acordo com a Comissão Europeia (2015: 7) a “campanha foi de confronto e centrada numa possível mudança para um sistema de governo presidencial, o processo de paz curdo e problemas socioeconómicos”, ainda assim o processo foi conduzido de forma pacífica com respeito pelas liberdades fundamentais. O atual presidente turco, Erdoğan, que deveria manter-se neutro durante o decorrer das eleições, de acordo com a Comissão Europeia (2015: 7) foi relatado “o uso de recursos públicos para apoiar a campanha do AKP”. Esta realidade levanta questões, visto que além de o presidente não ter como função intervir nas eleições nacionais nem apoiar de forma direta ou indireta um partido/candidato, a utilização de recursos públicos para a campanha do partido maioritário vai contra os padrões europeus e internacionais em matérias de eleições políticas. É necessário um mecanismo de regulação do processo eleitoral, o que iria contribuir para a sua transparência e eficácia.

Foram registados problemas em constituir o governo, como tal, foram realizadas eleições novamente com uma grande participação da sociedade, onde saiu vencedor o AKP com maioria. Ao contrário do que tinha sido verificado anteriormente, nas segundas eleições, como a Comissão Europeia (2015: 8) refere, “a atmosfera da campanha foi afetada pelos desafios de segurança, em particular no ataque terrorista bombista em Ancara a 10 de outubro” e que resultou no aumento das tensões em todo o território.

Ao nível parlamentar ainda não foi registada uma resolução para a questão a imunidade parlamentar e as condições nas quais é levantada. A Comissão Europeia (2015:8) sublinha a necessidade de “uma reforma compreensiva das regras parlamentares e os procedimentos é igualmente necessário para melhorar a inclusão, transparência, qualidade do processo de formulação de leis e a supervisão do executivo”.

Erdoğan foi eleito presidente em 2014 e continua a expressar o seu compromisso com o processo de adesão à União Europeia, a resolução de questões internas e externas. A Comissão Europeia (2015:9) sublinha dentro das suas prioridades “a adoção da nova constituição que defina o sistema de governo presidencial”. Também estabeleceu o seu compromisso com o processo de resolução da questão curda através da paz, porém, o espírito de compromisso com o PKK não perdurou e voltaram a registar-se acontecimentos violentos aos quais o governo não respondeu da melhor forma.

Ao nível judiciário foram registados progressos importantes relacionados com a sua independência, a introdução de mecanismos que não existiam previamente como a liberdade condicional e direito ao pré-julgamento, assim como o respeito pelos direitos fundamentais, nomeadamente a liberdade de expressão que se encontrava fortemente condicionada. As mudanças registadas dentro do processo de reforma judicial relacionam-se com o processo de adesão à União Europeia, onde a Comissão Europeia (2015:14) refere que “entre 2007 e 2013 o processo de reforma judicial na Turquia progrediu para a implementação dos padrões europeus de eficiência, independência e imparcialidade”. No entanto, a Comissão Europeia (2015: 14) refere “que não foram feitos progressos desde o início de 2014”, o que levanta preocupações. Perante esta falta de ação na área judicial, a Comissão Europeia (2015: 14) sublinha a formulação de “uma estratégia de reforma judicial revista que foi adotada em Abril de 2015”, onde os seus principais focos era a correção das questões mais preocupantes no sistema judicial, apesar do documento ser bastante geral.

A corrupção encontrava-se profundamente enraizada na sociedade turca, porém a sua frequência tem vindo a diminuir devido ao alinhamento turco com os princípios europeus e com a sua ação nesse sentido ao nível legislativo. Continua a estar em falta um organismo independente que possa monitorizar de forma eficiente os relatos e as sanções aplicadas, aliado a uma estratégia coerente para ir ao encontro das principais dificuldades. A Comissão Europeia (2015: 17) refere que “a coordenação política desadequada dentro das várias instituições responsáveis pela prevenção da corrupção constitui um grande impedimento à eficácia da própria política anticorrupção”.

A estratégia anticorrupção 2010-2014 e o seu plano de ação não tiveram o impacto previsto. Uma das condições que tem vindo a ser sugerida é a criação de um histórico em matérias de corrupção, onde, de acordo com a Comissão Europeia (2015: 17), existem “preocupações sérias acerca da eficácia destas investigações devido à interferência do executivo”. Tal demonstra que além de não terem sido alcançados progressos, a corrupção continua bem presente na sociedade turca e alastrou-se para outros setores.

Como tem sido analisado durante os últimos anos, a Turquia tem vindo a ser alvo de ataques terroristas um pouco por todo o seu território, mas com uma maior incidência no sudeste do país. A 10 de Outubro de 2015 deu-se o maior ataque terrorista na história moderna da Turquia onde diversas pessoas perderam a sua vida, sendo que foi uma repetição do ataque em Julho do mesmo ano na província turca de Suruç. Ao contrário do que tem vindo a ser verificado anteriormente, o ataque foi atribuído ao Daesh. A luta contra o terrorismo pela Turquia até então tinha sido feita perante a ameaça do PKK, sendo que, apesar de ter sido

registado um espírito de compromisso para promover a paz e resolver todas as questões com o PKK, através de diálogos com o seu líder, a verdade é que foram registados novos ataques. Perante a ameaça relacionada com o Daesh, de acordo com a Comissão Europeia (2015:21), “a Turquia aderiu à coligação internacional contra o Daesh”, fortalecendo o seu compromisso em erradicar qualquer tipo de terrorismo, onde desencadeou ataques aéreos contra o Daesh na Síria. A luta contra o terrorismo na Turquia deve ser feita em linha com os padrões internacionais com uma estratégia comum concisa para impedir consequências negativas como a radicalização.

Em matéria de direitos humanos é indiscutível o registo de avanços impulsionados pelo processo de negociações para a adesão à União Europeia. Existem preocupações relacionadas com o aumento da violência, onde a Comissão Europeia (2015:21), reforça que “as medidas anti terror tomadas neste contexto devem ser proporcionais” e em linha com os padrões europeus.

São relatados problemas relacionados com a liberdade de expressão que, apesar de ter registado melhorias, continua a ser colocada em causa devido à interpretação restrita de legislação que resultam em consequências negativas para os jornalistas. De acordo com a Comissão Europeia (2015: 22), “após diversos anos de progresso, foi verificado um retrocesso bastante sério nos últimos dois anos”. Esta realidade demonstra que todo o trabalho que foi feito anteriormente, através da implementação de reformas e legislação, que permitiram uma aproximação com os valores europeus, não teve o impacto pretendido visto que voltaram a registar-se entraves à liberdade de expressão dos jornalistas. Ainda se encontram detidos jornalistas sob a acusação da interpretação restritiva da lei anti terror. A Comissão Europeia (2015: 23) sublinha que “o número de leis que restringem a liberdade de expressão e que não estão em linha com os padrões europeus”. Neste sentido, é essencial o alinhamento com os valores europeus e fortalecer a legislação em linha com os mesmos.

Em relação à situação no Sudeste o ano passado encontrou-se marcado pelo compromisso governamental com a resolução da questão curda e do processo de paz. No entanto, começaram a ser relatados eventos de violência exercida pelo PKK, apesar do diálogo feito anteriormente com o seu líder para que fossem cessados os ataques. A Comissão Europeia (2015:24) sublinha que “a situação ao nível da segurança deteriorou--se dramaticamente em Julho, pouco tempo depois do PKK ter anunciado que considerava cessar fogo”. Perante a nova vaga de ataques pelo PKK, o governo turco desencadeou medidas contra as suas bases militares, onde, de acordo com a Comissão Europeia (2015:24), foram reportados casos “de alegadas violações dos direitos humanos pelas forças de segurança”, que tem sido verificado ao longo dos anos, mas que ganha uma maior importância neste contexto, porque foi a abordagem que

Turquia escolheu como resposta à violência. De acordo com a nova realidade no Sudeste, a resolução da questão curda foi colocada mais uma vez em espera.

A relação da Turquia com o Chipre permanece dentro dos seus moldes, sendo que, ainda não foi adotada o protocolo adicional apesar das recomendações feitas pelo Conselho Europeu em diversas ocasiões. Apesar da União Europeia afirmar que é essencial o respeito pelo espaço marítimo e aéreo dos estados membros, a Turquia continua não respeitar esse aspeto e continuar a vetar a entrada do Chipre nas mais diversas organizações internacionais. Ainda assim, a Comissão Europeia (2015: 27) sublinha a atitude da Turquia em “expressar o seu apoio aos esforços feitos pelo secretário geral das Nações Unidas e do recém-eleito líder da Comunidade cipriota turca”.

### **III.12. Relatório de progresso da Turquia em 2016**

O relatório inicia-se com a Comissão Europeia (2016: 4) a reafirmar o seu compromisso de que “a Turquia continua a ser um parceiro chave para a União Europeia”. Salienta-se a realização da Cimeira UE-Turquia, a 29 de Novembro de 2015, em que a Comissão Europeia (2016:4) sublinha ter ficado “decidido revigorar e aprofundar as relações entre ambas em todas as áreas de interesse conjunto”.

A história da Turquia encontra-se fortemente marcada por golpes militares, sendo que, em julho 2016 aconteceu uma tentativa de golpe militar, que foi condenado pela União Europeia, mas que gerou a adoção de medidas por parte da Turquia que não estão em concordância com os princípios democráticos e de respeito pelos direitos humanos que têm vindo a ser implementados desde cedo na Turquia dentro do processo de negociações para a adesão.

O diálogo continuou a decorrer dentro dos seus moldes normais no contexto do processo de adesão, sendo que questões relacionadas com a segurança, terrorismo e relações externas com os países com quem a Turquia partilha fronteira têm sido prioritários, nomeadamente devido ao aumento da violência por parte do PKK e Daesh. Na sequência da Cimeira realizada em 2015, foi feito um acordo entre a União Europeia e a Turquia para procurar gerir a migração irregular dentro dos padrões europeus e internacionais. A Comissão Europeia (2016:4) afirma que “o fluxo massivo de refugiados sírios continua a ser um assunto prioritário para as autoridades turcas”, sendo que, também recebem refugiados provenientes do Iraque e outros países, existindo a necessidade de mais legislação para dar uma resposta a esta realidade.

A tentativa de golpe militar que ocorreu a 15 de Julho de 2016 gerou um clima de insegurança, onde milhares de pessoas ficaram feridas, com ataques aéreos em Ancara e

Istambul, e com um ataque direto à Grande Assembleia turca. De acordo com a Comissão Europeia (2016:8), “o golpe falhou devido a grande parte das forças de segurança e do exército permanecerem leais ao governo, apoiados por centenas de civis que se opuseram à rebelião nas ruas e praças ao longo do país”, sendo que a intervenção civil aconteceu devido ao apelo feito por Erdoğan. O governo liderado pelo AKP e por Erdoğan afirmou que a tentativa de golpe militar foi liderado pelo movimento Gülen <sup>27</sup>.

Os acontecimentos que foram registados foram fortemente condenados pela comunidade internacional, nomeadamente pela União Europeia, que reforçou o seu apoio para que a democracia voltasse a ser restaurada na Turquia. Na sequência da tentativa de golpe militar, foi instaurado estado de emergência e foi nesse sentido que, de acordo com a Comissão Europeia (2016: 8), a “Turquia notificou o Conselho da Europa para a derrogação da sua obrigação em assegurar os direitos fundamentais dentro da Convenção Europeia para os Direitos Humanos”. Dentro do estado de emergência, o Conselho de Ministros turco sob a égide do Presidente pode governar a Turquia através de decretos legislativos, sendo que até então foram introduzidas mudanças que vão desde a demissão de militares que são suspeitos de ter ligações com o movimento Gülen, restrições ao direito de defesa e reorganização do aparelho de segurança desde as forças armadas aos polícias.

As medidas adotadas pela Turquia na sequência da tentativa de golpe militar levantaram preocupações relacionadas com direitos humanos e Estado de Direito, visto que, quando a ameaça de perigo na Turquia desvaneceu, as medidas implementadas para esse efeito permaneceram. De acordo com a Comissão Europeia (2016: 9), “os decretos levantam questões em relação às medidas tomadas e ao acesso a soluções judiciais eficazes” que colocam em risco a legislação existente a nível europeu e que tem sido implementada na Turquia. Existem relatos de violações dos direitos humanos, com detenção de suspeitos desde as forças armadas, a jornalistas e académicos, sendo que relatos com ocorrência de tortura durante os procedimentos são comuns. Todas as medidas referidas são bastante gravosas no sentido que, desde que a relação entre a Turquia e União Europeia foi fortalecida no contexto das negociações, a luta contra a tortura foi uma prioridade e que a sua ocorrência tinha vindo a diminuir. Perante a tentativa de golpe militar, tudo o que era visto como uma ameaça para a Turquia foi suprimido.

---

<sup>27</sup> Movimento Gülen não é um partido político, mas sim uma comunidade de pessoas liderado por Fethullah Gülen.  
<http://www.bbc.com/news/world-europe-36855846> Consultado dia 26 de Outubro 2017.

As medidas adotadas dentro do contexto de estado de emergência levantam questões preocupantes e neste sentido foram feitas recomendações pelo Comissário Europeu para os Direitos Humanos. De acordo com a Comissão Europeia (2016: 9), a “Turquia deve assegurar que qualquer medida que seja adotada deve ser apenas para ir ao encontro do que é estritamente exigido dentro da situação”, reforçando a necessidade de estar em linha com os princípios da democracia e Estado de Direito.

Ao nível parlamentar ocorreram novas eleições, como referido no relatório anterior, sendo que as suas principais preocupações se relacionavam com o programa de reformas, que se encontrava marcado pelo clima de falta de diálogo entre os principais partidos políticos e pela adoção de legislação sem o devido processo de consulta e preparação. A Comissão Europeia (2016: 10) reforça a necessidade de reforma das regras e procedimentos parlamentares que “devem ser priorizados para melhorar a inclusão, transparência, qualidade da formulação de leis e supervisão efetiva do executivo”.

A tentativa de golpe militar teve como alvo a Grande Assembleia turca que ficou bastante danificada na sequência dos ataques, e perante este ataque, a Comissão Europeia (2016: 11) expõe que “todos os partidos políticos com representação parlamentar emitiram uma declaração conjunta, condenando de forma unânime a tentativa de derrubar instituições democraticamente eleitas”.

A ação do presidente turco Erdoğan continuou de forma ativa, nomeadamente na sua política externa, na nova constituição, no combate ao terrorismo assim como na luta contra a influência do movimento Gülen. De acordo com a Comissão Europeia (2016: 12), “o poder central do presidente foi reforçado na sequência da tentativa de golpe militar a 15 de Julho”, reforçando o debate introduzido pelo próprio para uma mudança para regime presidencial.

Durante o processo de negociações para a adesão ao projeto europeu, sempre foi fomentado o papel da sociedade civil na política e o seu poder de consulta, ou seja, começaram aos poucos a desempenhar um papel importante. Na sequência da tentativa golpe militar, diversos defensores dos direitos humanos foram detidos, organizações foram fechadas assim como os mecanismos de consulta civil foram colocados em segundo plano.

O sistema judicial turco encontra-se em declínio e questões sobre a sua falta de independência continuam a ter mais relevância. Existem preocupações em relação à composição dos seus órgãos, sendo que, a situação agravou-se depois da tentativa de golpe militar, onde, de acordo com a Comissão Europeia (2016: 17), “juizes e procuradores foram

retirados da sua profissão e em alguns casos detidos, sob acusações de conspiração com o movimento Gülen”.

A luta contra a corrupção registou progressos apesar de ainda prevalecer em diversas áreas e ser uma fonte de preocupações. A Comissão Europeia (2016:20) refere que a “adoção de uma nova estratégia e plano de ação anticorrupção é um passo em frente mesmo que seja limitada a abordagem”. Continua a existir a necessidade de consenso e compromisso político nesta matéria que é o ponto de partida para encontrar uma solução para esta questão. As recomendações feitas pelo GRECO ainda não foram implementadas na sua totalidade e continua a estar em falta a criação de um organismo independente para esta questão. A Comissão Europeia (2016:21) faz recomendações nesta área devido ao facto da “legislação anticorrupção contem provisões largamente desadequadas na prevenção, prossecução e sancionamento de conflitos de interesses” e a legislação existente não penaliza de forma eficiente as ofensas e os mecanismos de reforço e monitorização não têm o impacto desejado.

A luta contra o terrorismo que foi identificada como prioritária dentro do contexto de diálogo e cooperação entre a União Europeia e Turquia, devido ao aumento de ataques terroristas pelo Daesh e PKK. Perante a ameaça enfrentada pela Turquia, a Comissão Europeia (2016: 23) apresenta o seu apoio, mas “as medidas tomadas devem ser proporcionais”. A prioridade turca tem sido o PKK, que continua a integrar a lista europeia de organizações terroristas, e com quem tinha em 2014 iniciado um diálogo tendente a um processo de paz. Em relação à ameaça do Daesh, a Turquia tem-se alinhado com os padrões internacionais. Existem preocupações relacionadas com o aumento de combatentes terroristas estrangeiros, onde é reforçada a necessidade de uma abordagem eficiente que previna a contra radicalização, o que, de acordo com a Comissão Europeia (2016: 24), “deve ser feito através de uma cooperação próxima com líderes religiosos e de comunidades, assistentes sociais, sistema educacional e organizações de juventude”.

Em relação aos direitos fundamentais e proteção das minorias, as garantias em matéria de direitos humanos continuam a necessitar de maior intervenção. As recomendações feitas pela Comissão reforçam que os julgamentos feitos pelo Tribunal Europeu para os Direitos Humanos ainda não se encontram assegurados, apesar de ter sido incrementado um plano de ação para ir ao encontro das falhas identificadas. Em relação à liberdade de expressão a realidade tem sido bastante complexa, sobretudo nos últimos anos onde a detenção de jornalistas, académicos e defensores dos direitos humanos enfrentam julgamentos e por vezes são detidos. A Comissão Europeia (2016: 27) sublinha que, “antes da tentativa de golpe a 15 de

Julho, encontravam-se detidos 36 jornalistas (...). Na sequência da tentativa de golpe, pelo final de Outubro, estavam detidos 90 jornalistas”.

Em relação à situação no Sudeste, os relatos de violência e ataques terroristas continuaram a aumentar. As operações desencadeadas pelo governo para combater o aumento do terrorismo centram-se em medidas de segurança e operações militares nas bases do PKK tanto na Turquia como no Iraque. Perante a estratégia adotada pelo governo, o grupo terrorista começou a lançar ataques em Ancara e Istambul. A Comissão Europeia (2016: 28) refere que a ação do governo turco perante os ataques terroristas deve “assegurar que a sua luta respeita os direitos humanos, liberdades fundamentais e as suas obrigações de acordo com a lei internacional”. Perante o clima de confronto e violência, o número de relatos de violação dos direitos humanos continua a ser cada vez mais frequente com relatos de abuso da utilização da força e de tortura. A Comissão Europeia (2016: 29) sublinha foram realizadas “diversas iniciativas da sociedade civil e petições para retomar o processo de resolução curda”

Em relação aos refugiados provenientes da Síria, a Turquia continuou a oferecer refúgio sendo que o número tem vindo a aumentar de forma descontrolada e não se limita apenas a refugiados sírios, mas também de outros países.

Em relação ao Chipre, a Turquia continua a apoiar um compromisso compreensivo dentro das diretrizes feitas pelo secretário-geral das Nações Unidas. A Comissão Europeia (2016: 30) refere que “em Março e em Agosto a Turquia fez afirmações que desafiam o direito do Chipre em explorar recursos hidrocarbonetos na sua própria zona económica exclusiva para o benefício dos cipriotas”. A Turquia continua sem cumprir as suas obrigações para com a União Europeia, nomeadamente em relação ao protocolo adicional. À semelhança do que foi visto em anos anteriores, a Turquia continua a aplicar obstáculos à livre circulação de bens proveniente do Chipre e a vetar a sua adesão a diversas organizações internacionais. A Comissão Europeia (2016: 31) refere ainda que “a Grécia e Chipre fizeram queixas formais sobre as violações repetidas e que aumentaram dos seus territórios marítimos e aéreos pela Turquia, incluindo voos sob as ilhas gregas”.

Finalmente, em relação às questões regionais e de boa vizinhança, que são essenciais dentro do contexto do processo de adesão, é destacado pela Comissão Europeia (2016:31) a “cooperação com a Grécia e Bulgária na área da migração”. De modo geral, a Turquia continuou a afirmar-se ao nível regional com boas relações de vizinhança e de cooperação.

#### **IV. UE-Turquia: Análise Interpretativa do Processo de Convergência dos Critérios Políticos**

O presente capítulo da dissertação vai ser dedicado à interpretação do conteúdo dos relatórios analisados anteriormente, referindo assim as questões que são identificadas como tendo uma maior relevância dentro do processo de negociações para a adesão e entendidas como determinantes para o impasse verificado atualmente. De acordo com a análise feita da introdução dos critérios políticos, é possível entender o impacto dos acontecimentos recentes na Turquia verificando, assim, até que ponto foi exercida influência pela União Europeia na sociedade turca.

De forma a interpretar as dinâmicas do processo e entender como falhou a convergência dos critérios políticos, é necessário identificar as condições que foram determinantes e apontar o que se foi verificando, de forma consistente, e que contribuiu para o insucesso verificado na transposição dos valores europeus na Turquia.

No início da investigação, a questão religiosa era entendida como uma das condições que mais influenciava o processo de adesão turca à União Europeia. Grande parte da literatura existente sobre esta matéria atribui à religião um papel central, como condição que orienta e condiciona o processo de negociações e que coloca a Turquia fora do projeto europeu. A verdade é que a Turquia é um país diferente de todos aqueles que integram a União Europeia, e o facto da sua religião maioritária ser muçulmana levantou preocupações. Porém, considera-se existirem questões com mais impacto que a vertente religiosa.

Neste sentido, é importante contextualizar que, como Talip Kucukcan (2003: 475) refere, a “Turquia localiza-se no cruzamento entre os interesses do Ocidente e do Médio Oriente”. Na altura em que a República foi fundada, a opção de Kemal Atatürk foi a aproximação com o Ocidente como um dos seus principais objetivos, estando bastante presente na ideologia kemalista. A aproximação europeia iniciou-se de acordo com o objetivo referido anteriormente, e a secularização era vista como condição essencial para a modernização da Turquia, e neste sentido foram introduzidas mudanças profundas. Independentemente das mudanças que foram realizadas, Talip Kucukcan (2003: 476) sublinha que a “Turquia moderna continua a enfrentar desafios para

encontrar um equilíbrio apropriado entre a religião e o secularismo numa nação que é em grande parte muçulmana”. É de entendimento geral que, de acordo com a existência da falta de equilíbrio e da sua população ser maioritariamente muçulmana, essa realidade foi traduzida em medo de uma eventual adesão turca, que era vista como ameaça à identidade europeia. Esse sentimento é reforçado por Marcie J. Patton (2007: 344), que refere que dias antes de ser assinado o acordo das negociações, “a Áustria exigiu que a União Europeia deveria considerar em vez da abertura das negociações de adesão, considerar um ‘estatuto privilegiado’ para a Turquia”. Era notório que muitos Estados membros europeus defendiam que a adesão total não deveria ser o caminho a seguir, mas sim uma relação privilegiada onde a cooperação entre a Turquia e a União Europeia iria estender-se em diversas áreas, sem a sua introdução no projeto europeu.

Independentemente de a Turquia ter enfrentado desde o início oposição por parte de vários Estados membros europeus, em 2005 começaram as negociações de adesão após ter sido verificado, pela Comissão Europeia, que os requisitos definidos para tal estavam suficientemente garantidos. De forma a obter o estatuto de candidata e para o desenvolvimento das negociações, foram introduzidas mudanças efetivas na sociedade turca através da implementação de reformas que pretendiam instituir valores democráticos em linha com os critérios políticos de Copenhaga. Deste modo, a partir de 2005, a Comissão Europeia monitorizou e avaliou a implementação das reformas necessárias para que os critérios políticos fossem implementados na sua totalidade, promovendo assim o alinhamento da Turquia com os princípios europeus. De acordo com a análise feita no capítulo anterior, é constatado que o processo tem sido complexo, marcado por avanços e recuos com uma realidade que se repetia persistentemente: a Turquia estabelecia o seu compromisso com as reformas e com o processo de negociações para adesão, mas a sua transposição para a realidade não se verificava na totalidade.

Neste sentido, de acordo com a análise feita anteriormente, considera-se possível desmistificar a ideia de que a religião exerce um papel dominante na dinâmica do processo de negociações para a adesão. A adesão turca encontra-se condicionada por outros fatores que em nada se relacionam com a sua religião ser

predominantemente muçulmana, mas sim com a sua falta de compromisso com as reformas em determinadas áreas que vão ser identificadas de seguida.

#### **IV.1. Processo de negociações e falta de compromisso turco**

Os primeiros anos caracterizaram-se pela aplicação de reformas e aproximação com os valores europeus, mas rapidamente a intensidade diminuiu e o espírito de compromisso encontrava-se definido pela falta de vontade política em resolver determinadas questões. De acordo com a análise dos relatórios existem questões que eram persistentemente problemáticas ao longo dos anos relacionadas com direitos humanos, liberdades fundamentais, minorias (nomeadamente a minoria curda) e a reunificação do Chipre. As questões mencionadas anteriormente são consideradas sensíveis na sociedade turca e foram as que causaram mais problemas durante o processo.

Em matéria de **direitos humanos** eram verificados problemas anualmente em todos os relatórios, com relatos de maus tratos e tortura. Perante esta realidade, a Turquia comprometia-se em combater e diminuir o número de ocorrência destas realidades. A verdade é que independentemente do compromisso turco em erradicar estas práticas não democráticas, continuavam a ocorrer em menor escala, mas a sua severidade era superior, nomeadamente em centros de detenção. Era igualmente verificado anualmente um aumento constante de julgamentos feitos pelo Tribunal Europeu para os Direitos Humanos onde a Turquia se encontrava em violação dos seus princípios. É importante referir que a existência de mecanismos que foram colocados ao dispor da Turquia para solucionar os problemas existentes particularmente ocorrências relacionadas com tortura, como é o caso do OPCAT que em 2005, fez uma série de recomendações para colocar a Turquia em linha com os princípios internacionais nesta matéria. As recomendações feitas foram adotadas de forma parcial e nunca na sua totalidade, sendo que, ano após ano, os mesmos relatos eram registados repetidamente. Além dos relatos de ocorrências de tortura e maus tratos no território turco, existiam problemas relacionados com a impunidade, que é uma realidade que se encontra enraizada na Turquia o que agrava o combate a estes flagelos, visto que nada é feito para combater as violações identificadas. A falta de ação perante um problema

que se registava repetidamente, e após ter expressado o seu compromisso no combate ao mesmo, demonstra uma ambiguidade da ação turca.

O respeito e promoção das **liberdades fundamentais** é de extrema importância dentro de qualquer Estado democrático. É importante referir que a Constituição turca elaborada em 1982 por militares na sequência de um golpe militar, encontra-se em falta em matérias de liberdades fundamentais que não se encontravam totalmente asseguradas e poderiam ser suprimidas de acordo com determinados artigos constitucionais. Neste sentido, a Turquia, de forma a obter o estatuto de candidata teve que introduzir mudanças através de reformas e emendas constitucionais, sendo que as liberdades fundamentais se encontravam incluídas devido à necessidade de as colocar em linha com os valores europeus.

Através da análise dos relatórios de progresso foi possível assistir a uma realidade que perdurou desde o início das negociações até ao momento atual. Um dos tópicos considerado sensível na Turquia relacionava-se com a **minoría curda**, sendo que, dentro do processo de adesão e implementação dos critérios políticos começou a ser incentivado pelo governo o debate sobre questões polémicas. Esse incentivo resultou numa discussão na sociedade turca e através dos órgãos de comunicação social, mas rapidamente se verificou que um número elevado de jornalistas eram julgados por debaterem esses temas de forma aberta e livre, tal como havia sido incentivado pelo governo turco. Rapidamente esta realidade deixou de ser verificada apenas com jornalistas, académicos e estudantes, que começaram a ser igualmente acusados e julgados por expressarem as suas opiniões de forma não violenta, na sequência do incentivo feito pelo governo que supostamente demonstrava uma maior abertura e espírito democrático. Mais uma vez, a Turquia estabelece o seu compromisso, incentivando o debate livre, mas ao mesmo tempo tem uma atitude que comprova o oposto, demonstrando a falta de concordância entre as suas palavras e as suas ações.

É inconcebível ao nível dos Estados membros europeus, que jornalistas, académicos, defensores de direitos humanos e estudantes sejam detidos por expressarem opiniões não-violentas. No início do processo de negociações, existiam artigos do código penal turco que eram interpretados de forma restritiva colocando

entraves à liberdade de expressão. Mais recentemente, a forma como as restrições eram aplicadas relacionavam-se com a aplicação de artigos da lei anti terror, cujo carácter ambíguo permitiam a sua interpretação de modo a penalizar quem expressava a sua opinião livremente e de índole não violenta. A liberdade de expressão até ao último relatório analisado (referente ao ano de 2016) demonstra que não foram registadas melhorias neste aspeto, o que coloca em causa o conceito de europeização, visto que a influência europeia e dos seus valores não foi introduzido de forma consistente na Turquia.

Ao longos dos anos foi verificado que a Turquia se comprometia de forma consistente para resolver a questão curda e da situação no Sudeste do país (terrorismo e ataques liderados pelo PKK), que são duas questões bastante sensíveis. Foi apenas em 2011 que se verificou um incentivo abrangente para debater este tema com a abertura política necessária para a resolução desta questão. Mas à semelhança do que foi verificado anteriormente, independentemente da abertura política verificada, foram registadas contrariedades bastante preocupantes com a detenção de jornalistas e académicos, e o abandono do espírito de abertura para a resolução, o que levanta questões em relação à coerência e clareza dos compromissos a que a Turquia se compromete.

A questão das minorias, nomeadamente da minoria curda, tem sido um desafio para o alinhamento turco com os critérios políticos. É importante realçar o conceito introduzido por Paul Kubicek (2011: 362) de que a Turquia é um “democratizador relutante”, ou seja, em determinadas matérias como a questão das minorias, existe um sentimento de incerteza em implementar medidas. Esta realidade é reforçada pelos entraves que têm sido colocados pela Turquia em implementar e adotar Convenções das Nações Unidas relacionadas com as minorias e com os seus direitos.

A questão com o **Chipre** manteve-se igual ao longo dos anos: a Turquia comprometia-se em alcançar consenso para esta questão e, em vez de o fazer, não assinava protocolos adicionais importantes (indo assim contra as recomendações das instituições europeias), ao colocar entraves à livre circulação de bens provenientes do Chipre, invadindo o seu espaço aéreo e marítimo e ao vetar a sua entrada às mais

diversas organizações internacionais. Mais uma vez, a sua posição é verificada igualmente nesta matéria o que levanta questões acerca do compromisso com o processo de adesão à União Europeia.

As preocupações relacionadas com direitos humanos, liberdades fundamentais, reunificação do Chipre e questões relacionadas com as minorias, mantiveram-se com poucas alterações independentemente das reformas e recomendações feitas. O compromisso turco oscilava entre apoio total e recusa total. Ao longo dos anos, o governo estabelecia o seu compromisso em resolver as questões mencionadas anteriormente, incentivava o debate, mas a sua ação traduzia-se no contrário: ao deter jornalistas que expressavam opiniões de forma não violenta sobre o tema; e ao abandonar subitamente pactos para solucionar uma questão tão importante como a minoria curda, que vê os seus direitos bastante limitados na sociedade turca. As realidades referidas demonstram que a influência europeia e os valores nos quais a União Europeia se sustenta, após anos de aproximações, não resultaram num impacto consistente nem foram internalizadas.

Ao longo dos anos, nomeadamente a partir de 2010, assistimos a um declínio gravoso do compromisso reformista turco, que aliado à falta de diálogo entre os principais partidos políticos, resultou num impasse. Em 2011 verificou-se a mesma realidade, sendo que, é importante referir que era o sexto ano em que o processo de negociações decorria, ou seja, as reformas que foram efetivamente implementadas na sua totalidade já deviam ter surtido efeito. Pelo contrário, o que foi constatado através dos relatórios analisados, foi uma inércia total da parte da Turquia em continuar a sua aproximação com o projeto europeu para acelerar a adesão.

De acordo com as reformas judiciais que foram difundidas, dentro do contexto do processo de negociações, é importante salientar não foram registados progressos desde 2014, ou seja, o processo nesta matéria estagnou. Uma das questões que teve impacto foi a falta de vontade política e de diálogo entre os principais partidos políticos turcos. Ainda assim, é importante referir que foram introduzidas melhorias: desde a introdução do conceito de liberdade condicional, permitir julgamentos na língua

materna do acusado e um pequeno progresso da eficácia, independência e imparcialidade do sistema judicial.

A Turquia, com o início das negociações, mostrou-se bastante proactiva na implementação de reformas, de forma a permitir o seu alinhamento europeu e ao internalizar os critérios políticos que são essenciais dentro das negociações para a adesão. Rapidamente tornou-se notório que, apesar das melhorias registadas, existiam áreas que eram persistentemente sinalizadas e que, ano após ano, não eram melhoradas. A abrangência das reformas introduzidas era apenas superficial, os problemas persistiam mesmo quando eram registados avanços positivos. O compromisso turco também sofreu diversas alterações: inicialmente as reformas eram implementadas de forma persistente, mas rapidamente deixaram de o ser, particularmente em matérias sensíveis.

#### **IV.2. Condicionalidade política e europeização: a sua aplicação ao processo de negociações para a adesão da Turquia à UE**

O cumprimento dos critérios políticos de Copenhaga continha em si um papel central no desenvolvimento das negociações de adesão, sendo que as reformas implementadas até ao início das negociações, em 2005, foram determinantes para a aproximação da Turquia ao projeto europeu e para desencadear o início das negociações. Inicialmente as reformas foram implementadas de forma intensiva, porque assim era requerido. A perspectiva de adesão à União Europeia resultou em mudanças internas implementadas de acordo com a influência exercida ao nível europeu. Dentro do processo de negociações para a adesão que se iniciaram em 2005, foram introduzidos diversos pacotes de reformas para a criação de garantias de aplicação dos princípios referidos anteriormente na Turquia.

A implementação das reformas e as mudanças introduzidas encontram-se profundamente ligadas ao conceito de condicionalidade política, onde as mudanças aplicadas são feitas de modo a receber uma recompensa – que neste caso é a adesão à União Europeia. Era esta a lógica que determinava a aplicação das reformas democráticas, que eram implementadas visto serem condição estabelecida para a adesão. Neste sentido é importante voltar a referir a abordagem de Paul Kubicek (2011:

362), de que a Turquia seguiu a lógica de “fazer X porque recebe Y, deveria sim responder à lógica da adequação (faz X porque é o mais correto)”. A ação turca dentro do processo de negociações, apesar dos avanços positivos que foram alcançados, utilizou a lógica de implementar determinadas reformas, apenas porque estavam instituídas nos critérios de Copenhaga e porque eram essenciais para o avanço das negociações. A falta de compreensão da Turquia em entender que as reformas eram necessárias porque não existem garantias democráticas e devido aos problemas relacionados com liberdades individuais e direitos humanos, faz com que a implementação de reformas não tenha efeitos pretendidos, que seria uma convergência total. A lógica seguida pela Turquia não corresponde ao princípio essencial do espírito reformista no contexto da adesão. Para serem introduzidas mudanças profundas e para que o efeito da europeização seja verificado, é necessário o entendimento de que os valores democráticos que sustentam o projeto europeu são de facto importantes e não como meio para atingir um fim.

Os mecanismos através dos quais a União Europeia exerce a sua influência nos países candidatos relacionam-se com os conceitos mencionados anteriormente, porém, no caso da Turquia, a sua aplicação não surtiu os efeitos pretendidos. A europeização caracteriza-se pela influência europeia que é inculcada dentro do processo de negociações incentivando a assimilação e introdução dos valores europeus no país candidato. No caso turco, é importante referir que o processo se iniciou bastante cedo, mais concretamente em 1987, onde o alinhamento com os valores e padrões europeus foi iniciado na Turquia ainda antes de ser considerada candidata e antes do início das negociações para a adesão. A influência europeia não foi transposta em diversos aspetos, nomeadamente em matérias consideradas mais sensíveis como é o caso das minorias, onde a aproximação dos valores europeus e internacionais na promoção e respeito pelas minorias não foi verificado. A Turquia manteve-se reticente nesta área e a implementação de reformas que permitiam o alinhamento com a União Europeia eram vistos com desconfiança e não eram implementados na sua totalidade. Existe então aqui uma realidade patente: as áreas que eram consideradas mais sensíveis eram alvo de menor intervenção e a convergência não era concretizada na sua plenitude.

No caso da condicionalidade política e a sua transposição à Turquia, é verificado que para a sua concretização o compromisso deve ser instituído de forma clara. A ação desenrola-se de acordo com a recompensa, o que implica que enquanto a ideia de recompensa se encontrar forte, a aplicação de reformas continua a decorrer dentro da normalidade. No caso da Turquia, a implementação das reformas necessárias sempre enfrentou desafios relacionados com as áreas que eram percecionadas como mais sensíveis dentro da sociedade turca, e a sua implementação não era efetiva. O compromisso era estabelecido, mas nunca se traduzia em ação efetiva, inclusive em alguns casos era verificada uma ausência total de ação. Esta realidade foi registada na fase inicial, onde era constante a não implementação total da legislação, e a discordância entre os compromissos estabelecidos e as ações registadas que eram notórias.

A abertura das negociações deu-se em 2005, depois de anos de aproximação entre a Turquia e a União Europeia, com implementação de reformas e emendas constitucionais de forma a garantir o estatuto de candidata e iniciar as negociações de adesão. Quando tal acontece, as negociações decorrem de forma intensa e dentro da normalidade, independentemente dos avanços e recuos verificados nas áreas consideradas sensíveis. Porém, rapidamente se assiste a um declínio que se encontra relacionado com três fatores: 1) a longevidade do processo, uma vez que a adesão parecia cada vez mais longínqua, independentemente da União Europeia declarar o seu compromisso e monitorizar anualmente de perto a implementação dos critérios necessários; 2) a falta de compromisso crescente da Turquia nas áreas consideradas sensíveis, que aumentou ao longo dos anos e que condicionava o desenvolvimento das negociações; e por fim, 3) a falta de perspetiva e compromisso da União Europeia (em atribuir uma data para adesão, sendo que 2014 era a data inicial) que se traduziu na extensão da falta de implementação das reformas necessárias um pouco por todas as áreas.

### **IV.3. Adesão à União Europeia: Liderança do AKP e reformas políticas**

Tal como foi referido anteriormente, a Turquia submeteu-se a um processo de reformas extensivas nas áreas definidas pelos critérios políticos de Copenhaga, de modo

a ir ao encontro dos princípios definidos pela União Europeia que iriam coordenar o início e desenvolvimento das negociações.

Neste sentido foram registadas diversas mudanças na esfera política e social na Turquia. O processo de reforma teve uma maior consistência na sequência das eleições de 2002, onde o AKP, o partido vencedor, sublinhou o seu compromisso com o processo de adesão ao projeto europeu e à implementação das reformas necessárias. O AKP surgiu como partido político, de acordo com E. Fuat Keyman (2010: 313) “na sequência de dois partidos constitucionalmente banidos, cuja identidade é islâmica”, e mesmo assim, apesar das raízes seculares ganhou as eleições de 2002 com um grande apoio popular. De acordo com Marcie J. Patton (2007: 339), as eleições realizadas em 2002 “tem o apelido de “terramoto” que metaforicamente significa uma revolução política”. O partido além do compromisso europeu, pretendia corrigir o “défice democrático” existente na Turquia, que era uma das condições centrais para o desencadear das negociações de acesso. E foi neste sentido que, como E. Fuat Keyman (2010: 312) afirma, a “Turquia passou por mudanças significativas e transformações”.

Grande parte das reformas ocorreram entre 2002 e 2004, sendo que o AKP liderou sempre as negociações e implementação das reformas juntamente com a União Europeia, sempre com o objetivo de iniciar as negociações de adesão. Até à abertura das negociações, em 2005, o governo do AKP liderou um processo de reformas ambicioso, inclusive em matérias consideradas delicadas na sociedade turca. Firat Cengiz e Lars Hoffmann (2013: 416) afirmam que “durante o período que antecedeu o reconhecimento da candidatura europeia e estagnação das negociações, a Turquia adotou um programa de reformas legais abrangente, incluindo em relação ao estatuto da minoria curda”. Uma das condições estabelecida nos critérios políticos de Copenhaga é a proteção das minorias e, no sentido de iniciar as negociações, o governo decidiu adotar uma posição de maior abertura para com a questão curda que sempre foi uma questão bastante sensível na sociedade turca. As reformas continuaram e quando as negociações de acesso se iniciaram em 2005 verificou-se aquilo que Marcie J. Patton (2007: 340) refere como “fatica das reformas”, ou seja, uma “contradição da boa vontade de implementar reformas”, o que mostra uma discrepância em relação à implementação de reformas de forma consistente até 2004. É neste sentido que Marcie

J. Patton (2007: 340) propõe tentativas de explicação para a alteração súbita de atitude face às reformas: 1) “a necessidade de internalizar as normas, valores e práticas instituídas nas reformas”; 2) “a curto e médio prazo a implementação das reformas iria diminuir devido à incerteza da data de entrada (2014 era a data apontada) e o resultado final ser incerto”.

Enquanto o ritmo de implementação de reformas ia diminuindo, a ação do AKP, que inicialmente tinha sido em linha com os valores europeus e internacionais, começou igualmente a registar alterações. E. Fuat Keyman (2010: 312) refere “os problemas sérios relacionados com terror, violência, polarização da sociedade, assassinatos, mortes e violações dos direitos humanos” enquanto elemento explicativo. Além do registo destes acontecimentos, que vão contra os critérios políticos de Copenhaga e valores internacionais, assistimos igualmente, como E. Fuat Keyman (2010: 313) refere, à existência de “movimentos não democráticos, fecho de partidos políticos e casos de ultimatos militares, que pretendiam interferir na vida parlamentar em nome da salvação do regime secular” durante o governo do AKP. Em relação à questão curda, o AKP tinha decidido adotar uma aproximação através do diálogo com uma maior abertura, a verdade é que, como Firat Cengiz e Lars Hoffmann (2013: 424) afirmam, “com o declínio do compromisso europeu à adesão da Turquia, a abordagem do governo à questão da minoria curda, assim como das outras reformas democráticas, começaram a ser determinadas pelos custos internos nas suas estruturas”. Marcie J. Patton (2007: 356) refere que a “União Europeia era o que desencadeava as reformas na Turquia, mas atualmente a sua influência de soft power diminuiu”.

O AKP obteve vitórias eleitorais sucessivas em 2002, 2004, 2007 e 2009. Nas eleições legislativas de 2007 deu-se novamente uma vitória do AKP apesar dos contratempos referidos por E. Fuat Keyman (2010: 314), relacionados com “tentativas feitas por militares, juízes, partidos da oposição, média, organizações da sociedade civil em confrontar o modo de governação do AKP”. A verdade é que esta onda de contestação em nada afetou uma nova vitória do partido maioritário, tanto nas presidenciais (eleito ao nível parlamentar), como na reeleição de Erdoğan que se encontra no poder desde 2002. O facto do AKP ainda se encontrar no poder deve-se também à incapacidade de afirmação dos partidos da oposição o que, de acordo com E.

Fuat Keyman (2010: 314), “leva ao aumento do pessimismo e frustração dos eleitores”, por entenderem que não existe uma alternativa viável e conformam-se com a hegemonia eleitoral do AKP nas eleições presidenciais, municipais e legislativas.

A verdade é que este domínio não acontece de forma pacífica. Existem relatos de desacatos, inclusive uma conspiração cuja investigação deu o nome de Ergenekon<sup>28</sup>, que demonstra o desagrado existente relativamente à política seguida pelo AKP. De acordo com E. Fuat Keyman (2010: 323), o governo do AKP levou “à emergência de um colapso institucional entre as elites estatais – maioritariamente militares e elites judiciais”.

O AKP, na sequência das eleições de 2002, afirmou-se, de acordo com E. Fuat Keyman (2010: 316), através de uma política orientada para as reformas “de mão dada com a integração europeia da Turquia, o seu papel proactivo na política externa, iniciativas de abertura democrática acerca da questão curda, alevi, das minorias não-muçulmanas”, fortalecendo a sua posição no sistema político turco. De acordo com as reformas implementadas à luz dos critérios de Copenhaga, o AKP impulsionou mudanças importantes para promover a democracia, emendas constitucionais e sensibilização acerca do respeito dos direitos individuais. Da mesma forma em que implementava as medidas requeridas no contexto das negociações, a verdade é que com o diminuir da percepção de que o processo de adesão total estava para breve, as reformas começaram a ter um impacto menor e existiam cada vez mais registos de violações dos direitos humanos e de eventos que iam contra os valores europeus. Por outro lado, o processo de implementação de reformas, apesar de ter diminuído a sua frequência, é notório que o AKP o soube utilizar a seu favor. E. Fuat Keyman (2010: 320) refere que o processo de transformação foi utilizado “como um veículo positivo para aumentar o seu apoio eleitoral, poder político e a sua legitimidade e aceitação social”.

É importante referir que Erdoğan foi eleito presidente em 2014, e começou aos poucos a introduzir a ideia de discutir uma reforma constitucional para introduzir um

---

<sup>28</sup> Organização turca formada por militares, políticos e sindicalistas que defendem a ideologia Kemalista que pretendiam desencadear um golpe de militar contra o governo liderado por Erdoğan em 2003. A sua investigação teve início em 2007, resultou na detenção de várias pessoas.

sistema presidencial na Turquia onde todos os poderes estariam centrados em si. Perante a tentativa de golpe militar e com o determinar do estado de emergência, assistimos a um fortalecimento do seu poder que incentivou a ideia de sistema presidencial na Turquia.

#### **IV.4. Cenário atual: da tentativa de golpe militar ao referendo de 2017**

No último ano, assistimos a ocorrência de eventos que colocaram em causa o impacto e a implementação efetiva das reformas europeias na Turquia. A tentativa de golpe militar que ocorreu em junho de 2016 obteve, da parte do líder turco, Erdoğan, uma resposta que foi contra os valores instituídos pelos critérios de Copenhaga e que têm vindo a ser implementados ao longo dos anos pela Turquia através de reformas sucessivas. É importante sublinhar que em 2016 as negociações para a adesão encontravam-se no seu 11º ano, deste modo, a resposta turca à tentativa de golpe militar deveria ter sido diferente da que foi verificada.

O apelo à intervenção civil contra os perpetuadores da tentativa de golpe militar é algo inaceitável à luz dos valores europeus, sendo o Estado que deve zelar pelos seus cidadãos e não incentivar o seu envolvimento em lutas que o próprio Estado deve desencadear para os proteger. Os acontecimentos que se seguiram continuaram a colocar em causa todo o trabalho realizado, nomeadamente as medidas e o tratamento que o grupo que liderou esta tentativa de golpe militar teve e a forma como este acontecimento foi tratado. O presidente turco perante a tentativa de golpe militar, um acontecimento que tem marcado a história de República turca desde a sua criação (sendo que o último foi na década de 80), decidiu reagir ao acontecimento utilizando abordagens que contrariavam todos os princípios europeus e internacionais. Esta reação levanta diversas questões relativamente à eficácia das reformas estabelecidas e a sua duração ao longo do tempo. Perante o primeiro “teste”, vemos uma Turquia a reagir de acordo com os princípios com que sempre se regeu e não de acordo com o que tem vindo a ser implementado por orientação europeia.

Na sequência da declaração de estado de emergência, e os relatos de violações em matéria de direitos humanos aumentaram, e deixaram de ser assegurados dentro do quadro da Convenção Europeia para os Direitos Humanos, sendo que, tudo o que era

considerado uma ameaça neste novo contexto, era obrigatoriamente suprimido. O número de jornalistas detidos começou a aumentar de forma descontrolada. Na sequência do golpe militar, foram criadas as condições para a construção de um clima de desconfiança permanente onde todos aqueles que eram considerados suspeitos (mesmo sem sustentação) de participar na tentativa de golpe militar eram automaticamente sinalizados e detidos.

Estes desenvolvimentos colocam em causa a implementação do conceito de europeização que, tal como foi referido anteriormente, é a influência europeia que impulsiona mudanças internas através de pressões geradas ao nível interno, por forma a permitir uma aproximação entre a União Europeia e os países candidatos. Neste caso, a influência exercida pela UE na Turquia tem sido desenvolvida desde o pedido de candidatura, teve diversas fases, ganhou um maior impacto com a atribuição do estatuto de candidata e com o início das negociações, porém, agora podemos constatar que o impacto europeu e dos seus valores não foi tão elevado como seria de esperar. Firat Cengiz e Lars Hoffmann (2013:417) referem que “apesar dos resultados da europeização resultarem num certo nível de convergência entre as normas internas, relaciona-se com o processo de adaptação e sublinha as dinâmicas, em vez dos resultados”.

A influência europeia é de facto discutível, de acordo com o conceito de europeização, assistimos até à atribuição do estatuto de candidata, uma Turquia comprometida com o processo de reformas e em institucionalizar normas e princípios europeus no seu próprio sistema. Nos últimos anos, verifica-se dentro do contexto da tentativa de golpe militar e a resposta dada pela Turquia, que a influência europeia através da europeização que deveria induzir mudanças internas não aconteceu. A resposta dada pelo presidente turco, Erdoğan, ao declarar estado de emergência, concentrado em si todos os poderes, ao perseguir e prender todos aqueles que eram suspeitos (mesmo sem provas) de apoiar a tentativa de golpe militar, e ao suprimir os órgãos de comunicação social, levanta questões bastante sérias, sendo que é importante sublinhar uma questão pertinente: dentro do conceito de europeização, e após anos de aproximação e implementação de reformas, de que forma a influência europeia foi instituída? É constatado que a influência e impacto dos valores europeus

foi bastante reduzido. E esta realidade deve-se, não apenas à União Europeia, mas sim também ao facto da Turquia pensar no processo de negociações e implementação de reformas, apenas como meio para conseguir aderir ao projeto europeu, e não como forma de se aproximar, introduzir e partilhar os valores democráticos existentes pelos estados membros europeus.

A condicionalidade como é o fator chave que impulsiona o processo de transformação, é igualmente o que coloca em causa todo o impacto da União Europeia. Seguindo a lógica de que para se concretizar a adesão total é necessária a implementação de reformas e uma aproximação com os valores europeus, a verdade é que o compromisso da União Europeia com a Turquia tem vindo a diminuir cada vez mais. Quando o Conselho Europeu decidiu iniciar as negociações de acesso em 2005, foi um marco importante nas relações entre ambas, e de acordo com Firat Cengiz e Lars Hoffmann (2013: 421) aconteceu devido “à perspetiva clara da melhoria do compromisso em relação à adesão turca e a eficácia da condicionalidade europeia”. A verdade é que a condicionalidade tem vindo a diminuir, a perspetiva de adesão encontra-se mais longínqua, assim como o compromisso europeu para com a Turquia. Perante esta realidade, a própria Turquia começa a implementar cada vez menos reformas, apesar de não reiterar a diminuição do seu compromisso com as reformas e com a sua eventual adesão, o compromisso e implementação das mesmas tem vindo a decrescer. Perante o que foi exposto, a questão que se impõe é se existiu efetivamente um impacto europeu na Turquia.

De acordo com os modelos de europeização referidos por Firat Cengiz e Lars Hoffmann (2013: 418), o modelo de incentivo externo, onde a União Europeia coloca condições e nas quais a Turquia deve “adotar reformas requeridas pela União Europeia em resposta das recompensas oferecidas”, é necessário um compromisso evidente com o próprio processo e que os custos de implementação não sejam demasiado elevados. Outra das formas através das quais a União Europeia exerceu a sua influência, foi através do investimento na sociedade civil turca, este modelo, de acordo com Firat Cengiz e Lars Hoffmann (2013: 418) são essenciais de modo a “prolongar as interações com os atores europeus”, ou seja, uma aproximação da sociedade civil turca com atores europeus permite estabelecer relações de proximidade e uma troca de informações acerca do

próprio processo de adesão europeu e das suas sociedades civis. A aproximação entre a sociedade civil turca e europeia foi benéfica no sentido em que permitiu o entendimento do que é certo e o que é errado, e grande parte da sociedade civil turca manifestou-se diversas vezes contra a ação do seu governo nas mais diversas esferas, nomeadamente o seu comportamento durante a tentativa de golpe militar e sobretudo durante o referendo para instituir o regime presidencialista na Turquia.

E. Fuat Keyman (2010: 312) apresenta a abordagem Reşat Kasaba, que é bastante interessante dentro daquilo que se tem verificado na Turquia: a ideia de que a sua história tem sido a repetição entre “mudanças entre a possibilidade de democratização e a retirada para um fecho político”. E que os resultados entre a alternância entre as duas resulta em “pontos sem retorno” e o “princípio de uma nova era”. Penso que esta abordagem é essencial para analisar os acontecimentos recentes, nomeadamente o referendo realizado em 2017, onde o presidente da Turquia, Erdoğan viu os seus poderes executivos reforçados, tornando a Turquia num regime presidencialista tendo a possibilidade de ficar no poder até 2029. O resultado do referendo deu a vitória a Erdoğan, que mais uma vez, após a tentativa de golpe militar voltou a ir contra os princípios europeus e democráticos que supostamente têm vindo a ser implementados no país. A verdade é que o processo de adesão ao projeto de europeu encontrava-se adormecido, não existem avanços de nenhum dos lados, e permanece a ideia na sociedade turca de que a União Europeia nunca quis verdadeiramente que a Turquia aderisse. Isto é reforçado pela atitude dos estados membros perante a possibilidade de adesão turca, com os sucessivos impasses das negociações e critérios ainda mais exigentes aplicados à Turquia, o que de acordo com Jeffrey Haynes (2010: 317) mostrou o “aparecimento de posições negativas na sociedade turca em relação à União Europeia”.

A convergência dos critérios políticos definidos pela UE na Turquia não se deu devido a diversos fatores: quando as negociações para a adesão tiveram início, é importante referir que já tinham sido implementadas reformas ao longo dos anos para a aproximar e alinhar a Turquia dos valores defendidos ao nível europeu. O início das negociações encontra-se marcado pela implementação de reformas em diversas áreas, sendo que, desde cedo começam a ser registados problemas relacionados com matérias

que são consideradas sensíveis na sociedade turca devido à sua história – minoria curda, reunificação do Chipre, liberdades fundamentais (sempre se encontraram condicionadas) e que não correspondem ao que verificamos a nível internacional, e também problemas com direitos humanos – nas matérias referidas anteriormente existe uma dinâmica ao longo dos anos. As reformas nunca eram implementadas na sua totalidade e eram vistas com desconfiança, por serem assuntos sensíveis a nível nacional e o seu compromisso era sempre favorável, mas traduzia-se no oposto. Em matéria de liberdade de expressão a Turquia manteve o seu registo do início ao fim. Perante a tentativa de golpe militar, que funciona como o primeiro teste para ver “avaliar” como os critérios políticos foram assimilados, assistimos a uma Turquia que recorre a meios que não correspondem em nada ao processo de aproximação e alinhamento que decorre desde o pedido de adesão formal à UE em 1987. De acordo com esta realidade, os conceitos de condicionalidade política e sobretudo de europeização são colocados em causa, como condições que orientam o processo de adesão europeu. No caso da Turquia a abordagem usada não funcionou, e não funcionou devido à longevidade do processo, à falta de compromisso turco em europeizar a sua sociedade na totalidade inclusive nas matérias consideradas sensíveis ao nível nacional, demonstrando assim, na sequência da tentativa de golpe militar e referendo que as mudanças introduzidas foram apenas superficiais e não foram efetivamente enraizadas.

Na sequência da tentativa de golpe militar de julho de 2016, e sobretudo após o referendo de 2017, assiste-se, sem dúvida, ao princípio de uma nova era na história da Turquia, mas também ao que pode ser considerado um ponto sem retorno em relação ao processo de adesão à União Europeia.

## Conclusão

Esta dissertação de mestrado apresenta como objetivo responder à seguinte pergunta de investigação: De acordo com os recentes acontecimentos, a tentativa de golpe militar em 2016 e referendo em 2017, o que falhou na promoção da convergência dos critérios políticos pela UE face à Turquia? De forma a responder a esta questão foi essencial entender se as mudanças que foram introduzidas resultaram em mudanças efetivas como seria esperado, avaliando assim a influência europeia e dos valores que foram introduzidos através das reformas implementadas na Turquia de modo a ir ao encontro dos critérios políticos de Copenhaga. Ao responder a estas questões, seria possível compreender e avaliar o impacto da tentativa de golpe militar em 2016 e consequentemente do referendo realizado em 2017 que instaurou o sistema presidencialista na Turquia.

De forma a sustentar a investigação, a introdução dos conceitos de condicionalidade política e europeização permitiu entender as dinâmicas do processo. O cumprimento dos critérios políticos continha em si um papel central para o desenvolvimento das negociações para a adesão, sendo que as reformas implementadas até ao início das negociações, em 2005, foram determinantes para a aproximação da Turquia ao projeto europeu e para desencadear o início das negociações. As reformas introduzidas pretendiam instituir a democracia, fomentar respeito pelos direitos humanos, as liberdades individuais e a proteção e respeito pelas minorias. Inicialmente, as reformas foram implementadas de forma intensiva, porque assim era requerido. A perspetiva de adesão à União Europeia resultou em mudanças internas implementadas de acordo com a influência exercida ao nível europeu. Dentro do processo de negociações para a adesão foram introduzidos diversos pacotes de reformas para a criação de garantias de aplicação dos princípios referidos anteriormente. A implementação das reformas e as mudanças introduzidas encontram-se profundamente ligadas ao conceito de condicionalidade política, onde as mudanças aplicadas são feitas de modo a receber uma recompensa – que neste caso é a adesão à União Europeia.

De acordo com a contextualização histórica foi possível analisar a forma como a relação entre a Turquia e UE evoluiu até ao início das negociações para a adesão. Desde a celebração do Acordo de Ancara (1963) até à atribuição do estatuto de candidata (1999), foi essencial compreender a forma como o processo foi desencadeado e desenvolvido. O interesse turco no projeto europeu foi manifestado desde muito cedo e foi fomentado com a instauração da república turca, onde a aproximação às nações europeias era um dos princípios fundadores da ideologia kemalista. Através da contextualização história foi possível entender os pontos que eram vistos como problemáticos no contexto de adesão turca: questão religiosa, influência das forças armadas na política e sociedade, a questão das minorias e a reunificação do Chipre, que contribuíram para o crescimento do ceticismo de alguns países europeus perante a perspectiva de adesão turca. Ainda assim, a implementação de reformas continuou de forma constante, de modo a alcançar uma harmonização com os princípios europeus, como o que foi verificado com a reformas constitucionais. As melhorias registadas e o alinhamento turco com os princípios nos quais a UE se sustenta foram suficientes para o começo das negociações em 2005, sendo que os critérios políticos de Copenhaga iriam determinar a sua evolução e, em caso de incumprimento, as negociações poderiam ser suspensas.

A análise dos relatórios de progresso elaborados pela Comissão Europeia, que monitorizou a evolução da implementação de reformas em linha com os critérios políticos, foi bastante importante para entender as dinâmicas do processo de adesão e perceber o porquê de não terem avançado. Inicialmente, a Turquia, com o início das negociações, mostrou-se bastante proactiva na implementação de reformas, de forma a permitir o seu alinhamento europeu e ao internalizar os seus princípios. Rapidamente, tornou-se notório que, apesar das melhorias registadas, existiam áreas que eram persistentemente sinalizadas e que ano após ano não eram melhoradas. A abrangência das reformas introduzidas era apenas superficial, os problemas persistiam mesmo quando eram registados avanços positivos.

O compromisso turco também sofreu diversas alterações: inicialmente as reformas eram implementadas de forma persistente, mas rapidamente deixaram de o ser, nomeadamente em matérias sensíveis na sociedade turca.

No quarto capítulo foi possível interpretar, de forma explicativa, as principais razões que levaram ao falhanço da convergência dos critérios políticos pela UE. A longevidade do processo, a falta de compromisso da Turquia em implementar as reformas necessárias nas matérias que eram consideradas mais sensíveis e as suas ações que iam contra os princípios europeus. Foi importante para entender que a questão religiosa não tem um impacto decisivo para que as negociações tenham decorrido desta forma. O impasse verificado atualmente é resultado da falta de compromisso da Turquia em cumprir na totalidade os requisitos para a adesão e que em nada se relacionam com a religião.

Com o decorrer das negociações e através da análise dos relatórios elaborados pela Comissão Europeia que monitorizavam anualmente a aplicação e evolução dos critérios políticos, assiste-se a um decréscimo do compromisso turco. As áreas que eram consideradas problemáticas e alvo de maior intervenção para instituir os valores democráticos que regem o projeto europeu, relacionavam-se com os direitos humanos, liberdades fundamentais e com a questão das minorias, sendo que a resolução da reunificação do Chipre era persistentemente reforçada pelas instituições europeias. Ao longo dos anos, estas questões permaneceram problemáticas e não foram constatados os efeitos da europeização – as normas europeias nas matérias referidas anteriormente – continuavam a não ser verificadas. Independentemente das mudanças positivas que foram introduzidas, nomeadamente no sistema judicial turco, a influência da União Europeia começou a decrescer bastante.

Ao longo dos anos o processo de reformas continuou a diminuir de forma drástica e a influência europeia diminuiu igualmente, perdendo o seu impacto. No ponto de vista turco, é defendido que o compromisso da União Europeia com o processo de adesão era ambíguo e que as condições nas quais se sustentava nunca foram demonstradas com clareza suficiente. Recorde-se que a Turquia fez o pedido de adesão em 1987 e até ser considerada candidata viu diversos países que fizeram os seus pedidos posteriormente e a aderirem primeiro. Era apontado que a Turquia aderisse até 2014, e no relatório referente a esse ano assiste-se a uma União Europeia que reforça a sua relação com a Turquia afirmando a sua importância estratégica. Além do reforço do compromisso não foi adicionada mais substância ao processo de negociações, sendo

que a ideia de adesão se encontrava longínqua. Perante esse entendimento a implementação de reformas que havia decrescido ao longo dos anos continuou a diminuir.

Entende-se que o processo de negociações para a adesão falhou devido a diversos fatores. Existiam condições que à partida tornavam o processo complicado, designadamente a religião, que era apontada como uma das condições que iria dificultar a adesão devido ao facto de a população ser maioritariamente muçulmana. A União Europeia não tem a religião como condição central, ainda assim, muitos se opuseram à adesão da Turquia utilizando a questão religiosa como fundamento. Através da análise dos relatórios de progresso, desde 2005 a 2016, é identificado um padrão no comportamento da Turquia: era estabelecido o seu compromisso com a União Europeia e com as reformas necessárias, mas existiam matérias onde a sua ação ia contra o seu próprio compromisso. Em alguns casos, como por exemplo as liberdades fundamentais, ao mesmo tempo que era incentivado o debate livre sobre temas considerados sensíveis, jornalistas que escreviam sobre esses temas de forma não-violenta eram julgados e detidos. As reformas nunca eram implementadas na sua totalidade, existia sempre algo que ficava em falta e os comportamentos da Turquia mantinham-se iguais. Os critérios de Copenhaga, nomeadamente os critérios políticos, funcionavam como fio condutor das negociações e a implementação dos seus princípios impulsionaria a adesão. Era essencial que os valores europeus instituídos nos critérios políticos fossem institucionalizados através da influência europeia.

A tentativa de golpe militar funciona aqui como uma prova ao processo de negociações para a adesão, no sentido em que a resposta que a Turquia iria dar transmitia a forma como as reformas e mudanças introduzidas dos princípios e valores europeus se encontram enraizados a nível interno. O referendo de 2017 é essencial para avaliar se a democracia foi de fato introduzida na Turquia, sendo que um referendo é um mecanismo democrático que, neste caso, foi utilizado para instaurar medidas potencialmente não democráticas.

O alinhamento entre a Turquia e União Europeia foi efetivamente garantido até ao início das negociações, sobretudo até ter sido atribuído o estatuto de candidata. De

acordo com as diferenças existentes, o processo seria mais longo, mais cuidadoso e teria de ser monitorizado de forma consistente ao longo dos anos. Aos poucos, começou a verificar-se que a Turquia não implementava reformas em áreas importantes e ignorava, de forma repetida, as recomendações europeias para solucionar questões como a reunificação do Chipre. A análise dos relatórios de forma pormenorizada permitiu a constatação de pontos comuns ao longo dos anos: 1) existiam matérias que eram vistas como mais sensíveis, como as minorias e liberdades fundamentais, que não registavam mudanças nem um alinhamento duradouro com os princípios e valores europeus que estavam instituídos em pacotes de reformas e nos próprios critérios políticos de Copenhaga; 2) a Turquia comprometia-se anualmente em solucionar determinadas questões, como a imunidade em caso de tortura e também a questão com o Chipre, e a sua ação, apesar das recomendações feitas pelas instituições europeias e dos organismos designados, continuava a não aplicar na totalidade o que era instituído; 3) as contrariedades verificadas em relação às liberdades individuais, em particular com a liberdade de expressão, onde se comprometia em fazer uma coisa e fazia o oposto. De acordo com os pontos mencionados anteriormente, as negociações não evoluíram rapidamente como era previsto pela Turquia, visto que não se encontravam em linha com o que tinha sido concordado com a União Europeia. Outro ponto importante relaciona-se com a razão pela qual a Turquia implementava as medidas e reformas, não por considerar corretas e de acordo com os padrões internacionais, mas sim porque eram necessárias para a sua adesão. Para serem introduzidas mudanças profundas e para que a europeização seja sentida, é necessário o entendimento de que os valores democráticos que sustentam o projeto europeu são de facto importantes e não como meio para atingir um fim. Grande parte das mudanças introduzidas seguiram essa lógica, pelo que a sua implementação não persistia e eram reformas apenas à superfície. O declínio da ideia de recompensa também foi essencial para que o espírito reformista turco tenha diminuído: o pedido de adesão foi em 1987 e as negociações decorrem desde 2005.

Os recentes desenvolvimentos com a tentativa de golpe militar e as suas respostas por parte da Turquia, assim como o referendo para introduzir o sistema presidencialista, representam uma rutura com o processo de adesão à União Europeia.

Perante o primeiro teste para avaliar a internalização das medidas, verificamos a falta de impacto das negociações e consequente aproximação europeia na Turquia. O processo de adesão turco representa um falhanço da abordagem feita pela União Europeia. As diferenças são evidentes e persiste a ideia da identidade e dos efeitos da europeização, que não se fazem sentir de forma uniforme em todos os países e que não se aplicam de forma igual como modelo único a seguir. O processo de adesão da Turquia à União Europeia encontra-se neste sentido, num ponto sem retorno ao nível europeu.

Neste sentido, é possível responder à pergunta de investigação: considerando os acontecimentos recentes, tentativa de golpe militar e referendo, o que falhou na promoção dos critérios político pela UE na Turquia? Uma das principais questões relaciona-se com a longevidade do processo. É importante referir que a Turquia manifestou o seu desejo de integrar o projeto europeu antes do seu pedido formal. A sua aproximação e alinhamento com os critérios começou ainda antes de ser considerada candidata em 1999, através de reformas e emendas constitucionais. No início do processo de negociações, os primeiros anos caracterizaram-se pela implementação de emendas e reformas legislativas, porém, a existência de áreas que eram consideradas sensíveis começaram a registar problemas com a sua implementação desde cedo. Tornou-se claro que as reformas nunca eram implementadas na sua totalidade, e de acordo com os avanços recentes – tentativa de golpe militar (e resposta turca) assim como o referendo – demonstram que os critérios políticos não foram assimilados e não se traduziram em mudanças efetivas.

Os conceitos de condicionalidade política e europeização são colocados em causa, e a sua abordagem na Turquia não resultou na convergência dos critérios políticos, devido a três fatores cruciais: a longevidade do processo, à falta de compromisso turco em europeizar a sua sociedade na totalidade inclusive nas matérias consideradas sensíveis ao nível nacional, demonstrando assim, na sequência da tentativa de golpe militar e referendo que as mudanças introduzidas foram apenas superficiais e não foram efetivamente enraizadas.

Conclui-se considerando que a presente investigação apresenta um conteúdo inovador devido à sua análise histórica da relação entre a União Europeia e da Turquia,

o enquadramento teórico feito de acordo com os conceitos de condicionalidade política e europeização e pela análise detalhada dos relatórios de progressos elaborados pela Comissão Europeia que permitem avaliar o impacto dos acontecimentos recentes – tentativa de golpe militar em 2016 e referendo em 2017 – relacionado com o processo de negociações para a adesão à União Europeia e as suas consequências

## **Bibliografia**

Aydin, Mustafa, and Sinem A. Acikmese. "Europeanization through EU conditionality: understanding the new era in Turkish foreign policy." *Journal of Southern Europe and the Balkans Online* 9.3 (2007): 263-274.

Casanova, José. "The Long, difficult, and tortuous journey of Turkey into Europe and the dilemmas of European civilization." *CONSTELATIONS-OXFORD-13.2* (2006): 234.

Cengiz, Firat, and Lars Hoffmann. "Rethinking conditionality: Turkey's European Union accession and the Kurdish question." *JCMS: Journal of Common Market Studies* 51.3 (2013): 416-432.

### **Comissão Europeia:**

Relatórios de progresso da Turquia desde 2005 a 2016.

Diez, Thomas, Apostolos Agnantopoulos, and Alper Kaliber. "File: Turkey, Europeanization and civil society: introduction." *South European Society and Politics* 10.1 (2005): 1-15.

Flam, Harry. "Turkey and the EU: Politics and Economics of Accession." *CESifo Economic Studies* 50.1 (2004): 171-210.

Haynes, Jeffrey. "Politics, identity and religious nationalism in Turkey: from Atatürk to the AKP." *Australian Journal of International Affairs* 64.3 (2010): 312-327.

Hurd, Elizabeth Shakman. "Negotiating Europe: the politics of religion and the prospects for Turkish accession." *Review of International Studies* 32.03 (2006): 401-418.

Kasaba, Reşat, and N. Faroqhi Suraiya. "The Cambridge History of Turkey (Volume 4) Cambridge." (2008).

Keyman, E. Fuat. "Modernization, globalization and democratization in Turkey: the AKP experience and its limits." *Constellations* 17.2 (2010): 312-327.

Kubicek, Paul. "The European Union and Grassroots Democratization in Turkey, *Turkish Studies*", 6:3 (2005) 361-377.

Kubicek, Paul. "Political conditionality and European Union's cultivation of democracy in Turkey." *Democratization* 18.4 (2011): 910-931.

Kucukcan, Talip. "State, Islam, and religious liberty in modern Turkey: Reconfiguration of religion in the public sphere." *BYU L. Rev.* (2003): 475.

Müftüler Baç, Meltem. "Turkey's political reforms and the impact of the European Union." *South European Society and Politics* 10.1 (2005): 17-31.

Noutcheva, Gergana, and Senem Aydin-Düzgit. "Lost in Europeanisation: The Western Balkans and Turkey." *West European Politics* 35.1 (2012): 59-78.

Olsen, Johan P. "The many faces of Europeanization." *JCMS: Journal of Common Market Studies* 40.5 (2002): 921-952.

Özbudun, Ergun. "Democratization reforms in Turkey, 1993–2004." *Turkish Studies* 8.2 (2007): 179-196.

Özer, Yonca. *Turkey and the European Union: processes of Europeanisation*. Routledge, 2016.

Patton, Marcie J. "AKP Reform Fatigue in Turkey: What has happened to the EU Process?." *Mediterranean Politics* 12.3 (2007): 339-358.

Rumford, Chris. "Human Rights and Democratization in Turkey in the Context of EU Candidature", *Journal of European Area Studies*, 9:1 (2001) 93-105

Schimmelfennig, Frank, and Ulrich Sedelmeier. "Theorizing EU enlargement: research focus, hypotheses, and the state of research." *Journal of European Public Policy* 9.4 (2002): 500-528.

Teixeira Fernandes, José Pedro. "A Geopolítica da Turquia: um desafio às sociedades abertas da União Europeia", in *Relações Internacionais* 5 Março (2005): pp. 47-60.

Tekin, Ali, and Aylin Güney. *The Europeanization of Turkey: Polity and Politics*. Vol. 75. Routledge, 2015.

Tocci, Nathalie. "Europeanization in Turkey: trigger or anchor for reform?" *South European Society and Politics* 10.1 (2005): 73-83.

Ulusoy, Kivanç. "The changing challenge of Europeanization to politics and governance in Turkey." *International Political Science Review* 30.4 (2009): 363-384.

Ulusoy, Kivanç. "Turkey and the EU: Democratization, Civil-Military Relations and the Cyprus Issue." *Insight Turkey* 10.4 (2008): 51-76.

Vink, Maarten, and Paolo Graziano. "Europeanization: new research agendas." *Palgrave Macmillan*. 2007.